



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS - UFNT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMANDAS POPULARES E
DINÂMICAS REGIONAIS - PPGDIRE**

GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO
BICO DO PAPAGAIO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES EM
AUGUSTINÓPOLIS-TO.**

Araguaína - TO

2022

GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA

**DESENVOLVIMENTO LOCAL E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO
BICO DO PAPAGAIO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES EM
AUGUSTINÓPOLIS-TO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE), da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Tatiane Marinho Vieira Tavares

Co-orientador: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Araguaína - TO

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT

O48d Oliveira da Silva, Guilherme .

DESENVOLVIMENTO LOCAL E AGRICULTURA URBANA
E PERIURBANA NO BICO DO PAPAGAIO: ANÁLISE DA
PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES EM AUGUSTINÓPOLIS-TO. /
Guilherme Oliveira da Silva. - Centro de Ciências Integradas - CCI,
TO, 2022.

190 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) (Pós-Graduação - Programa de
Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais -
PPGDire) -- Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2022.

Orientadora: Tatiane Marinho Vieira Tavares.

Coorientador: Júlio César Suzuki.

1. Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. 2. Agricultura Urbana
e Periurbana. 3. Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio.

CDD 300

Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo
184 do Código Penal.

GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA

DESENVOLVIMENTO LOCAL E AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO
BICO DO PAPAGAIO: ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DOS PRODUTORES EM
AUGUSTINÓPOLIS-TO.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), como requisito à obtenção do grau de Mestre em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais.

Data de Aprovação: 03/09/2022

Banca Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 TATIANE MARINHO VIEIRA TAVARES
Data: 08/01/2025 15:09:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Tatiane Marinho Vieira Tavares (Orientadora) – PPGDIRE/UFNT

Documento assinado digitalmente
 TATIANE MARINHO VIEIRA TAVARES
Data: 08/01/2025 15:10:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Maurício Ferreira Mendes (Membro interno) – PPGDIRE/UFNT

Documento assinado digitalmente
 TATIANE MARINHO VIEIRA TAVARES
Data: 08/01/2025 15:12:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo (Membro externo) – UCB

RESUMO

A prática da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) é antiga e o seu conceito aborda as dimensões sociocultural, econômica e ambiental. A AUP tem como característica possibilitar um canal curto de comercialização dos produtos em atendimento às demandas locais da cidade. Observa-se que no Estado do Tocantins existem cidades que têm feito o uso da prática agrícola urbana por meio de empreendimentos comerciais. Ressalta-se que o Estado carece de uma legislação estadual sobre a AUP e que, apenas a cidade de Palmas, que é a capital, instituiu o Programa Municipal de Agricultura Urbana, sancionado por meio da Lei municipal nº 1.329/2004. Tal situação conduziu o estudo de empreendimentos intraurbanos e periurbanos em Augustinópolis, cidade localizada no extremo norte do Estado do Tocantins, na Microrregião do Bico do Papagaio. Neste sentido, a pesquisa teve por objetivo geral compreender a dinâmica da AUP existente na cidade pelo viés dos(as) atores(as) sociais que a executam. Para o embasamento teórico-conceitual fez-se uso da literatura com abordagem à AUP, além do desenvolvimento social e humano, elaborado, respectivamente, pelos autores Celso Furtado (1974) e Amartya Sen (2010). Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abrangência descritiva e exploratória, tendo como método o estudo de caso. Em intervalo pandêmico, foi possível obter a colaboração de sete produtores locais, os quais contribuíram com as técnicas de coleta, quais sejam, o formulário e a entrevista semiestruturada. Os instrumentos de análise aplicados foram a estatística descritiva e a análise de conteúdo. Os resultados obtidos propõem que a AUP executada na cidade apresenta bases na agricultura familiar, sendo desenvolvida como principal fonte de renda para alguns produtores e complementar a outros; com forte laço aos saberes do campo e mantedora de algumas práticas menos invasivas ao meio ambiente. A produção se caracteriza em cultivos de ciclos curto, anual e na criação de animais. É possível identificar atributos de desenvolvimento social e humano a partir da atividade laboral, da geração de renda, da melhoria na alimentação, da saúde e nas condições sociais dos entrevistados.

Palavras-chave: Agricultura Urbana. Bico do Papagaio. Desenvolvimento Social. Desenvolvimento Humano. Tocantins.

ABSTRACT

The practice of Urban and Peri-urban Agriculture (UPA) is old and its concept addresses the sociocultural, economic and environmental dimensions. The AUP has the characteristic of enabling a short channel for the commercialization of products in response to the local demands of the city. It is observed that in the State of Tocantins there are cities that have made use of urban agricultural practice through commercial enterprises. It should be noted that the State lacks state legislation on the AUP and that only the city of Palmas, which is the capital, instituted the Municipal Program of Urban Agriculture, sanctioned through Municipal Law No. 1,329/2004. This situation led to the study of intra-urban and peri-urban enterprises in Augustinópolis, a city located in the extreme north of the State of Tocantins, in the Microregion of Bico do Papagaio. In this sense, the general objective of the research was to understand the dynamics of the existing UPA in the city from the perspective of the social actors who execute it. For the theoretical-conceptual basis, the literature was used with an approach to AUP, in addition to social and human development, elaborated, respectively, by the authors Celso Furtado (1974) and Amartya Sen (2010). This is a qualitative research, with descriptive and exploratory scope, using the case study method. During the pandemic period, it was possible to obtain the collaboration of seven local producers, who contributed with the collection techniques, namely, the form and the semi-structured interview. The analysis instruments applied were descriptive statistics and content analysis. The results obtained propose that the AUP carried out in the city is based on family farming, being developed as the main source of income for some producers and complementary to others; with a strong link to the knowledge of the field and maintainer of some practices that are less invasive to the environment. Production is characterized by short-cycle crops, annual crops and animal husbandry. It is possible to identify attributes of social and human development based on work activity, income generation, improvement in diet, health and social conditions of the interviewees.

Keywords: Urban agriculture, Bico do Papagaio, Social development, Human development, Tocantins.

PREFÁCIO

Este fragmento do texto é uma tentativa de responder aos questionamentos realizados pela banca de qualificação do projeto que resultou nesta dissertação. O formato, modo, escrita e local de inserção deste relato segue orientações da banca de qualificação.

Durante o processo fui questionado por um dos membros da banca de qualificação do projeto, como seria a metodologia a ser utilizada para contactar os agricultores urbanos e periurbanos alvos desta pesquisa. Alguns questionamentos foram levantados pelo membro da banca, tais como: Onde poderia encontrá-los? Como abordá-los? Haveria interesse por parte dos agricultores urbanos em participarem da pesquisa?

Neste contexto, já na qualificação do projeto de pesquisa, eu acreditava que esse contato seria simples e espontâneo, e que embora houvesse um ou outro produtor que não apresentassem interesse em contribuir com esta pesquisa, muitos outros o fariam de boa vontade. Porém, quando arguido pela banca, percebi que tais questionamentos eram pertinentes em função da necessidade de os membros da banca questionarem e/ou instigarem alguns pontos do trabalho avaliado, visando mitigar possíveis dificuldades que pudessem atrapalhar o bom andamento da pesquisa.

A escolha e afinidade por esta temática não surgiu de forma aleatória. Essa temática sempre esteve ligada à minha experiência profissional e vivências anteriores, antes mesmo de pensar em acessar o ensino superior ou saber qual caminho profissional trilhar. A Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, tradição familiar, círculos de pessoas, trajetória escolar e acadêmica construíram o caminho percorrido até esta pesquisa e o processo de escrita desta dissertação. De forma simplificada, o modo mais simples de responder ao questionamento realizado pela banca, no que diz respeito a como encontrar os produtores agrícolas no ambiente urbano, é afirmando que os mesmos sempre estiveram muito próximos, mesmo que indiretamente, da minha história e do meu cotidiano.

O antigo Norte do Estado de Goiás, hoje Estado do Tocantins, esteve politicamente esquecido até o início dos movimentos separatistas de meados da década de 1950. E mesmo no limbo político vivenciado antes desse período, fixaram-se na região grupos de posseiros, indígenas, quilombolas e migrantes de outras localidades que desenvolviam atividades agrícolas de subsistência e comércio do excedente produzido. A qualidade das terras e a abundância hídrica foram os atrativos para a fixação desses grupos na região, elevando a

densidade populacional em áreas de melhor acesso, o que resultou no surgimento de vilas e pequenos aglomerados urbanos.

O município de Augustinópolis (TO), a exemplo de grande parte dos municípios do Extremo Norte do Estado do Tocantins, tem suas origens a partir de fixação de migrantes, em grande parte nordestinos, na região para usufruto da terra para agricultura familiar e posteriormente a pecuária. A notícia do “novo mundo” amplamente divulgada entre familiares de migrantes nordestinos fugindo da seca e/ou migrantes de diversas localidades do país, associados a políticas estatais e fluxos do capital aumentaram consideravelmente a densidade populacional da região até o início dos anos 2000. A aptidão agrícola da região até hoje é responsável por montantes consideráveis no Produto Interno Bruto (PIB) de grande parte dos municípios da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio.

E em busca do “novo mundo”, meus ascendentes familiares, oriundos da região nordeste do país, mais precisamente dos Estados do Piauí e Maranhão, fixaram-se nesta região entre a década de 1950, família dos avós paternos, e 1980, família dos avós maternos. Todos com o mesmo objetivo, usufruir da qualidade das terras e a quantidade de chuvas do antigo norte goiano para a implantação dos roçados e produção de plantas frutíferas, leguminosas e cereais utilizadas na alimentação familiar. O excedente de produção viria a ser comercializado ou permutado por outros produtos, como querosene para uso nas lamparinas de iluminação noturna, cortes de tecidos para confecção de roupas para as crianças, compra de açúcar para o uso regado no preparo do café, dentre outras finalidades.

A matriarca da minha linhagem familiar paterna, minha bisavó Leonarda Maria da Conceição, negra, maranhense, viúva, fixou-se na região do município de Sítio Novo do Tocantins e posteriormente mudou-se para onde hoje encontra-se o povoado Itaúba, no município de Augustinópolis (TO), junto com outros familiares para usufruir da qualidade das terras da região na tentativa de prover a criação dos 6 (seis) filhos do primeiro casamento. Mulher, mãe, dona do lar, lavradora e quebradeira de coco babaçu de tradição familiar, ensinou o ofício da lida com a terra e extrativismo do babaçu a todos os filhos, filhas, e a alguns netos mais velhos, a exemplo, meu pai. Hoje, aos 96 (noventa e seis) anos, conta orgulhosa do ofício que sustentou a família e que, segundo ela, foi responsável pela formação de caráter dos filhos e netos.

Não poderia deixar de registrar a figura guerreira da minha avó paterna Ercília Souza Lima, negra, mãe, esposa, dona do lar, lavradora e quebradeira de coco babaçu, que exerceu o ofício aprendido com a mãe, e que junto com meu avô, Alcides Pereira da Silva, criou 3 (três) filhos, os quais também têm ou tiveram como profissão o ofício da terra. Hoje, viúva,

aposentada, volta e meia ainda vai à chácara e exerce a memória afetiva do babaçu, quebrando uma quantidade mínima de coco para a produção de azeite que será usado na sua cozinha, pelo sabor, cheiro e boas memórias que este produz.

O babaçu e o roçado, também são tradições familiares dos meus ascendentes maternos. Minha avó materna Maria de Jesus dos Santos, dona do lar, quebradeira de coco babaçu, lavradora, assentada da reforma agrária, migrante do Estado do Piauí, junto com meu avô materno Luís Gonzaga da Oliveira, migraram do Nordeste para o norte goiano, àquela época, em busca de local distante da seca nordestina. No norte goiano, hoje Tocantins, chegaram apenas com o sonho de um pequeno roçado para superar as dificuldades vividas na região do Nordeste brasileiro.

Durante minha infância, ouvi inúmeras vezes meu avô, figura masculina muito forte para todos os familiares, expressar a importância do “pedacinho de chão” para o homem escapar da fome, desenvolver-se e criar sua família. Acompanhei durante todos esses anos as melhorias de vida chegando aos moradores da região, a abertura de estradas para o escoamento da produção, a chegada de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais e meu avô sair da subsistência e tornar-se pequeno produtor e pecuarista familiar, atividades que exerceu até o último dia de vida e as quais minha mãe nos delegou por tradição no pedacinho de chão da família.

Nascido em 1992, filho do lavrador Genival Lima da Silva, natural da região, e da professora de Educação Básica Vera Lúcia de Oliveira, migrante nordestina, sou natural do município de Augustinópolis (TO), Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, a época no recente criado Estado do Tocantins. Desde pequeno acompanho a ligação dessa região com as atividades da agricultura familiar, as lutas pela reforma agrária e a intensa participação do rural na economia e nas histórias de vida de seus moradores.

Desenvolvi-me sujeito do território, ligado a tradições familiares do campo, com azeite de babaçu, farinha seca, pequi, carnes de caça e pescado como itens obrigatórios na culinária. Acompanhei de perto a festa de reis, festa do divino, rezas, novenas, macumbas, dentre outras festas religiosas presentes no cotidiano de minha comunidade. Vaquejadas, pegadas de boi, montarias, cavalgadas, forró, festas no interior, na roça, festas de apartação dos animais, abate de reis e criações, também, são exemplos de festas populares com calendário próprio e obrigatórias na cultura das famílias tradicionais da região, a exemplo da minha. Percebo que todas as festas e eventos referenciados têm em comum a tradição familiar do campo, o Nordeste, o Norte brasileiro e a humildade de um povo sofrido, porém, cheio de fé e gratidão.

Durante toda infância ouvi meu pai, profissional lavrador que arrendava terras de terceiros para o cultivo de alimentos para família, expressar a importância da terra para o homem e sua família. Particpei dos mutirões para a limpeza dos roçados dos produtores vizinhos, aprendi a cobertura das casas com palhas do babaçu, acompanhando-o nos mutirões das cobertas de casas na cidade. O fato de morar em uma casa de pau-a-pique coberta com as palhas da palmeira do babaçu tornava obrigatório a participação nas cobertas de casas de outras famílias, atividade de camaradagem e necessária visto que na confecção da cobertura de casa com palhas não existe a possibilidade do trabalho individualizado.

Uma das grandes memórias afetivas da minha infância, refere-se ao fato de meu pai levar-me para os mutirões das coberturas de casas. Aquela era a nossa escola de carpintaria, com três funções bem definidas. A equipe de solo era composta pelos aprendizes (geralmente crianças de 8 a 12 anos de idade) que exerciam a função de carregadores de palha da pilha onde estavam armazenadas até os arremessadores. Essa era a função que iniciava as crianças e os adolescentes com menos habilidades na dinâmica do mutirão. Confesso que somente hoje consigo observar esse modelo de divisão de trabalho, pois quando criança era tudo diversão junto àquela quantidade de pessoas.

A função de arremessadores era exercida por adolescentes, mulheres e pessoas mais velhas, que tinham a responsabilidade de arremessar as palhas para a equipe do teto. Cabe ressaltar que o lançamento demandava muita força, no entanto, os arremessadores além de força, deveriam desenvolver a habilidade de encontrar a melhor posição do arremesso além de manter a segurança de todos os sujeitos envolvidos na ação, pois o lado mais espesso e as bordas do talo da palha da palmeira do babaçu, local no qual é realizado o seu corte, são extremamente afiados ou estão em formato pontiagudos. Neste contexto, qualquer que seja o descuido no arremesso das palhas ou na recepção destas, poderiam causar acidentes.

A terceira função e de maior graduação no mutirão das coberturas de casas de palha era a equipe do teto, sempre formada por homens em idade militar, mais habilidosos e experientes na recepção da palha arremessada e na amarração correta desta. Esse era o grupo com maiores regalias dentro das equipes, como a possibilidade de escolher os seus arremessadores de palha, e terem mais acesso a “cachacinha” e o tira gosto do mutirão. As equipes eram assessoradas antes, durante e após o trabalho, pelas pessoas que fizeram a derrubada e o transporte das palhas, a equipe da cozinha que geralmente situava-se na residência vizinha a que estava sendo coberta, com a função de alimentar todos os envolvidos, e a família beneficiada, responsável pela cachaça e a boa prosa depois da casa coberta.

Realizei essa atividade durante grande parte da minha infância e adolescência, mesmo após meu pai conseguir confeccionar os tijolos necessários para construir nossa residência e cobri-la com telhas. Durante anos, participamos dos mutirões das famílias conhecidas que ainda não haviam conseguido construir suas casas de alvenaria e telhado convencional. Fui graduando a cada posto do mutirão da cobertura com palhas da palmeira do babaçu, e quando adulto, atingi o posto mais alto dessa linha de produção. Festejei junto e recebi grandes abraços dos chefes das famílias beneficiárias ao fim de cada mutirão.

Do mutirão, tenho dois grandes ensinamentos, o primeiro, vindo do meu pai que sem dizer uma palavra, explicava pelo exemplo que caso eu tivesse uma casa coberta de palha, era necessário participar dos mutirões de cobertura para me incluir no circuito de ajuda mútua, pois o telhado da palha da palmeira do babaçu tem vida útil de no máximo 4 (quatro) anos. O segundo ensinamento, também do meu pai, sem dizer uma palavra, foi o de continuar participando dos mutirões de cobertura, mesmo após a construção de uma casa de alvenaria e telhado convencional, por que embora tivéssemos conseguido, nossos companheiros necessitavam de ajuda e o abraço da família beneficiária ao final do trabalho era o mais digno e verdadeiro retorno que alguém pode receber.

Décadas depois, nossa comunidade ainda conserva os circuitos de ajuda mútua, mesmo não sendo tão comum o mutirão de casa de pau a pique e coberturas de palha da palmeira de babaçu. Ainda hoje, em nossa comunidade, preservamos a cultura dos mutirões de construções de casas, edificando residências de alvenaria e telhado convencionais gratuitamente às famílias carentes do município.

Fui crescendo e percebendo a estruturação do município de Augustinópolis (TO) constituída por aspectos urbanos e rurais, embora seja perceptível o avanço do primeiro sobre o segundo, especialmente pela expansão dos novos bairros, setores e/ou aglomerados urbanos. A atividade agrícola faz parte da história do município e da vida da maioria dos seus moradores. Grande parte dos munícipes são filhos, netos, sobrinhos, cônjuges de pessoas ligadas à produção agrícola da região. Minha mãe, professora da Educação Básica, atuando nos anos iniciais da rede municipal de ensino, até hoje, durante 25 (vinte e cinco) anos de trabalho, alfabetizou uma grande quantidade de estudantes oriundos das zonas rurais e projetos de assentamentos do município de Augustinópolis (TO) e de municípios circunvizinhos. Todos os meus colegas de escola durante a maior parte do meu percurso acadêmico são familiares de pessoas do campo.

Amigos da família, colegas de trabalho do meu pai, são pessoas que têm ou tiveram alguma atividade ligada ao campo. A posição geográfica centralizada da sede administrativa

do município e a construção das rodovias estaduais, TO-201 e TO-404 perpassando o município e dando acesso aos municípios de Axixá do Tocantins (TO), Sítio Novo do Tocantins (TO), São Miguel do Tocantins (TO), Imperatriz (MA), Buriti do Tocantins (TO), Esperantina (TO), Araguatins (TO), Praia Norte (TO) e Sampaio (TO) favoreceram a instalação do comércio e o fluxo de bens de consumo, serviços, pessoas, e a produção agrícola da região.

A forte presença da pecuária leiteira na região, também contribuiu para os moldes do desenvolvimento do município, com a abertura dos laticínios Veneza, Carinho e 2000. E, diante de todo esse contexto, muito em função da aptidão regional para o agronegócio, foi estruturando-se o urbanismo agrário de Augustinópolis (TO), pela fixação dos fluxos de capital do campo para a cidade, o fluxo do homem do campo para as áreas urbanas do município, dentre outros fatores.

Dentro do ambiente urbano, as tradições e o trabalho do campo foram ocupando espaços específicos, estabelecendo atividades de produção agrícola dentro da cidade e em torno dela. O próprio avanço do sítio urbano sobre as áreas rurais, engoliu propriedades agrícolas para dentro do espaço urbano da sede administrativa do município. Tudo isso, associado aos fluxos migratórios dos sujeitos e as tradições campestinas formaram a realidade da agricultura urbana e periurbana de Augustinópolis (TO).

Embora já tivesse noção desta realidade, somente a partir do ensino superior que comecei a indagar-me sobre esses aspectos da região. Buscando acesso ao ensino superior, minha inclinação se voltou ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), na cidade de Araguatins (TO), que está distante 34 (trinta e quatro) quilômetros de Augustinópolis (TO). O IFTO, *campus* Araguatins, oferta 02 (dois) cursos técnicos, quais sejam: Técnico em Agropecuária e Técnico em Redes de Computadores; 03 (três) cursos de graduação: Bacharelado em Engenharia Agrônoma, e 02 (duas) licenciaturas: Ciências Biológicas e Computação, e 02 (duas) Pós-graduações *lato sensu*, quais sejam: Desenvolvimento de Sistemas Computacionais e Ensino de Ciências da Natureza e Matemática.

Durante a permanência no IFTO, como estudante, ingressei em pesquisas que abordavam o ensino e a agricultura familiar. Após a conclusão do curso, e já na condição de docente em uma instituição de ensino superior, ministrei disciplinas de Agroecologia, Olericultura, Gestão Ambiental, dentre outras e, também, executei pesquisas na cidade de Augustinópolis (TO), tendo como foco produção de hortaliças, análise de frutos produzidos

em projetos de assentamentos da região e produção de cana-de-açúcar para produção de garapa.

A graduação e a docência elevaram o nível dos meus questionamentos sobre o desenvolvimento da minha região. Tais fatores, inclinaram-me a busca de formação e conhecimento através do mestrado, em um programa que pudessem direcionar respostas aos meus questionamentos bem como apresentar os principais projetos de desenvolvimento com melhor eficácia para localidades tão diversificadas socialmente como a Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio.

E hoje, reta final das minhas atividades no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares (PPGDire) da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), após todo o processo de conclusão dos créditos das disciplinas e os debates importantes que as mesmas propuseram em relação a projetos de desenvolvimento, vulnerabilidades sociais e as demandas populares regionais, consigo entender e afirmar que os participantes desta pesquisa são sujeitos tradicionais do nosso território.

Os produtores agrícolas do município, rurais e urbanos, são amigos, vizinhos, pessoas conhecidas da minha família, dos meus amigos, dos moradores e de famílias tradicionais. Municípios com baixa densidade populacional, como é o caso da maioria dos municípios da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, tem a característica em comum da proximidade dos indivíduos e famílias tradicionais dessas localidades. Os produtores pesquisados são sujeitos tradicionais do cotidiano do município, que assumiram a responsabilidade do fornecimento de alimentos *in natura* à população.

O desejo de evidenciá-los nesta pesquisa, dá-se em decorrência da importância de cada sujeito na história e no desenvolvimento do município de Augustinópolis (TO). Sob tais circunstâncias, a graduação e o trabalho constituíram uma extensão, com aprimoramento, de situações experimentadas na minha família e com amigos. E, de certa forma, a construção desta pesquisa permite reverberar a agricultura urbana sob o viés das alegrias e dos percalços de uma ação nobre, capaz de gerar alimentos à minha família e a tantas outras.

E assim, contando parte da minha história e a história do meu lugar de origem, desejo ter respondido aos questionamentos norteadores desse prefácio. Contudo, devo confessar que também acredito ter conseguido registrar um pouco do meu lugar, da minha gente, das tradições e pessoas importantes no meu desenvolvimento como sujeito do território.

AGRADECIMENTOS

Ao longo da minha vida escolar, acadêmica e social tive o prazer de conhecer e ser orientado por inúmeras pessoas que trilharam comigo os meus estudos, trabalho e vida. Expresso a minha gratidão àqueles que seguraram a minha mão desde o meu primeiro contato com esse plano até o presente momento. Também, considero necessário expor minha incapacidade em expressar por palavras o quão grato eu sou pela vida, amizade e orientação destes.

Listar nomes me parece uma tarefa incapaz de representar todos os que estiveram comigo, guiando-me até aqui, porém não deixaria de utilizar desse momento para apresentar alguns destes nomes que irão representar todos aqueles que por mero espaço, tempo e memória podem não estar grafados nesta dissertação. Aos que não estiverem listados, meu sincero pedido de perdão e o meu sincero sentimento de gratidão a todos.

Como católico, sempre inicio meus agradecimentos à Deus, por sentir-me guiado por seu amor e compaixão, na crença de que sem ele, eu não sou, nem serei nada, jamais. Como homem negro, brasileiro e intenso pesquisador da fé, agradeço a Ogum e Iemanjá, São Jorge, Santa Rita de Cássia, Nossa Senhora Aparecida e todas as divindades ou seres de luz nos quais creio protegerem e guiarem as nossas vidas por meio da nossa fé e amor.

Certamente, em todas as vezes que pude registrar algumas laudas de agradecimentos, logo após agradecer ao criador, dedico essa parte do texto a agradecer a minha base, minha família por todo empenho ao longo da minha vida. Porém, e já pedindo consentimento da minha genitora e exemplo de vida e fé, minha mãe, Vera Lúcia de Oliveira, irei prosseguir agradecendo ao Professor Doutor Francisco Filho da Silva (*in memoriam*), exemplo de vida e quem certamente minha mãe ficará honrada em ceder este momento.

Agradeço, Chico, pelo exemplo de vida e trabalho, pelas orientações recebidas e a amizade que pudemos desfrutar. Você trouxe o exemplo e repassou o legado da pesquisa a muitos egressos do IFTO – *Campus Araguatins*. Nós, os “filhos de Francisco”, mantemos seu legado vivo a cada novo projeto, artigo, monografias, dissertações ou nos simples testemunhos do quão inspirador ele é.

Você nos ensinou que como jovens negros, pobres, de uma região carente como o Bico do Papagaio, deveríamos vencer e estar prontos a combater todas as formas de preconceito, exclusão e entraves para o desenvolvimento do nosso povo e lugar. Lembro-me do seu testemunho, que mesmo após receber uma ótima proposta de emprego na Europa, decidiu

optar pelo seu país e sua região, por considerar ser o seu dever lutar pelo desenvolvimento dela. Espero que saiba que nós estamos trilhando nossos caminhos sob o legado que deixaste e que essa dissertação é mais uma tentativa de evidenciar o Bico do Papagaio e pensar mecanismos de desenvolvimento da nossa região. Sentimos muitas saudades!

Agradeço a toda a minha família, em especial aos meus pais Genival Lima da Silva e Vera Lúcia de Oliveira, por caminharem ao meu lado em toda a minha vida, esforçando-se para compreender o que eu faço (principalmente o meu pai) e como poderiam me auxiliar nessa caminhada. Afirmo, que sem eles eu jamais teria chegado a lugar algum, pois sempre dedicaram confiança e amor incondicional a mim, e acima de tudo me delegaram a mais nobre de todas as heranças que os pais podem ofertar aos filhos, a educação.

Agradeço a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) pela oportunidade de realização do curso de mestrado no Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDIRE). Em especial, agradeço a minha “mãe” Professora Doutora Tatiane Marinho Vieira Tavares, por abrir as portas dessa instituição e do programa no momento em que decidi ser a luz guia da minha caminhada durante o processo da pós-graduação.

Em uma única pessoa, pude ser agraciado em cuidados, orientação, amizade, boas risadas e até puxões de orelhas, tudo em função do meu autoconhecimento, desenvolvimento e formação acadêmica. Durante todo esse processo, nunca me senti sozinho, pois, a Professora Tatiane assumiu a responsabilidade do incondicional apoio em todas as fases da pós-graduação. E como uma boa mãe, deu-me uma família junto aos seus outros orientandos, em especial Marina e Ana, e junto a própria família, com o esposo Adolfo, a “minha irmã caçula”, a Tereza. O Lattes deveria estampar que a ética profissional é a maior qualidade que Tatiane tem, e que a amizade, maternidade e acolhimento familiar são qualidades suas que nenhum currículo será capaz de descrever. A ela e sua família, “minha família”, os meus mais sinceros agradecimentos.

Não poderia deixar de registrar meus agradecimentos ao meu co-orientador Professor Doutor Júlio César Suzuki, docente associado da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Professor Júlio assume o timão da nossa incursão em áreas da geografia humana, agricultura e urbanização, trazendo grandes contribuições a este trabalho e a minha jornada na pós-graduação. A ele, responsável também por grandes risadas nas reuniões de ajustes, bem como nas bancas de apreciação deste trabalho, externo minha imensa gratidão pelo apoio.

Agradeço os professores da UFNT, Professor Doutor Miguel Pacífico Filho, Professora Doutora Thelma Pontes Borges, Professor Doutor João de Deus Leite, Professora Doutora Priciane Correa Ribeiro, Professor Doutor Maurício Ferreira Mendes e todos os demais que compõe o Programa Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais. Iniciamos juntos presencialmente, nos recolhemos aos nossos lares quando necessário à nossa saúde e pensamos formas de contornar a distância física imposta pela pandemia de Covid-19. Enfrentamos uma crise sanitária mundial e todos desdobraram-se para manter o papel social da universidade durante um momento tão complicado da história recente.

Agradeço aos colegas de turma, Ana Paula, Fabyanne, Cláudio, Eneila de Cássia (sempre lembrem do “de Cássia”, por favor, evita ver ela irritada), Elke, Gilson, Gilzomar, o meu xará Guilherme e o Jairon. Rimos, nos divertimos, choramos (acho que esse em maior quantidade... rrsrrsrs), e nos ajudamos ao longo do mestrado e do enfrentamento de uma pandemia mundial. Também vou registrar que muitos deles ainda me devem um chopp.

Agradeço a melhor copiloto e DJ da BR 153, companheira de trincheiras, Eneila de Cássia, com quem compartilhei todas as etapas da pós-graduação, desde a concepção do sonho, cada etapa da seleção e cada dia de trabalho árduo durante esse processo. Dividimos sonhos, a mesma mesa de trabalho, noites em claro, a vida, muitas gargalhadas, angústias pessoais e acadêmicas, percalços e cada pequena conquista que nos trouxe até a conclusão dessa fase da pós-graduação. Nos momentos em que pensei não haver saída, ela nunca desacreditou na vida, no mestrado, em nós mesmos. Me faltam palavras para descrever o quão grato sou pela companhia, parceria, incentivos, amor, carinho, afeto e ensinamentos que pude desfrutar do dia que a conheci até hoje. Obrigado pelas ótimas taças de vinho e também as xícaras de café ao longo das alegrias e dias difíceis compartilhando a vida e os sonhos juntos.

Agradeço a Érica de Cássia, minha chata preferida, que abriu as portas do lar e do coração para me receber em Araguaína (TO). Ganhei um endereço, uma chave de casa, o aconchego de um lar e uma família (mas não é por isso que eu não vou dizer que ela não é chata, por que uma coisa não tem nada a ver com a outra...rrsrsr). Agradeço ao Márcio Melo, companheiro de cozinha, churrasco, umas pingas e boa prosa, sempre. E as pessoas que sempre estiveram por casa e conosco como o Mendanha, Luiza, José, Estevão agradeço a companhia e as risadas desfrutadas.

Agradeço aos companheiros e companheiras produtores rurais do Projeto de Assentamento Recreio, do município de Filadélfia (TO), sorridentes na produção de alimentos sob o sol, lutando e resistindo em favor de uma vida digna e reconhecimento. Tive a

oportunidade e o prazer em partilhar experiências e aprendizados no fortalecimento da agricultura familiar por meio do projeto de extensão desenvolvido durante o mestrado, junto com minha orientadora. Aos guerreiros da Região da Barraria, toda minha gratidão e admiração.

Deixo meus agradecimentos à equipe a frente do Monumento Natural das Árvores Fossilizadas do Tocantins (MONAF), parceira de atividades no projeto de extensão e tantos outros apoios prestados. Agradeço também às professoras da rede municipal e os profissionais de saúde que atuam no Distrito de Bielândia, do município de Filadélfia (TO), pela contribuição nas ações do projeto, rodas de conversas e troca de saberes.

Aos agricultores urbanos que ousaram ocupar os espaços públicos e particulares das cidades na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, acendendo o debate sobre essa prática em uma região tão diversificada, trilhando o urbanismo agrário como alternativa de desenvolvimento. A todos os que tive oportunidade de compartilhar saberes e experiências, os quais me ajudaram a compreender a diversidade e a beleza que constituem a Agricultura Urbana, externo meus agradecimentos.

A todos os agricultores familiares, rurais, urbanos, com os quais convivi desde pequeno e posteriormente compartilhei o local de trabalho a partir da adolescência, responsáveis pela continuidade da minha tradição familiar com a terra e grandes ensinamentos a respeito do manejo consciente dos recursos naturais, mutirões e coletividade. Vocês também são responsáveis pelo meu interesse no cheiro do mato, na lida com a roça, com o gado, com as montarias, com o churrasco e o contato com a vida simples que as atividades agrícolas proporcionam. A estes, também externo toda minha gratidão.

Aos amigos distantes e presentes, que acompanharam minhas postagens de correria ou viram de perto minhas olheiras, partilharam a ansiedade ou a falta de tempo para outras coisas além da vida do mestrado, ou antes mesmo deste quando estive trilhando o caminho da educação como formando, formado e formador: Rafael, Bárbara, Evandro, Joaquim, Egberto, Benigno, Carla, Franciel, Miquéias, Décio, Quitéria, Kátia, Vânia, Fernando Cardoso, Fernando Pereira, Alexandre, Neto, Jackson, Cristiano, tantos e tantas que não conseguiria terminar esses agradecimentos se continuasse listando, minha gratidão.

Agradeço a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e a Faculdade do Bico do Papagaio (FABIC) pelo apoio institucional durante esse processo de formação. Registro aqui os nomes da Professora Mestra Gisele Leite Padilha Valoes e do Professor Doutor Nilton Elias de Freitas, que personificaram essas instituições ouvindo meus anseios e sempre atendendo minhas solicitações.

Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio institucional. Essa dissertação também é fruto do caminho que trilhei no IFTO ainda durante a graduação, desse modo também registro meus agradecimentos a todos os profissionais, conselheiros e amigos de lá que ajudaram nesse caminho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Propagandas dos programas “Liberty and Victory Gardens”, “Dig for victory” e similares em diferentes países.....	38
Figura 2. Municípios que compõem a Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, no estado do Tocantins, na Amazônia Legal.....	81
Figura 3. Mapa de localização do município de Augustinópolis-TO.....	85
Figura 4. Bairro Centro com ruas sem Pavimentação Asfáltica.....	87
Figura 5. Bairro Centro limite com propriedades agrícolas.....	87
Figura 6. Destaque Avenida Goiás.....	89
Figura 7. Avenida Goiás. Inserção de comércios.....	89
Figura 8. Fases da Análise de Conteúdo.....	95
Figura 9. Mapa de localização das propriedades agrícolas urbanas e periurbanas de Augustinópolis-TO.....	98
Figura 10. Lixão Município de Augustinópolis-TO.....	105
Figura 11. Célula de aterro sanitário deteriorada.....	105
Figura 12. Empreendimento Agrícola Urbano 1. Dentro da cidade. Edificações ao fundo..	108
Figura 13. Empreendimento Agrícola Urbano 1. Dentro da Cidade. Canteiros estruturados com contenção de forro PVC.....	109
Figura 14. Empreendimento Agrícola Urbano 2. Produção de Hortiças.....	109
Figura 15. Empreendimento Agrícola Urbano 2. Criação de porcos.....	110
Figura 16. Empreendimento Agrícola Urbano 3, dentro da cidade, na Avenida Goiás.....	110
Figura 17. Empreendimento Agrícola Urbano 3. Cultivo de mandioca.....	111
Figura 18. Empreendimento Agrícola Urbano 4.....	112
Figura 19. Empreendimento Agrícola Urbano 4. Ao fundo, edificações urbanas.....	112
Figura 20. Empreendimento Agrícola Urbano 5. Ao fundo, edificações urbanas.....	113
Figura 21. Empreendimento Agrícola Urbano 5, com pasto. Ao fundo, edificações urbanas	113
Figura 22. Empreendimento Agrícola Urbano 6. Em torno da cidade. Residência e entrada da área.....	114
Figura 23. Empreendimento Agrícola Urbano 6. Cultivo de Feijão e ao fundo Mandioca..	114
Figura 24. Empreendimento Agrícola Urbano 07, em torno da cidade. Residência e área de produção de mandioca.....	115

Figura 25. Empreendimento Agrícola Urbano 07, área de pastagem.....	115
Figura 26. Empreendimento Agrícola Urbano 2. Berçário de produção de mudas de hortaliças, coletadas de plantas com ciclo tardio. Palhas de palmeira de babaçu usadas em substituição de telhados sintéticos, como sombrites e plásticos de estufas. Área de compostagem.....	120
Figura 27. Feira municipal de Augustinópolis. Espaço interno.....	121
Figura 28. Espaço externo ao mercado.....	121
Figura 29. Localização do lixão do município de Augustinópolis - TO.....	142
Figura 30. Lixão do município de Augustinópolis - TO, às margens da rodovia estadual TO-201. Entrada do lixão.....	142
Figura 31. Célula de aterro sanitário de Augustinópolis-TO deteriorada pelo tempo.....	143
Figura 32. Célula de aterro sanitário de Augustinópolis-TO inundada e parte da proteção do solo deteriorada.....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Distribuição da idade dos entrevistados.....	100
Tabela 02. Grau da escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados.....	100
Tabela 03. Renda mensal obtida no Empreendimento Agrícola Urbano dos entrevistados..	101
Tabela 04. Relação da renda familiar da AUP e núcleo familiar dos entrevistados.....	102
Tabela 05. Caracterização do tipo e condições estruturais, infraestrutura urbana e sanitárias da moradia dos agricultores urbanos e periurbanos entrevistados.....	103
Tabela 06. Caracterização referente a área utilizada nos sistemas de produção adotados pelos entrevistados.....	106
Tabela 07. Caracterização quanto ao número de pessoas envolvidas e o vínculo empregatício destas nas propriedades.....	107
Tabela 08. Espécies cultivadas e criação de animais identificadas nas propriedades.....	107
Tabela 09. Caracterização das tecnologias de produção utilizadas pelos produtores entrevistados.....	116
Tabela 10. Caracterização da fonte de abastecimento de água na produção das propriedades.....	116
Tabela 11. Valores atribuídos aos fatores ambientais das propriedades.....	117
Tabela 12. Locais de comércio dos produtos agrícolas oriundos das propriedades pesquisadas.....	119
Tabela 13. Motivos da escolha da AUP como empreendimento.....	125
Tabela 14. Origem do conhecimento para o início e a continuação da atividade agrícola urbana.....	127
Tabela 15. Tipos de atividades desempenhadas além da produção agrícola urbana.....	129
Tabela 16. Trabalho/ocupação anterior à produção agrícola dentro do espaço urbano.....	130
Tabela 17. Migrantes de áreas rurais de Augustinópolis ou outros municípios.....	131
Tabela 18. Impactos da Pandemia de Covid-19 sobre a AUP na percepção dos entrevistados.....	135
Tabela 19. Facilidades e desafios do trabalho com a Agricultura Urbana e Periurbana.....	138
Tabela 20. Conquistas pessoais ou de familiares alcançadas a partir de AUP.....	145
Tabela 21. Melhorias na qualidade de vida ou bem-estar associados à Agricultura Urbana e Periurbana.....	146

Tabela 22. Continuação da AUP pelos descendentes dos empreendedores.....	147
Tabela 23. Motivações em dar continuidade à AUP em Augustinópolis - TO.....	148

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Linha do tempo e a internalização do direito humano à alimentação adequada no Brasil.....	49
Quadro 02. Sistematização da legislação brasileira sobre Agricultura Urbana e Periurbana.	55
Quadro 03. Características do Subdesenvolvimento segundo a obra de Celso Furtado.....	66
Quadro 04. Número de municípios do Estado do Tocantins nos Censos 1991, 2000 e 2010.	84

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL.....	30
2.1 Agricultura Urbana e Periurbana.....	30
2.1.1 Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana.....	43
2.2 Desenvolvimento Social e Desenvolvimento como Liberdade.....	59
3. PERCURSO METODOLÓGICO.....	79
3.1 Natureza da pesquisa e a caracterização do método.....	79
3.2 Caracterização do local da pesquisa.....	81
3.2.1 Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio.....	81
3.3 Caracterização dos participantes da pesquisa.....	91
3.4 Da coleta dos dados.....	93
3.5 Caracterização dos procedimentos de análise dos dados.....	94
4 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA CIDADE DE AUGUSTINÓPOLIS – TO.....	97
5 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM AUGUSTINÓPOLIS - TO.....	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156
APÊNDICES.....	172
ANEXO.....	180

1 INTRODUÇÃO

A agricultura representa um elemento importante na constituição dos territórios, e foi o principal mecanismo de modificação do espaço geográfico nas terras emersas, responsável pela fixação do homem em distintas áreas do planeta, o que culminou no abandono do estilo de vida nômade.

No decorrer dos séculos, a agricultura desempenhou papel importante para a humanidade, por exemplo, na economia, por meio da produção de bens e serviços. Esses foram usados como elementos de troca até à introdução dos metais, das moedas e das cédulas propriamente ditas, a partir do início do pensamento econômico grego e os seguintes sistemas econômicos: Feudalismo, Mercantilismo e Fisiocracia (BATISTA, 2012). Ela assumiu, portanto, a mais importante atividade econômica da constituição e da manutenção da sociedade.

Dias (2018) expõe que as cidades teriam seu surgimento em decorrência das práticas agrícolas. Após a ruptura da vida nômade, trabalhadores rurais concentram-se em espaços de troca de mercadorias, em entrepostos, que foram modificados até a fixação e a aglomeração de moradias. Posteriormente, as cidades modernas teriam surgido pelo processo de industrialização, com esvaziamentos das áreas rurais em detrimento do trabalho na indústria.

Mazoyer e Roudart (2008) descreveram que, a partir da década de 60, do século XX, tem início a revolução agrícola contemporânea. Essa revolução deve ser compreendida pela introdução maciça de tecnologia, de produção animal, vegetal e derivados, melhoramento genético, motorização e mecanização do campo, uso de adubos e fertilizantes químicos.

Um movimento importante no entendimento deste processo, conduzido por grandes agências de desenvolvimento e instituições filantrópicas privadas dos países desenvolvidos, em especial dos Estados Unidos da América, foi denominado de “Revolução Verde”. Essa “Revolução” tinha como proposta o desenvolvimento econômico ocidental. Para tanto, o foco seria a introdução de uma resposta tecnológica à escassez de alimentos no mundo, sugerindo a produção em larga escala como uma solução ao combate da fome mundial (ALVES; TEDESCO, 2015).

Assegurada por aquela assertiva de erradicação da escassez mundial de alimentos e gerida por políticas agrícolas baseadas na proposta de desenvolvimento da “Revolução Verde”, a agricultura nos países desenvolvidos progrediu extensa e vigorosamente. Porém, tais políticas, quando aplicadas aos países considerados em desenvolvimento, com a

agricultura majoritariamente camponesa e portadora de pequenas propriedades, produziu resultados catastróficos (MAZOYER; ROUDART, 2008).

A reconfiguração dos sistemas agroalimentares mundial a partir da Revolução Verde foi claramente marcada por controvérsias políticas e sociais (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018), especialmente por promover um aumento das desigualdades no campo, fazendo com que os agricultores, donos de pequenas áreas, de atividades agrícolas braçais, não obtivessem acesso aos meios e mecanismos de produção propostos pela revolução agrícola contemporânea (MAZOYER; ROUDART, 2008).

O Brasil incorporou em suas políticas agrárias as mesmas características (uso de tecnologia, de mecanização, de insumos sintéticos e ampla utilização de agrotóxicos) da revolução agrícola contemporânea dos outros países. Essa tecnologia foi, também, monetizada dentro do território nacional e os pequenos agricultores, historicamente empobrecidos pelo mercado financeiro agrícola, não puderam adquirir os pacotes tecnológicos disponíveis.

Assim, o país, na década de 60, ainda exibia um percurso histórico agrário constituído e consolidado por feições estritamente coloniais, ou seja, mantedor de divisão de terras não democráticas, grandes áreas de monocultura e extensa exploração do trabalho análogo ao escravo (DOMINGUES, 1997).

A República, embora declarada pela liberdade, recebeu a revolução agrícola contemporânea em um cenário de extrema pressão para a legalização do latifúndio, disputa por terras, marginalização dos negros recém libertos, bem como a exploração da mão de obra no campo. O sistema agroalimentar do país à época reafirmava a dependência histórica a um modelo agroindustrial focado na produção de *commodities* de exportação, articulando toda a economia local em função da exportação de produtos primários (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

Desse modo, observa-se que a revolução agrícola contemporânea teve incursão nas porteiras do latifúndio e de grandes propriedades. Os agricultores familiares, empobrecidos pelo histórico de desigualdades no cenário agrícola brasileiro, não puderam acessar as novas tecnologias de avanço em rendimentos e de produtividade.

Concomitante ao avanço da agricultura, se presencia também, o crescimento populacional, o desenvolvimento do meio urbano e a modificação no espaço geográfico em prol das cidades e dos grandes centros. A respeito desse fato, Buainain et al. (2013) discorre que o desenvolvimento do meio urbano tem como principal critério geográfico a ocupação e a apropriação dos espaços rurais. Esse fenômeno, aliado ao êxodo rural vivenciado no país a partir da década de 70, trouxe o homem do campo para as cidades.

As alterações econômicas em função das assimetrias no comércio internacional provocadas pelo domínio industrial e tecnológico de países capitalistas centrais elegeram a indústria como fator de desenvolvimento econômico e a agricultura como ferramenta de subsídio na expansão da industrialização mundial. À agricultura, cabia o papel de fornecer alimentos, matéria-prima e mão de obra, não permitindo que esta última ficasse escassa dentro das plantas de produção, a fim de evitar um aumento de salário no setor industrial e, consequentemente, a queda de lucros dos empresários (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018).

A intensificação dos grandes empreendimentos agrícolas, a elevação da monocultura e os altos preços das tecnologias de produção promovem o empobrecimento, a marginalização e a expulsão da agricultura familiar do campo e uma precarização da vida dos agricultores familiares nos ambientes urbanos (BUAINAIN et al., 2013). Beltran (1994), reitera que nesse processo migratório ocorre intensa erosão identitária e de saberes do agricultor, que associados ao modelo de vida urbana, não favorecem o seu desenvolvimento e qualidade de vida.

Sobre outra ótica, o ritmo do aumento da população mundial alerta para a necessidade de repensar a produção, o consumo, o desenvolvimento e a vida social. As previsões da *Food and Agriculture Organization* (FAO, 2016) apontam para uma população mundial com um número superior a nove bilhões de pessoas no ano de 2050, e que, seguindo o ritmo de consumo atual, será necessário um acréscimo de 60% (sessenta por cento) de alimentos e 40% (quarenta por cento) de água disponível para o consumo no planeta.

Porém, o impacto ambiental, econômico e social da expansão da produção de alimentos e usos da água a tornará insustentável se forem utilizados os modelos atuais de produção, de consumo e de distribuição, incitando a necessidade de refletir toda a cadeia produtiva da agricultura (FAO, 2016).

Niederle e Wesz Junior (2018) complementam que o novo modelo organizacional contemporâneo dos sistemas agroalimentares e seus artefatos do progresso tecnológico alteraram o ritmo de trabalho, a produtividade e a velocidade do processo produtivo, mas também, dilataram problemas econômicos, sociais e ambientais que envolvem a produção agrícola comercial do planeta. A sustentabilidade econômica e social da alimentação mundial passa, então, pela análise dos fatores que envolvem as mudanças nas novas ordens alimentares mundial.

Assim, é necessário observar o contexto histórico de transformação geográfica e social da agricultura como direcionamento, bem como identificar seus fenômenos atuais no planejamento do futuro agrícola mundial. E a agricultura familiar sustentável, sempre assumiu

espaço importante, não somente na balança de produtividade, mas na balança social da humanidade. Ela, em suas diversas modalidades, carregou importantes características sociais, econômicas e ambientais que serão pontos centrais no desenho da nova agricultura (MAZOYER; ROUDART, 2008).

Repensar o modelo agrícola mundial envolve planejamento econômico, social e ambiental para o melhor aproveitamento dos espaços, fortalecimento da segurança alimentar, expansão dos direitos sociais, defesa dos povos tradicionais e conciliação da tecnologia atual com os saberes da terra. Nesse contexto, a agricultura urbana intensifica-se como uma atividade historicamente evidenciada e como um fenômeno expoente no planejamento da infraestrutura, economia, ecologia e na sustentabilidade dos ambientes urbanos.

Por definição, a Agricultura Urbana (doravante AU) pode ser entendida como a prática agrícola dentro das cidades. Mougeot (2000) nos respalda ao informar que a agricultura urbana se diferencia da rural por integrar o sistema econômico e a ecologia urbana. Almeida e Costa (2014, p. 3) complementam que, embora bastante estudado, esse conceito “ainda se encontra em construção e, como um processo em curso, permanece aberto a uma disputa por significado que pode estar relacionado a diferentes visões de mundo e utopias de sociedade e de cidade”.

O conceito apresenta, também, uma característica multidimensional por incluir produção, prestação de serviços geradores de produtos agrícolas cultivados (frutas, hortaliças, plantas medicinais, entre outros) e pecuários (criação de animais de pequeno a grande porte), com foco no autoconsumo, doações, permutas e comercialização (SANTANDREU; LOVO, 2007).

A definição de agricultura urbana não pode estar associada única e exclusivamente com o espaço geográfico devido à classificação de cidade e meio urbano no país. A complexidade das características que compõem o urbano e sua interligação com o rural torna difícil uma abordagem conceitual. Desse modo, a definição de cidade é administrativa e considera todas as sedes de municípios como cidades, e somente estas (IBGE, 2017).

Contudo, cidades representam espaços heterogêneos de aglomeração de indivíduos, firmas e todas as externalidades produzidas pelo contato direto destes com o espaço que ocupam. São consideradas elementos chaves e decisivos para articulação, comando e ordenamento do território nos diversos projetos de desenvolvimento (SHERER; AMARAL, 2020).

Fernandes (2018) complementa que existe dificuldade em conceituar as pequenas cidades no país, devido à quantidade e a diversidade destas e sua proximidade com o meio

rural. No exterior, a classificação de cidade adota uma relação de critérios, como o número de eleitores, a localização e a densidade demográfica (VEIGA, 2004).

O urbano não é formado apenas pelos grandes centros ou metrópoles, mas inclui também, as médias e as pequenas cidades. Augustinópolis (TO) é um exemplo de cidade pequena, como será visto adiante. Tal cidade, insere-se nas dinâmicas urbanas do extremo norte do Estado do Tocantins (ALVIM; BESSA; FERREIRA, 2019). Embora distante da capital, o município apresenta a maior parte do seu processo administrativo condicionado às decisões da capital, devido ao tamanho e às bases econômicas.

Considerando-se que Augustinópolis (TO) insere-se na Amazônia Legal, é importante salientar que a urbanização da região surge do movimento de apropriação das suas áreas e recursos por forças nacionais e internacionais. O debate da expansão da fronteira econômica sobre a região é constituído de um embate entre os interesses do agronegócio e a liberdade de povos tradicionais que praticam agricultura familiar na Amazônia. Nesse sentido, a fronteira amazônica deve ser estudada a partir da inserção do país no capitalismo global e as forças de controle, hierarquização e regulação que este exerce sobre o espaço (BECKER, 1988).

Por esse motivo, mais de 70% das cidades da Amazônia Legal apresentam pequenos números populacionais e uma área urbana reduzida, tendo sua economia pautada nos circuitos de economia do agronegócio e outras atividades capitalistas, a exemplo da mineração. Suas dinâmicas urbanas são resultantes de projetos de expansão comercial, produtiva e populacional, praticados com o intuito de ocupação e exploração capitalista da região (PRESSLER, 2010).

A Agricultura Urbana e Periurbana (doravante AUP) esbarra nas políticas públicas direcionadas à agricultura rural, que promovem a disponibilidade de crédito, de projetos de expansão, de assessoria, de assistência técnica, de reforma agrária, de infraestrutura e de segurança agrícola. Para tanto, Mougeot (2000), propõe a definição de agricultura urbana quanto à localização, classificando-a em urbana e/ou intraurbana, quando praticada dentro das cidades ou periurbana, quando a sua prática está em torno desta área. O autor inclui subcategorias na sua definição, conectando a prática ao tipo de área, de economia, de sistema de produção, a fim de propor uma classificação mais precisa, já entendendo as disparidades das definições entre cidade e urbano pelo mundo e suas causas na produção de um conceito.

A agricultura urbana sempre existiu, porém, sem extenso reconhecimento e estímulo no Brasil e no mundo, mesmo preenchendo a lacuna da produção de alimentos em momentos de crises agudas, como guerras, recessão econômica e catástrofes ambientais (LOVO, 2011).

Pensando o cenário mundial da pandemia de 2020, Alves (2020) declara que o período pandêmico e pós-pandêmico provocado pelo vírus SARS-CoV-2, causador da enfermidade Coronavírus disease 2019 (COVID-19), pode representar uma grande oportunidade de discussão na valorização da agricultura urbana, na garantia da segurança alimentar mesmo em tempos de crise.

A respeito das tomadas de decisões acerca das ações de mitigação dos efeitos da pandemia no mundo, Suzuki e Araújo (2020), declaram que o fator humano, premissa irrevogável na tomada de decisões sociais, foi deixado em segundo plano em detrimento dos impactos da crise sanitária sob política e economia mundial. Essa situação representou um grande desafio, onde interesses capitalistas foram preservados enquanto interesses sociais não receberam as devidas intervenções.

A pandemia de Covid-19 interviu diretamente sobre as atividades dos sistemas alimentares mundiais. Influenciou a produtividade, a distribuição, o comércio e o consumo de alimentos do campo, e resultou em problemas de ordem alimentar e social. Países como o Brasil, os Estados Unidos da América e a China focaram na manutenção da economia das *commodities*, enquanto países de menor economia executam a política de assistência aos pequenos produtores, a exemplo da prorrogação de crédito da agricultura camponesa no Chile, da redução de impostos de exportação de produtos agrícolas no Equador, e do financiamento de preços mínimos a produtos agrícolas no México (CEPAL, 2020).

A maior parte da agricultura da América Latina e do Caribe teve seus sistemas alimentares atingidos e vulnerabilizados frente à pandemia, devido ao seu caráter produtivo de subsistência. A grande presença de agricultura familiar na maioria dos países e a falta de política macroeconômica em função desta culminou na precarização das atividades agrícolas nos países e no desabastecimento de alimentos do campo na mesa de latinos e caribenhos (CEPAL, 2020).

A fome e a desnutrição assumiram novos patamares durante a crise sanitária causada pela Covid-19, como sempre ocorreu em crises ao longo da história. O modelo econômico baseado no comércio agrícola de produtos primários recebeu novo estímulo à exportação enquanto a produção de alimentos sofreu e ainda sofre com a inflação dos preços e a redução de produtividade, expondo trabalhadores das pequenas cadeias produtivas do Brasil e do mundo (SCHNEIDER et al, 2020).

Assim, a agricultura urbana pode ser uma alternativa viável no suprimento da demanda de frutas frescas, de vegetais e de alguns produtos de origem animal dentro das cidades, desenvolvidos em múltiplos circuitos de curta logística, contribuindo com o acesso a

alimentos saudáveis de menor custo para as famílias em nível local, especialmente em comunidades pobres e marginalizadas.

A própria Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2020) já demonstra uma preocupação com a pandemia e como período pós-pandêmico, no sentido de que possam reproduzir um panorama de crise semelhante ou com proporções superiores à dos anos 2008 e 2009. Neste intervalo, os Estados diminuíram maciçamente as exportações de alimentos. No cenário atual, o mundo já impôs uma série de restrições comerciais e de viagens que podem limitar a fluência de alimentos importados para diversas localidades, impactando o acesso aos alimentos, principalmente em regiões mais pobres (FAO, 2020).

A agricultura familiar, a de subsistência, a de pequena escala, a urbana, demonstraram, durante anos, um modelo sustentável de autoprodução de alimentos, diversificação de produtos para o comércio de alimentos economicamente viáveis e com segurança alimentar (PORTELA; VILHENA JÚNIOR, 2013).

Analisando o contexto da alimentação no mundo, somos direcionados a pensar em mecanismos que possibilitem o avanço da produção de alimentos em quantidade e qualidade para alimentar a população mundial, garantindo a sanidade dos produtos, a redução da degradação ambiental, a inclusão social, a manutenção da economia, a geração de emprego e a renda em época de crise ou êxito.

A prática agrícola em áreas urbanas é uma temática que se articula não somente nas questões de espaço e de produção, ou apenas na agricultura, mas em uma discussão que envolve questões sociológicas, históricas, biológicas, ambientais, de saúde, de planejamento do espaço urbano e econômicas (LOVO, 2011).

Estudos apontam que o cultivo agrícola em ambientes urbanos pode gerar impactos significativos na economia familiar e local, benefícios na saúde e nutrição dessas famílias dentro das cidades, gerando emprego e renda para mulheres, jovens, adultos e idosos em áreas de periferia (PORTELA; VILHENA JÚNIOR, 2013). Middle et al. (2014) observam que, além dos benefícios mencionados, a agricultura urbana promove o aumento da interação entre a comunidade em torno da produção, estreitando laços e criando organizações coletivas.

Buainain et al. (2013) informam que a agricultura familiar, em todas as suas modalidades, tem explorado de forma intensiva e eficaz os recursos disponíveis para sua prática, e, que, mesmo com a redução da tecnificação em relação a outros modelos de produção, tem conseguido gerar renda superior àquela esperada. Ela manteria a subsistência

familiar, e integraria as cadeias produtivas em várias cidades, com produtos disponíveis no comércio e nas feiras livres.

A agricultura urbana pode representar mais um segmento no balanceamento da proposta de desenvolvimento social para municípios inseridos na Amazônia Legal (FOLHES et al., 2021). Estados que compõem a Amazônia Legal são, atualmente, laureados por grandes empreendimentos (extração de minério, hidrelétricas, grandes áreas de monocultura, florestas não naturais, como exemplo, a silvicultura) (FOLHES et al., 2021). Tais empreendimentos, podem até gerar riqueza econômica ao município, mas, nem sempre esta riqueza está atrelada ao desenvolvimento social e humano e à distribuição de renda igualitária.

Neste sentido, observadas as definições, os benefícios e os empasses aqui apresentados, a presente pesquisa pretende avaliar e problematizar a Agricultura Urbana e Periurbana no extremo norte do Estado do Tocantins, na Amazônia Legal, na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, tomando como recorte espacial o município de Augustinópolis (TO). A construção do embasamento teórico da pesquisa filiou-se ao referencial teórico-conceitual de desenvolvimento social do economista Celso Furtado (1974) e do desenvolvimento humano de Amartya Sen (2010).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi problematizada a seguinte situação: A cidade de Augustinópolis (TO) está localizada na Região Imediata de Araguatins e Região Intermediária de Araguaína (TO), região anteriormente denominada como Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio¹, em convergência com os Estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão. A microrregião tem forte aptidão histórica para a agricultura e a pecuária, apresenta grandes desigualdades sociais e econômicas e um histórico de conflitos agrários entre as décadas de 1970 e 1980 (OLIVEIRA; STRASSBURG, 2014).

Augustinópolis (TO) tem localização geográfica estratégica na microrregião geográfica que está inserida, exercendo papel de centro comercial, com o Produto Interno Bruto (PIB) constituído principalmente de valores advindos de serviços, da indústria e da agropecuária. A produção agropecuária ocorre em propriedades rurais particulares e nos assentamentos da reforma agrária (PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS, 2020). Contudo, outras áreas do município têm sido utilizadas para a agricultura, como é o caso do espaço urbano e periurbano. Assim, é de interesse deste trabalho a agricultura urbana

¹ A Divisão Regional do Brasil em Mesorregião e Microrregião foi adotado pelo IBGE em 1989, utilizada até o ano de 2017, quando iniciou o processo de migração para a nova organização do território, qual seja, Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017). Atualmente o IBGE utiliza as duas propostas em conjunto em seus *sites* de divulgação.

e periurbana realizada no município, no sentido de melhor compreender esse espaço produtivo.

A pesquisa justifica-se pelos modelos historicamente desiguais de apropriação do espaço urbano e rural em que o trabalhador rural, desempregado, sofre extensa exclusão de acesso a direitos individuais e coletivos, além da carência de pesquisas voltadas à agricultura urbana e periurbana em Augustinópolis (TO), conforme apresentado no parágrafo subsequente.

A pesquisa de Leão et al. (2019) apresenta algumas informações importantes sobre o cultivo de hortaliças em propriedades rurais e urbanas de Augustinópolis (TO) no ano de 2018. Contudo, não é possível verificar o tempo em que o produtor consultado fazia uso da agricultura na cidade. Entre as informações relevantes estão a prevalência de que 70% (setenta por cento) da cadeia produtora de hortaliças do município de Augustinópolis (TO) está localizada em área urbana, com 56% (cinquenta e seis por cento) de mão de obra feminina e todas as propriedades com área menor a um hectare.

Leão et al. (2019) e Izidoro, Oliveira e Moraes (2021), apontam que a agricultura familiar e urbana são a principal fornecedora de hortaliças nas feiras livres e nos supermercados do município. Além do cultivo de hortaliças, Miranda (2019) informa sobre o uso do espaço urbano para o plantio de cana-de-açúcar para a extração da garapa (caldo) comercializado *in natura* no centro da cidade.

A elevação ao debate acadêmico de práticas populares desenvolvidas nas cidades à revelia do Estado, anônimas e como alternativas sociais pode ser um mecanismo eficiente no seu fortalecimento. Assim, embora existam inúmeros trabalhos que desenvolvem a temática, esta proposta de pesquisa terá seu diferencial na análise da Agricultura Urbana e Periurbana no extremo norte do Tocantins, dada a escassez de pesquisa com a temática na microrregião, salvo o trabalho de Silva, Mendes e Guedes (2021), em Ananás, e por ser Augustinópolis (TO) a terceira cidade da microrregião a alcançar em 2010, uma população de 15.950 (quinze mil, novecentos e cinquenta) habitantes (IBGE, 2010), estando atrás de Araguatins (TO) e Tocantinópolis (TO), e por exhibir, no segmento de rede urbana, o fornecimento de bens e serviços básicos à população local e microrregional, conforme destaca Alvim, Bessa e Ferreira (2019).

Em um país de dimensões continentais, com ampla heterogeneidade, pesquisas científicas sob uma ótica regional são essenciais na produção e elaboração de dados que buscam entender os vários “Brasis”, conforme aponta Ribeiro (1995), e podem se tornar a

melhor base para a construção de políticas públicas inclusivas para o desenvolvimento social e humano.

Sendo assim, nesta pesquisa, é relevante compreender a dinâmica da agricultura urbana existente na cidade de Augustinópolis (TO) pelo viés dos(as) atores(as) sociais que a executam. Para isso, as seguintes indagações foram propostas: Quais são os benefícios identificados pelos produtores que executam a agricultura urbana e periurbana em Augustinópolis (TO)? Tais benefícios poderiam estar relacionados à asserção de desenvolvimento humano e social, propostos respectivamente, por Amartya Sen (2010) e Celso Furtado (1974)?.

Como hipótese, para o desenvolvimento da pesquisa, considerou-se que a prática da agricultura urbana e periurbana na cidade, figura-se, *apriori*, como um meio ao desenvolvimento, no sentido de ofertar melhoria na qualidade alimentar e na geração de renda aos produtores.

Apresentada a problemática da pesquisa que lhe dá significação, segue-se a apresentação do objetivo geral, qual seja: avaliar e problematizar a prática da agricultura urbana e periurbana realizada na cidade de Augustinópolis (TO) como promotora do desenvolvimento social e humano daqueles(as) que a executam. O objetivo geral subdivide-se em cinco objetivos específicos, sendo eles: a) descrever o perfil socioeconômico do(a) agricultor(a) urbano e periurbano na cidade de Augustinópolis (TO); b) realizar o mapeamento dos empreendimentos agrícolas urbanos e periurbanos na cidade; c) identificar e problematizar a percepção do(a) agricultor(a) sobre a prática agrícola urbana; d) analisar as consequências produtivas e mercadológicas dos(as) produtores(as) durante a pandemia da COVID-19; e) identificar e problematizar a prática agrícola, os saberes tradicionais aplicados, os sistemas de produção adotados, o percurso da comercialização e os possíveis indicativos de melhoria no empreendimento.

Conforme o exposto e com base nos objetivos elencados, são apresentados os seguintes procedimentos metodológicos investigativos:

- a) Revisão bibliográfica de caráter histórico-temporal sobre o conceito, a origem, a aplicação da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) e as políticas públicas que lhe dão suporte, no âmbito nacional e regional;
- b) Revisão bibliográfica teórico-conceitual do Desenvolvimento como Liberdade, de Sen, e Desenvolvimento Social pela via de Celso Furtado;

- c) Por fim, a análise e a sistematização dos dados obtidos por meio do formulário e da(s) entrevista(s) aplicado(a) aos produtores (as) e da própria redação da dissertação.

Os resultados obtidos, por meio desta pesquisa dará ensejo, em momento oportuno, à visibilidade da agricultura urbana e periurbana na já mencionada cidade, bem como à formulação de planos estratégicos de desenvolvimento da agricultura urbana em Augustinópolis (TO) e, também, a oportunidade de incitar discussões no âmbito de políticas públicas na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio que atendam as necessidades dos grupos e que prezam pela qualidade da produção, do bem-estar do(a) produtor(a), da segurança alimentar e do abastecimento.

A pesquisa em questão, tem uma abordagem social, com uma incursão na geografia e na história. Ela versa sobre a linha de Desenvolvimento e Tecnologias Sociais que se firma o Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais (PPGDire)². O programa se propõe ao diálogo da academia com os grupos a que se pretende pesquisar, com a justificativa de se pensar criticamente a realidade de um determinado meio social, ao expor os inconvenientes e as possibilidades que possam conduzir a um desenvolvimento local e regional sustentável, que envolvam um dos setores, quais sejam: educacionais, ambientais, políticas públicas e sociedade.

A pesquisa está estruturalmente organizada em cinco partes: a primeira, a introdução, consta uma contextualização do tema abordado, a problematização, a indagação, os objetivos geral e específicos, a hipótese e a justificativa, com o intuito de apresentar a pesquisa.

O capítulo 2 é uma incursão ao referencial teórico-conceitual que apresenta duas abordagens, quais sejam, o conceito e a historicização da Agricultura Urbana e Periurbana no contexto mundial, nacional e estadual e a compreensão da terminologia desenvolvimento, sob a égide do Desenvolvimento Social, por meio de Celso Furtado, e do Desenvolvimento Humano como Liberdade de Amartya Sen.

O capítulo 3, expressa o procedimento metodológico desenvolvido, por meio dos métodos utilizados na pesquisa qualitativa de objetivos exploratórios e descritivos. Apresenta, também, o recorte espacial da pesquisa, a organização do instrumento de coleta dos dados, o formulário, a entrevista semiestruturada, a aplicação da estatística descritiva ao formulário e a técnica de análise de conteúdo, que permitiu a organização das entrevistas realizadas em categorias e subcategorias temáticas.

²Disponível na página do Programa.
<https://ww2.uft.edu.br/index.php/ppgdire/linhas-de-pesquisa>.

O capítulo 4 apresenta o resultado e a compilação dos dados obtidos do formulário, acrescidos da discussão com base no referencial teórico proposto e literaturas acessórias.

O capítulo 5 apresenta dados referentes a percepção dos empreendedores agrícolas urbanos alvos desta pesquisa obtidos através de entrevistas com os mesmos. Os dados deste capítulo também estão acrescidos de uma discussão a partir do referencial teórico conceitual utilizado nesta pesquisa, como literaturas acessórias consideradas importantes nessa linha de pesquisa.

Por fim, é apresentada as considerações finais acerca da temática, os resultados obtidos e os elementos identificados como riscos e potenciais para a produção agrícola urbana e periurbana no município e região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

2.1 Agricultura Urbana e Periurbana

Sempre houve uma estreita relação entre a agricultura e a cidade, por meio da produção de alimentos e uso dos espaços. Rosa (2011) discorre que o meio ambiente sempre representou um fator determinante no (in)sucesso das diferentes civilizações e que o curso da história da humanidade pode ter tido como guia a capacidade que essas tiveram de transformar o meio em benesses.

A implantação e o crescimento das cidades se fazem (fez) pela ocupação das áreas dedicadas às atividades rurais, ou pelo uso daquelas improdutivas, que se tornam objeto de especulação imobiliária, na tentativa de alcançar gradualmente, valor de negociação (LOVO, 2009).

Na história da humanidade, diferentes civilizações e populações urbanas praticaram os mais variados graus de produção de alimentos e uso de técnicas indispensáveis à alimentação. Smit, Nasr e Ratta (2001) expõem que existiam exemplos primitivos de agricultura urbana no Oriente Médio, há cerca de 2.500 a.C. Essa agricultura incipiente era formada junto às vilas circunscritas aos oásis. Esses eram locais importantes pela presença de água, e eram responsáveis por abastecer e hidratar a população, as plantas e os animais. Na Mesoamérica, a civilização Maia compartilhava, também, de um modelo de organização urbana com paisagismo e cultivo de plantas de interesse alimentício (BARTHEL; ISENDAHL, 2013).

Rostami et al. (2015) apresentam relatos de jardins agroflorestais desenvolvidos por bizantinos, gregos, persas e romanos com o intuito de subsistência de religiosos nos mosteiros, conventos, e nos jardins dos castelos de famílias ricas em diversas localidades. O próprio crescimento populacional da França, no século XIII, estaria ligado à sua localização central na zona de atividades agrícolas da bacia cerealífera do Rio Sena, conforme nos apresenta o trabalho de Mazoyer e Roudart (2008).

Conforme os registros históricos, nas sociedades primitivas, a produção de alimentos era realizada na residência ou em espaços adjacentes, dentro e fora da cidade (MOUGEOT, 1994). Rosa (2011) acrescenta que passa a existir um distanciamento entre as moradias e os locais de produção agrícola, à medida em que se acumulou saberes sobre a lavra da terra e a criação dos animais, levando a especialização da agricultura e a produção de excedentes.

Nesse processo de especialização da agricultura, poucos indivíduos tornaram-se responsáveis pela produção de alimentos no sentido de atender grande parcela da população.

Os demais populares, não ocupados com a atividade de produção do próprio alimento, pouco a pouco, formaram aglomerações urbanas que, posteriormente, consumiram espaços antes utilizados na produção agrícola, promovendo, deste modo, o distanciamento geográfico da atividade agrícola das demais atividades que uma cidade pode ofertar. Surgem dois espaços, o urbano e o rural, com ritmos e tempos próprios.

Todavia, tais configurações espaciais não permanecem estanques no tempo e no espaço no sentido de perpetuar uma dualidade e/ou dicotomia. Embora existam características que as individualizam pela via das formas e das funções, o urbano e o rural passam a receber uma melhor avaliação, dadas as novas dinâmicas que se estabelecem no âmbito da economia, do social, da cultura e da política (SUZUKI, 2007; HESPANHOL, 2013; BEZERRA; SILVA, 2018). Assim, como bem colocado por Alves e Vale (2013, p. 34), a cidade não pode ser vista apenas como “mantedora das indústrias e atividades comerciais e o campo fornecendo alimentos para a cidade”.

Quanto ao uso e refuncionalização dos espaços Reynolds (2009) propõe que a agricultura urbana tenha um papel de ativismo ou “*guerrilha gardening*” e “*green guerrilha*”. A decisão de tomada dos espaços públicos e privados para a produção alimentícia feita pela falta de recursos para o consumo dos produtos vindos do campo, geração de trabalho e de renda ou até mesmo pelo significado cultural que a agricultura representa no contexto de cada indivíduo, também promove benesses de revitalização social, estética e comunitária do espaço urbano.

Coutinho (2010) ressalta que as práticas agrícolas de manejo do solo urbano não são novas, mas a expressão “agricultura urbana” é recente no meio acadêmico e institucional. O autor associa o surgimento dos debates acadêmicos e institucionais sobre esse tipo de atividade ao surgimento de um novo pensamento ambiental na década de 80. Nesse período a atividade foi entendida como uma possível alternativa governamental no combate a ausência e/ou escassez de alimentos e a pobreza em alguns países.

Luc J. A. Mougeot é uma importante referência ao tema Agricultura Urbana (AU). O autor procurou definir e conceituar a agricultura urbana no ambiente acadêmico, e, assim, a apresenta como “o cultivo, o processamento e a distribuição, com fins alimentícios e não alimentícios, de plantas, árvores e a criação de animais, tanto dentro como na periferia de uma área urbana, dirigidos ao mercado urbano” (MOUGEOT, 1999, p. 5), complementando que, o conceito não é capaz de abranger as diversas práticas, técnicas e atividades que a constitui.

Flores (2007), também propõe uma definição para a agricultura urbana, qual seja, os procedimentos de cultivo e de processamento de produtos agrícolas dentro da cidade. Tal

prática faria uso de recursos subutilizados como terrenos baldios, materiais reciclados e mão de obra desempregada para a produção de vegetais comestíveis, espécies botânicas medicinais, plantas ornamentais, fibras vegetais, entre outras.

Sorzano (2009) complementa que a agricultura urbana apresenta uma variedade de produtos tal qual a agricultura rural. Porém, um ponto importante que deve ser destacado na agricultura urbana é que ela se especializou na produção fazendo uso de áreas menores que as áreas rurais, com menores usos de insumos. Assim, dentro das cidades ou entorno, são produzidos proteína animal a partir da criação de pequenas espécies de animais e de alimentos como feijão, milho, mandioca entre outros.

Ainda nesse sentido, Folhes et al. (2021, p. 259) ressaltam que:

[...] a característica precípua da AU, que de fato a qualifica como urbana, reside na condição de que a produção seja consumida, processada e/ou comercializada nas próprias cidades onde ocorre. [...] Isso significa dizer que o entendimento das relações funcionais e estruturais concernentes aos circuitos de produção e consumo é levado em conta, impedindo que seja qualificada como agricultura urbana a produção de commodities (soja, milho, gado, entre outras) nos espaços periurbanos, ou mesmo nas áreas intraurbanas, quando os sistemas de produção miram mercados globais distantes das áreas de produção.

Em complementação, Biazoti (2020, p. 35) expõe que:

[...] a agricultura urbana é uma prática social permeada por uma série de funcionalidades e motivações, podendo atender o autoconsumo individual ou familiar ou servir para a comercialização e abastecimento de gêneros alimentícios, medicinais e outros fins, como ornamentação e produção de fibras. Em muitos casos, o próprio caráter produtivo é secundário, com prioridade para outras funções, como a educação (principalmente em hortas educativas e escolares), o ativismo (em hortas de guerrilha), a preservação da paisagem entre outros. A escala também é um fator relevante, podendo considerar experiências pequenas, como a produção em uma varanda ou em vasos, com largas extensões produtivas no interior da cidade. Há uma grande diversidade de iniciativas e modelos que trazem complexidade e uma série de controvérsias ao conceito.

Adam (1999) e Mougeot (2000) propuseram os termos intraurbana (ou urbana) e periurbana. O primeiro diz respeito às atividades agrícolas realizadas dentro das cidades e o segundo refere-se às atividades que são praticadas em seu entorno.

Nessa lógica, os autores Adam (1999) e Mougeot (2000) discorrem sobre a complexidade de se determinar espacialmente as áreas periurbanas, pois o limite geográfico próximo às áreas rurais condiciona a existência de transformações agrícolas mais intensas que nas áreas mais centralizadas e edificadas das cidades. O caminho proposto pelos autores é entender, que não é somente a localização que distingue a agricultura praticada nos ambientes rurais daquela praticada nos ambientes urbanos, mas, também, é o fato de que para ser

considerada agricultura urbana a atividade agrícola estará integrada e interagindo com ecossistema urbano (AQUINO; ASSIS 2007).

Coutinho (2007) corrobora que a qualificação urbana tão somente não permitiria o esgotamento da questão, pois apresentaria pouca especificidade. Seria necessária uma articulação com conceitos e debates sobre agroecologia, economia solidária e segurança alimentar. E sua sustentabilidade, multifuncionalidade (alimentar as cidades, construir paisagens naturais, gerar emprego e renda, promover controle térmico, contribuir com a saúde pública, desenvolver atividades terapêuticas e educacionais, etc.) e o enfoque agroecológico já observados em outros estudos contemplariam técnicas que elevam ao máximo a utilização dos espaços e a promoção do diálogo de saberes rurais, da terra, da comunidade, do ambiente, do meio, da cidade entre outros, nos moldes das proposições de Leff (2006) para a racionalidade ambiental e a reapropriação da natureza.

O Comitê da Agricultura da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 1999) adota um conceito semelhante. Ele a define como pequena área localizada dentro de cidades com a finalidade de cultivos de vegetais ou produção e manejo de pequenos animais para consumo próprio ou comercialização no mercado local. E a agricultura periurbana se desenvolveria em unidades que exploram atividades agrícolas em áreas periféricas às cidades, produzindo comercialmente hortaliças, produtos semiprocessados, criação de aves e outros animais para a produção de carne, de leite e de ovos.

Corrêa et al. (2020) apontam a utilização do termo jardins urbanos para a determinação da prática agrícola em cidades de países europeus e nos Estados Unidos da América. Na Alemanha pode ser utilizado, também, jardins de lazer, quando a atividade agrícola dentro das cidades é desenvolvida para contato com a natureza e a recreação. Boukharaeva et al. (2005) informam que na Rússia, o termo agricultura urbana é pouco utilizado, sendo adotados os termos “jardins de trabalhadores”, “jardins coletivos” e “jardins familiares”, e na França é adotado o termo “jardim familiar” como sinônimo de agricultura urbana.

Países asiáticos também se utilizam do termo Agricultura Urbana, e a temática está em evidência no continente devido às questões das superpopulações, o declínio das terras agricultáveis, o uso do espaço para a construção de infraestruturas, como as rodovias, dos complexos industriais, entre outras edificações. A produção de alimentos nos ambientes urbanos do continente compõe a discussão sobre meios de produção de alimentos em massa, para suprir a demanda do continente mais populoso do mundo, além da mitigação de

problemas ambientais no processo de urbanização acelerada dos países que o compõe (AKAEZE; NANDWANI, 2020).

A literatura sobre a prática da agricultura urbana no continente africano expõe os termos Agricultura Urbana e Agricultura Urbana e Periurbana (AUP). Produzir alimentos dentro do espaço urbano promove benefícios aos países, por garantir a inúmeras famílias o básico da alimentação. Além do mais, um outro propósito importante diz respeito à oportunidade de emprego e de renda para os indivíduos com menos instrução escolar, bem como para os migrantes que fogem da fome gerada pelas guerras, que se utilizam da prática como primeira oportunidade de emprego (DIETZ, 2018; ENGEL, FIEGE, KÜHN, 2019).

Na América Latina e Caribe é adotado o termo Agricultura Urbana, como sinônimo da agricultura e extrativismo praticados nos espaços urbanos e em torno deles (CASTELLAR, 2021). A prática articula-se aos diferentes movimentos de novas alternativas de produção e consumo, por meio da proliferação de circuitos curtos, intensificação do comércio em feiras livres, associação de produtores, cooperativas descentralizadas, valorização de alimentos tradicionais, entre outras iniciativas (NIEDERLE; WESZ JÚNIOR, 2018).

No Brasil, em que pese o adjetivo urbano e periurbano na classificação da agricultura aqui analisada, ressalta-se a necessidade de alguns apontamentos sobre as discussões no âmbito literário sobre as análises que se fazem entre os pares conceituais: campo/cidade e rural/urbano, na intenção de entender como a Agricultura Urbana e Periurbana transita nesta complexidade.

Suzuki (2007) expõe a necessidade de se analisar os pares conceituais à luz das transformações socioespaciais da cidade e do campo, sob o viés dos conteúdos e das formas, levando em consideração as alterações ocorridas no âmbito social, econômico, cultural e político na contemporaneidade. Assim, elementos que outrora eram utilizados no Brasil, até meados do século XX, para promover distinções entre o campo e a cidade, não mais podem ser empregados. A exemplo de tais critérios têm-se a divisão social do trabalho e a estimativa populacional.

A título de exemplo, Suzuki (2007) expõe que, para a divisão social do trabalho houve a expansão do urbano sobre o campo, por meio da instalação de indústrias e da tecnologia, além de outras atividades econômicas não agrícolas, como a prestação de serviços, hotéis-fazenda, parques temáticos, restaurantes, pegue-pague, entre outros. Não devendo ser o campo compreendido apenas “como o *locus* das atividades do setor primário da economia” (SUZUKI, 2007, p. 145).

Hespanhol (2013), Bezerra e Silva (2018) e Souza e Maia (2020) reiteram tal assertiva ao afirmar que o campo e a cidade passaram por profundas transformações em meados do século XX, conduzindo à resignificação do urbano e do rural. Hespanhol (2013, p. 103) exemplifica que a modernização tecnológica na agricultura foi um fator que impulsionou e ampliou “as relações agricultura-indústria, resultando na tendência à urbanização da sociedade brasileira”. Todavia, a autora defende que as particularidades do campo e da cidade persistem, sendo necessário voltar-se ao entendimento das relações de complementaridade entre eles.

E que, dado um intenso processo de migração da população do campo para a cidade, em função da industrialização e da especulação e concentração fundiária no campo, a cidade não foi capaz de ofertar aos novos cidadãos as condições mínimas para a qualidade de vida das pessoas por meio do saneamento básico, habitação, transporte público, atendimento médico-hospitalar, etc., aflorando, contudo, uma revalorização do campo, no sentido de a ele ser atribuído um “espaço para se viver e desenvolver outras atividades, emergindo novas ruralidades derivadas da presença de atividades não agrícolas, como o turismo, a prestação de serviços, etc.” (HESPANHOL, 2013, p. 103).

Souza e Maia (2020) ressaltam que a urbanização ocorreu de forma diferenciada no país a depender da localização, das políticas econômicas e do intervalo temporal, dadas a próprias conjecturas estabelecidas inicialmente no Brasil Colônia, na organização econômica no litoral e no interior do país, e, mais adiante, na República, com o desenvolvimento tecnológico e a inserção e a intensificação da industrialização. Assim, as autoras advertem que:

Em cidades do interior do território, onde o comércio se mantinha da produção agrícola, e essa produção era voltada para o mercado interno, a população urbana, embora se diferenciasse da população do campo, estava muito próxima dele e ainda conservava algumas práticas e hábitos rurais, sobretudo a população que ficava na periferia e nos arredores das cidades (SOUZA; MAIA, 2020, p. 38).

Estabelecidas as condições que conduziram a expulsão da população do campo para as cidades, Souza e Maia (2020) ressaltam que, a população de agricultores, não proprietários, passaram a se alocar nas cidades sob diversas situações, e que “muitos mantiveram práticas originárias do campo, por “necessidade” ou por “desejo””. (SOUZA; MAIA, 2020, p. 40).

Nas cidades, houve uma inversão no perfil demográfico, um intenso crescimento desordenado, a formação de periferias urbanas, o aumento da violência urbana, e, em certo

grau, a apropriação do modo de vida da população do campo (HESPANHOL, 2013). Por este viés, Hespanhol (2013) aduz que:

Campo e cidade são compreendidas como espaços (forma) dotados de conteúdos que, por sua vez, denominam-se rural e urbano. Esses conteúdos (ruralidade e urbanidade), entretanto, podem extrapolar seus espaços de origem e, portanto, qualquer definição a priori que se apresente de forma estanque pode impossibilitar uma análise mais completa da realidade que, em si, é dotada de uma multiplicidade de sentidos. [...] O espaço e a sociedade rural mudaram, pois, parte da população residente no campo incorporou hábitos urbanos em decorrência da expansão da infraestrutura, da maior fluidez propiciada pela melhoria das vias e dos meios de transporte e do intenso fluxo de informações veiculadas pelas mídias, principalmente pela televisão. Assim, com parte da população rural que migrou para as cidades também procura manter o seu modo de vida, por meio do cultivo de hortas e da criação de pequenos animais nos quintais, bem como pelas manifestações culturais e religiosas (HESPANHOL, 2013, p. 109).

Alves e Vale (2013) expõem que a expansão das cidades alcançou os limites físicos do campo, conduzindo a uma integração do espaço rural pela cidade, e fazendo emergir o espaço periurbano, sendo este conhecido na literatura “como franja rural-urbana, franja urbana ou rururbana, sombra urbana, subúrbio, ex-urbano, região urbana e semi-urbano” (ALVES; VALE, 2013, p. 35).

No espaço periurbano, conforme España (1991 apud ALVES; VALE, 2013), há um amalgamento de atividades rurais e urbanas, que consiste em rápidas transformações econômicas, sociais e físicas, com a aproximação de um núcleo urbano.

Em continuidade ao pensamento do espaço periurbano, Vale (2005 apud SOUZA; MAIA, 2020) afirma ser um espaço de plurifuncionalidade, havendo dificuldade em separar o que é rural e o que é urbano. Consoante ao apresentado pelos autores supracitados, Souza e Maia (2020) fazem uso das observações colocadas por Léfèbvre (1999) em sua obra intitulada *Revolução Urbana*, em que:

[...] estamos num período em que a distinção entre cidade e campo tende a ser superada, contudo isso não implica o desaparecimento das atividades agrícolas. Nesse sentido, o que caracteriza cada unidade espacial (a cidade e o campo) permanece, mas a relação entre ambas se transforma, e as formas espaciais se mesclam, surgindo novos conteúdos entre elas. O modo de produção capitalista explora ao máximo o que está disponível, por isso que aparece cada vez mais “novas” atividades econômicas, como a agroindústria e o turismo rural, que misturam aspectos do campo e da cidade (SOUZA; MAIA, 2020, p. 33).

Dentre as diversas atividades que são executadas, têm-se a prática da agricultura periurbana não voltada ao mercado de *commodities*. Como bem colocado por Prado (2015), o que se observa no final do século XX, e mais precisamente no século XXI, é o adensamento das tramas rural e urbana. O autor assevera que:

Exemplos claros disso são a prática da agricultura urbana e periurbana, em suas diferentes escalas dos quintais domésticos, hortas comunitárias e coletivas e espaços periurbanos da agricultura familiar, bem como os novos circuitos de produção e consumo que ativam, em diferentes configurações, as conexões entre campo e cidade. São iniciativas institucionalizadas em políticas públicas, como as compras governamentais de produtos da agricultura familiar por escolas públicas ou equipamentos de distribuição de alimentos a populações em estado de insegurança alimentar, mas são também iniciativas formais e informais, individuais ou coletivas, de grupos de consumidores urbanos, *chefs* e ativistas que alcançam a um novo patamar o consumo de alimentos frescos e saudáveis (PRADO, 2015, p. 6).

Coutinho e Costa (2011) afirmam que embora sejam muitas as definições e as derivações em torno da Agricultura Urbana e Periurbana, todas surgem de uma raiz filosófica que tenta superar a dicotomia do pensamento industrial que põe a cidade como local de atividades não agrícolas e um lugar de aperfeiçoamento técnico, e o campo como produtor de excedente alimentar destinado à manutenção da cidade.

As motivações e as características que compõem a produção de alimentos nos ambientes urbanos podem apresentar diferenças entre os hemisférios norte e sul do planeta e, conseqüentemente, regiões mais pobres e ricas de um mesmo hemisfério, país, estado da federação e as cidades (CORRÊA et al., 2020). Neste caso, é necessário ressaltar os aspectos multifuncionais que envolvem a AUP, quais sejam: o de geração de emprego, de renda, da alimentação saudável, da terapia ocupacional, do potencial de combate à fome e ao ganho ambiental (REYNOLDS, 2009).

A partir do século XIX, a agricultura urbana ganha evidência a partir das crises econômicas e das guerras. Os cidadãos fizeram uso da AUP como forma de produção de alimentos e de renda. Com as intensas mudanças na economia mundial devido sucessivas crises econômicas, os preços de diversos produtos sofrem elevação, e itens importantes como combustíveis, itens hospitalares e alimentos tornam-se escassos aos grupos mais vulnerabilizados. Frente às necessidades e riscos gerados pela escassez desses produtos, grupos mais afetados utilizaram-se da autoprodução de alimentos e da medicina popular natural como mecanismo de combate às dificuldades (ALONSO; HERNÁNDEZ, 2011).

Nesse mesmo contexto, na I e II Guerras Mundiais, os governos fizeram esforços políticos para que a atividade suprisse a necessidade alimentícia dos habitantes, das tropas e de países aliados por meio de forte apoio à criação de jardins urbanos. Criaram-se os movimentos dos jardins da vitória, “Liberty and Victory Gardens”, “Dig for victory” e plantas alimentares e medicinais foram cultivadas em residências privadas e parques públicos nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Alemanha (Figura 1) (HAYDEN-SMITH, 2014).

Figura 1 - Propagandas dos programas “Liberty and Victory Gardens”, “Dig for Victory” e similares em diferentes países. As imagens correspondem, respectivamente, ao pôster da Primeira Guerra Mundial do Canadá [ca. 1918], coleção de pôsteres Arquivos de Ontário; cartaz da vitória dos EUA na primeira guerra mundial com a semeadura de Columbia; o pôster britânico de Peter Fraser.



Fonte: Adaptado de Corrêa et al. (2018).

Conforme descrevem Aquino e Monteiro (2005), o desenvolvimento da Agricultura Urbana na América Latina tem forte influência na migração da população do campo para a cidade. No meio urbano, os imigrantes do meio rural utilizam-se da agricultura urbana para produção de alimentos para o autoconsumo e/ou complementação da renda.

Mougeot (2000) informa que desde a década de 80, do século XX, são realizadas diversas experiências que demonstram o desenvolvimento da Agricultura Urbana em função da complementação das atividades rurais de produção alimentícia em todo o mundo. Boukharaeva et al. (2005) acrescentam que a atividade agrícola urbana tem características de promoção de desenvolvimento sustentável e que esta tivera intenso desenvolvimento no século XX nos países do Hemisfério Sul, com identidade própria, exibindo diferenças da agricultura urbana praticada no Hemisfério Norte e/ou do velho mundo.

Flores (2007) propôs que o desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana possa se articular em uma teia de troca de informações e experiências vindas dos mais diferentes contextos geográficos e econômicos do planeta, de forma que, governos, comunidades e centros de pesquisa conversem entre si, a fim de compreender e evidenciar a agricultura em ambientes urbanos como uma eficaz gestão do ambiente e de problemas sociais. O autor reafirma o impacto social e ecológico que a agricultura urbana e periurbana traz às cidades, a partir dos exemplos da sua prática nas cidades de Tomé, no Chile, e Rosário, na Argentina.

A cidade de Tomé apresenta a experiência da prática da agricultura urbana como fomento à segurança alimentar e fortalecimento da economia familiar no combate à pobreza,

sob a coordenação do Centro de Educação e Tecnologia daquela localidade (FLORES, 2007). A iniciativa de Rosário desenvolveu-se sob forte participação da prefeitura municipal, que conta com um departamento de hortas comunitárias, e outras instituições dos setores públicos e privados. Rosário promoveu a formação de moradores nos bairros, além de permitir um intercâmbio com a cidade argentina (Tomé), no intuito de conhecer as experiências do país vizinho.

O resultado superou as expectativas cidadinas e governamentais, e a iniciativa dos dois países foi reconhecida em 2004, pelo Programa de Assentamentos Humanos da Organização das Nações Unidas como uma das melhores práticas de desenvolvimento sustentável e melhoria das condições de vida de populações vulneráveis por meio da inclusão da mulher, da garantia de alimento para o autoconsumo e de renda por meio do comércio de produtos de hortas comunitárias desenvolvidas em terrenos públicos ou privados da cidade de Rosário (FLORES, 2007).

O Brasil apresenta, também, suas experiências no âmbito da agricultura urbana e periurbana, seja por incentivo governamental, seja à revelia do Estado. No território nacional, várias iniciativas conduziram à produção de alimentos, à geração de trabalho e renda e ressignificou vidas no espaço urbano. Todavia, não se eximindo das reais potencialidades ofertadas pela AUP, há a necessidade de se ressaltar os problemas que a circundam, tendo por força o capital, o uso do espaço pela perspectiva da implantação de empreendimentos nas cidades, a criminalidade, etc. Sob este prisma, Folhes et al. (2021, p. 260) aduzem que:

[...] diante das suas variadas formas e funções, há o perigo de se essencializar essa atividade como uma panaceia para muitos males urbanos, sem que os problemas estruturais desses problemas, as diferentes racionalidades que orientam a busca de soluções a eles e as contradições que os envolvem sejam devidamente analisados. São muitos os fatores que limitam ou tensionam a agricultura urbana. Há limitações de acesso a tecnologias, recursos, insumos e serviços e o receio de que a agricultura urbana se vincule a mercados de nichos para as elites urbanas, deixando de ser um potencial instrumento de segurança e soberania alimentar e de garantia do direito à cidade e de acesso às políticas de planejamento urbano-regional. Uma das maiores dificuldades reside nas dinâmicas fundiárias impulsionadas pelas formas de produção do espaço urbano que tensionam o acesso e a manutenção da propriedade ou a posse do solo e sua destinação aos usos residenciais e agrícolas com acesso estável a equipamentos e serviços públicos.

Para além dos tensionamentos que atuam na AUP, é sob o viés do protagonismo da AUP no Brasil, que são apresentadas algumas iniciativas executadas em estados brasileiros, no intuito de exibir, em cada situação, as peculiaridades próprias do recorte espacial de estudo.

Sousa (2019) informa que a prática da agricultura urbana é realizada em distintos estados brasileiros, a exemplo da Bahia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Piauí, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Tocantins, entre outros. A cidade de Teresina, no Estado do Piauí, por exemplo, implantou em 1986, o Programa de Hortas Comunitárias com o objetivo de melhorar a alimentação das famílias envolvidas no programa; promoveu geração de emprego e de renda por meio do cultivo de olerícolas em áreas consideradas bolsões de pobreza.

Portela e Vilhena Júnior (2013) discorrem sobre a AU no Estado de Roraima, na capital Boa Vista. A AU posiciona-se em torno de lagos e igarapés para o melhor acesso ao recurso hídrico. O movimento de autoprodução alimentícia seria uma resposta ao crescimento da pobreza e do desemprego urbano associado à insegurança alimentar.

Carvalho (2002) discorre sobre diversas iniciativas da AU desenvolvidas na década de 1990, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, nas cidades de Campos do Goytacazes e Niterói, no Estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal. O autor faz, também, menção ao Programa de Verticalização da Pequena Produção Agrícola do Distrito Federal, desenvolvido em 1995, com foco na promoção da pequena produção agrícola vegetal e até animal, por moradores locais, para a comercialização em Brasília e as cidades no seu entorno. Apesar de considerada uma ótima iniciativa, segundo o autor, o programa esbarrou e ruiu pela falta de vontade e de incentivo do poder público.

Pereira, Carneiro e Oliveira (2019) discorrem sobre a espacialização da AU na cidade mineira de Montes Claros, Estado de Minas Gerais. Em um estudo sobre a atividade agrícola desenvolvida dentro do tecido urbano do município, os autores puderam constatar o cultivo de olerícolas, de plantas medicinais, de frutas, de plantas tuberosas, de leguminosas e de cereais, além da criação de caprinos, aves, suínos, bovinos e equinos.

Quando observado a prática da AU no município supracitado, a partir de um recorte temporal, observa-se uma redução na quantidade de áreas utilizadas para o cultivo e/ou a criação de animais. Este fato é associado ao intenso processo de urbanização e especulação imobiliária, onde lotes ociosos receberam edificações, demonstrando a concorrência direta entre a AU com o processo de edificação da cidade (PEREIRA; CARNEIRO; OLIVEIRA, 2019).

Santos e Silva (2007) complementam que no Estado do Amazonas as pesquisas e as iniciativas de apoio à AU encontram-se em estágio inicial. Na maioria dos municípios da microrregião não há legislação, normatização e reconhecimento dessa prática como atividade produtiva com suas próprias especificidades, sendo tratada como prática rural.

Iniciativas buscam integrar as práticas da AU e inseri-las nos planos diretores dos municípios no Estado do Amazonas, a exemplo do município de Campos Sales, que tenta viabilizar mecanismos de ocupação dos terrenos ociosos com o cultivo agrícola, para geração de emprego e de renda na cidade. Projetos tentam legislar sobre a política urbana e especulação imobiliária visando instituir programas de hortas comunitárias, mas enfrentam dificuldades quanto à aprovação dos projetos de lei no município (MARGEM, 2019).

No Estado do Tocantins, a agricultura urbana é praticada em várias cidades, a exemplo da capital Palmas, por meio da iniciativa de hortas iniciadas no ano de 1992, e que atendem 183 famílias. As famílias são responsáveis pelo manejo e a destinação de produtos hortícolas aos mercados locais e para o autoconsumo (SOUSA, 2019). Em Gurupi, cidade no sul do estado, Primo et al. (2014) informam sobre a existência de 288 iniciativas de agricultura urbana distribuídas em 35 setores contabilizados naquele ano.

Brito (2020), toma como análise algumas hortas na cidade de Araguaína, com predomínio da olericultura. A autora menciona o uso de lotes de residências para o cultivo de várias espécies vegetais que são comercializadas na propriedade, nas feiras livres, nos comércios e nos restaurantes do município.

No extremo norte do Estado do Tocantins, são registrados pontos de atividade da AU. Em Araguatins existe o projeto de horta comunitária, em uma área urbana de domínio público, em pleno funcionamento, desde 1989, ano da sua implantação, produzindo hortaliças para o comércio no atacado e no varejo. Os produtores estão organizados em grupos que detêm parte da área para a montagem e a manutenção dos canteiros da horta (ARAUJO et al., 2017).

Augustinópolis (TO), cidade a 34 km de distância de Araguatins (TO), apresenta hortas com o cultivo de hortaliças em propriedades urbanas (LEÃO et al., 2019). As hortaliças servem ao autoconsumo e no abastecimento de feiras livres locais, com mão de obra predominantemente feminina, gerando trabalho e renda (LEÃO et al., 2019). Outra atividade diz respeito às plantações de cana-de-açúcar em lotes urbanos para a extração da garapa, conhecido como caldo, que é comercializado *in natura* em feiras livres e no centro comercial da cidade.

Em Ananás, Estado do Tocantins, Silva, Mendes e Guedes (2021) identificaram 12 (doze) hortas com a prática da horticultura no perímetro urbano, estando elas distribuídas nos quintais residenciais e em lotes vagos. Adicionalmente, os autores enfatizam que as hortas contribuem com a renda, com a inclusão social de famílias em vulnerabilidade econômica e

com a Segurança Alimentar e Nutricional na cidade. Conforme a descrição dos autores, têm-se que:

No desenvolvimento da pesquisa, constatou-se que Ananás apresenta diversas práticas de horticultura, com destaque para a cultura de alface, couve, cebolinha, quiabo, maxixe, entre outros. Os produtores de hortaliças primeiramente consomem as hortaliças e posteriormente comercializam o excedente na própria cidade. Ademais, ocorre a troca de sementes e mudas de hortaliças e o cultivo envolve técnicas manuais de produção oriundas de herança familiar (SILVA; MENDES; GUEDES, 2021, p. 87).

Diversos exemplos e iniciativas demonstram a prática da AU em cidades brasileiras e em outros países, auxiliando na reflexão de como pensar o espaço urbano em meio à urbanização.

Para Portela e Vilhena Júnior (2013) a autoprodução de alimentos no espaço urbano representa uma alternativa de sobrevivência aos agricultores e/ou pessoas com pouco ou sem qualquer grau de escolaridade. E pela possibilidade de gerar emprego e renda a essas pessoas é que se faz importante pensar políticas públicas que estimulem a agricultura familiar dentro das cidades, de forma a se construir iniciativas integradas ao projeto de desenvolvimento dos seus respectivos municípios.

Silva (2014) aponta para os benefícios da agricultura urbana na gestão ambiental e segurança alimentar nas cidades. Para a gestão ambiental pode-se citar a obtenção de sombreamento e redução da temperatura com o cultivo de espécies dentro dos espaços urbanos. Esse cultivo melhora a estética das ruas e dos bairros, protege as áreas da ação dos ventos e das chuvas. Em larga escala, minimizam os efeitos do aquecimento global e geram renda e ocupação aos envolvidos.

Sob o ponto de vista da segurança alimentar, os dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, 2012) apontam que as famílias mais pobres nas áreas urbanas estão sujeitas a situações de extrema vulnerabilidade alimentar, gastando em média 80% da renda familiar mensal com a compra de alimentos, ficando sujeitas às variações sazonais dos preços dos produtos da alimentação.

Adicionalmente, outros problemas são identificados nas áreas urbanas em relação à alimentação, como a escassez de alimentos nutritivos, má distribuição de comida, desperdício de alimentos e um apreço por refeições de baixo custo ricas em gorduras, açúcares e conservantes. Além disso, refeições rápidas e de baixo custo originam problemas de saúde pública relacionados ao aumento do sobrepeso e obesidade, enquanto o desperdício agrava mais ainda o problema da fome e da pobreza. Soluções que amenizam o abastecimento de

alimentos nas cidades merecem prioridade, no intuito de garantir a chegada de alimentos de qualidade e de preços acessíveis à mesa das populações de menor renda (FRÓES JÚNIOR, 2020).

A Agricultura Urbana e Periurbana assume papel estratégico na gestão de ambientes urbanos, ao proporcionar benefícios sociais, econômicos e ambientais. A produção de alimentos, recuperação de solos degradados e promoção de interação social entre diversos atores urbanos geram espaços de produção, de aprendizagem, de recreação ligados à atividade agro-cultural da cidade (FLORES, 2007).

Rosa (2011) corrobora informando que o sentido de pesquisar a temática Agricultura Urbana e Periurbana é o seu notório potencial urbanístico, social e ambiental. Tais fatores condicionam a necessidade de o poder público entender, fomentar e evidenciar a prática como elemento de produção do espaço nas cidades.

2.1.1 Políticas Públicas de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

Apresentados os benefícios relativos ao incremento da prática agrícola no tecido urbano, bem como o histórico de uso dessa alternativa de produção alimentícia, questionam-se os mecanismos que tensionam a criação e/ou a expansão da AUP em um contexto mundial. A dicotomia rural e urbano no campo empírico e os limites geográficos e sociais envolvidos na questão, aliados à lógica capitalista de ocupação dos espaços, fornecem condições para se pensar a problemática que envolve o interesse público quanto à prática da AUP nas cidades.

As cidades devem ser vistas como organismos vivos em constante processo de recreação, e carecem de preservação para o seu desenvolvimento saudável. Fenômenos naturais e humanos exibem profundas interações, condição esta que reflete a complexidade e exige um conhecimento multidisciplinar para análise. Sob este viés, a prática da AUP se constitui por meio da interação entre diferentes áreas do conhecimento, quais sejam: ciências agrárias, biológicas, ambientais, geográficas, arquitetônicas, sociais, econômicas, entre outras.

Deste modo, Utzig et al. (2019) informam que existe uma demanda por soluções aos impactos sociais e ambientais nos ambientes urbanos e essa demanda aponta para a necessidade de se repensar a cidade e sua constituição. Nesse novo pensar “a cidade”, os diversos benefícios apontados pela prática da AUP têm incitado os planejadores urbanos. A prática agrícola em ambientes urbanos exhibe requisitos de sustentabilidade nas cidades e pode

integrar caminhos para a promoção da resiliência urbana. Porém, para a concretização desses benefícios, os desafios da implantação da AUP devem ser superados.

A AUP, na maioria das vezes, é praticada por cidadãos em espaços públicos e/ou privados desocupados, para o cultivo de plantas arbóreas e a criação de animais; em atividades agrícolas informais, devido ao elevado custo de terras urbanas, o que provoca intenso potencial de exclusão dos indivíduos menos favorecidos. E, mesmo sem o acesso à terra legalizada, os produtores criam mecanismos próprios de enfrentamento à pobreza e à vulnerabilidade social, pela ausência de trabalho e de renda, desigualdade de gênero, entre outras questões. Sob tais condições, a existência de políticas públicas para a AUP procura maximizar o potencial de melhoria de vida das pessoas, de forma que, quando bem-sucedida, uma política possa ser replicada em outros locais (CRUSH; HOVORKA; TEVERA, 2011).

Coutinho e Costa (2011) relata que embora as cidades construam programas e/ou projetos de planejamento na tentativa de um ordenamento territorial urbano, existem as espontaneidades que surgem à margem dos mecanismos e circunstâncias formais, a exemplo da AUP observada na América Latina e em várias cidades de outros continentes.

A AUP, devido às suas características, quais sejam, ciclos e circuitos curtos, isto é, produção de alimentos em curto espaço de tempo e a distribuição e a comercialização deles em cadeia de comércio em pequenas distâncias, configuram condições que lhe permite uma solução emergencial aos moradores no combate à fome e à pobreza. O tempo burocrático não se alinha com a cronologia da falta de alimentos, de emprego e de renda, sendo que a resolução desses últimos demanda urgência para a sobrevivência do indivíduo.

Utzig et al. (2019) complementam que essa informalidade dentro dos espaços urbanos aliado ao alto valor da terra urbana, bem como a ineficiência das regulamentações urbanísticas e de zoneamento para a prática da AUP constituem barreiras para a sua implementação.

Alves e Oliveira (2020) exibem uma síntese de como distintos países têm procurado alternativas para reafirmar a importância da AUP e viabilizar o seu funcionamento de forma legal nas cidades. Assim, as autoras fizeram uma incursão nas políticas de planejamento urbano que tem beneficiado e/ou prejudicado o desenvolvimento da referida atividade. Inicialmente, são apresentados os cuidados concernentes à aplicação da AUP:

Assim, para que haja a integração da agricultura em áreas urbanas é necessária a existência de políticas claras e dotadas de incentivos através de novos regulamentos (BILALI et al., 2013). As políticas devem abranger marcos regulatório e legal, além de ferramentas de gerenciamento para promover o desenvolvimento da atividade, sendo incluída nos planos municipais de desenvolvimento urbano e uso da terra

(BILALI et al., 2013). Essas políticas devem ser desenvolvidas de forma participativa e inclusiva, envolvendo todos os atores relevantes e influentes (BILALI et al., 2013). Tais políticas devem ser direcionadas aos desenvolvedores públicos e privados a fim de motivá-los a incluírem a agricultura urbana e periurbana nos novos projetos residenciais e comerciais, utilizarem edifícios públicos e terras para pequenas demonstrações desses projetos, promoverem treinamentos para o pessoal de extensão, planejadores e produtores urbanos, bem como estabelecerem parcerias com Organizações Não-Governamentais (ONGs) para a maximização da valorização de uma cultura alimentar local, por exemplo (BILALI et al., 2013). (ALVES; OLIVEIRA, 2020, p. 1286).

Alves e Oliveira (2020) aduzem que, ao planejamento urbano, como um meio de se dar abertura a AUP, há a necessidade de se ficar atento aos múltiplos mecanismos que podem atendê-la e justificá-la, quais sejam: a políticas de uso da terra, o zoneamento de proteção, os financiamentos, os aluguéis temporários ou doações de terras, o método de preservação ambiental, o meio de promover a saúde pública, a segurança alimentar, o fomento à economia alimentar local, a garantia da legitimidade e publicidade para incentivar a prática. Por outro lado, existem, também, as cidades que atuam com o zoneamento restritivo, com as políticas proibitivas, com as regulações mal definidas, com as restrições de recursos, terras com preços elevados e atividade informal.

Conforme Ribeiro, Bógus e Watanabe (2015) a AUP apresenta viabilidade de implantação nos espaços urbanos para melhoria de condições ambientais, saúde e sociais dos cidadãos. Esse potencial dialoga com a base econômica das cidades, regiões e até países, estando diretamente ligada ao quanto de recursos naturais e humanos são conservados para o desenvolvimento pleno destas localidades. Dito isso, os autores expõem a necessidade de se discutir a agricultura dentro da construção, da reorganização e da regulação dos espaços urbanos e seus respectivos projetos urbanísticos, tendo em vista a importância da AUP no contexto em saúde, social, ambiental, econômico, educacional, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2012), ao fazer uma análise sobre o conceito de “cidades verdes”, discorre que a resiliência e a auto eficiência econômica, social e ambiental das cidades nos países desenvolvidos estão associados ao intenso planejamento urbano, por meio da legalização dos espaços de trabalho, bem como a divulgação dos produtos, além de intenso investimento do governo em um projeto urbanístico que facilite o cultivo de vegetais e/ou a criação de animais destinados ao autoconsumo e/ou comércio.

A necessidade de construir um novo projeto urbano torna-se alternativo ao modelo subjacente da modernidade, onde as responsabilidades comunitárias foram institucionalizadas para o poder público e para as empresas privadas, e estas projetaram as cidades de acordo com

os interesses do capital, organizando a especulação imobiliária e marginalizando iniciativas populares, a exemplo da AUP (SMIT, 2001).

No gerenciamento de esforços no combate à fome e a pobreza, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura tem gerenciado diversos programas com financiamentos de diversos países desenvolvidos com foco em iniciativas da AUP. A maior parte desses programas é executada na África e na América do Sul. A exemplo, têm-se os programas que são financiados pela Bélgica e Itália direcionados aos países da República Democrática do Congo, Namíbia, Burundi, Ruanda, Senegal (FAO, 2012).

Os programas promovem a capacitação dos moradores locais para atividades de cultivos orgânicos de hortifrutis e ervas medicinais, cria programas de Hortas Urbanas e Periurbanas, financia a compra de materiais e estruturas para o escalonamento da produção de alimentos em localidades com altos índices de pobreza e vulnerabilidade alimentar, cria postos de trabalhos ligados à produção e à comercialização de produtos agrícolas dentro das cidades, além de prestar assessoria às cidades e aos países na inclusão da AUP no plano de desenvolvimento (FAO, 2012).

Silva (2014) complementa que a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação informa veementemente sobre a necessidade da implantação de políticas públicas de Estado, não só de governos, com a finalidade de promover um planejamento específico e a longo prazo para a administração de questões ligadas a AUP. A política de Estado intermediaria os investimentos e o equilíbrio entre a Agricultura Urbana e Periurbana e a Agricultura Rural, mitigando conflitos e competição, fortalecendo o intercâmbio de saberes e de tecnologia com vistas ao desenvolvimento sustentável de ambas. A estruturação de políticas públicas para a AUP deve levar em conta a vantagem comparativa em relação à agricultura rural, pois consiste no uso de menores áreas e na produção de alimentos frescos e de ciclos rápidos.

Referente à análise de AUP em território nacional, Rosa (2011) discorre que o seu planejamento e promoção em escala governamental está sob a responsabilidade dos municípios, de acordo com o Estatuto das Cidades, por meio da Lei Federal nº 10.257 de 10 junho de 2001 (BRASIL, 2001). O Estatuto convalida os municípios brasileiros como responsáveis pelo planejamento urbano e estabelece princípios, diretrizes e instrumentos para que esse planejamento ocorra com a participação popular, com foco na inclusão social, desenvolvimento econômico e socioambiental, conforme mencionado por Alves e Oliveira (2020). O autor ressalta que, embora essa responsabilidade seja direcionada aos municípios, sem a articulação com as demais esferas do governo, a exemplo da oferta de crédito e de

financiamento da atividade, municípios podem enfrentar dificuldades em assegurar a viabilidade da AUP.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2007) propõe, também, que autoridades municipais sejam responsáveis pela institucionalização e regulação das políticas públicas voltadas à AUP. A organização (FAO, 2007) orienta que podem ser reservados espaços em áreas periurbanas para a prática agrícola, tendo em vista que o custo pode ser mais acessível e que, posteriormente, podem se integrar os espaços abertos no sítio urbano das cidades à medida que elas se expandem.

Conforme Biazoti (2020), embora algumas iniciativas da AUP tenham se consolidado há 50 (cinquenta) anos e se mantido ao longo de décadas em diferentes territórios do país e os últimos 20 (vinte) anos representam um marco na produção de conhecimento, de trocas de experiências e de execução de projetos de desenvolvimento da AUP no Brasil. Dos anos 2000 a 2020, acumularam-se experiências da AUP nas 05 (cinco) regiões brasileiras a respeito das potencialidades e contradições como um vetor de transformação social dentro dos ambientes urbanos.

No país, conforme Pinheiro e Ferrareto (2010), Silva (2014) e Folhes et al. (2021) a maior iniciativa e visibilidade da AUP ocorreu por meio do governo federal, na presidência de Luís Inácio Lula da Silva, por meio da prioridade nacional da Política de Combate à Fome e Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional em 2003, a qual envolveu intenso trabalho multidimensional e intersetorial de articulação de políticas econômicas e sociais.

Os autores acrescentam que um marco nesse período foi a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, posteriormente substituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e a implantação do Programa Fome Zero, também em 2003, sob um conjunto de ações para a promoção da segurança alimentar e nutricional em território nacional, por meio da participação de 17 (dezessete) ministérios e ações conjuntas da União, dos Estados, dos Municípios e da sociedade civil (PINHEIRO; FERRARETO, 2010; FOLHES et al., 2021).

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2006) e de Tomazini e Leite (2016), o Programa Fome Zero foi executado por meio de ações em diferentes níveis, articulando políticas públicas e programas que visavam mitigar as causas da fome, da pobreza e da desigualdade social.

As iniciativas contidas no programa abrangem um amplo espectro de ações, desde a organização dos territórios por bairros, assentamentos agrários e afins, à políticas estruturais de geração de emprego e de renda, às transferências de renda condicionadas à frequência

escolar, aos programas de combate à fome e à insegurança alimentar, a exemplo dos programas Cartão Alimentação e o Programa Alimentação Escolar, e ações locais dos programas de Cisternas, Restaurantes Populares, Bancos de Alimentos e Agricultura Urbana (IPEA, 2006; TOMAZINI; LEITE, 2016).

O Programa Fome Zero representou um marco de interesse da União no fortalecimento e investimento da AUP em todo o território brasileiro tendo, porém, a duração de apenas 02 (dois) anos. Embora iniciado com intenso interesse nacional e internacional (com investimentos do governo brasileiro, instituições internacionais e a doação de indivíduos da sociedade civil) e até hoje seja uma referência de política pública reconhecida internacionalmente, o programa foi encerrado em 2004. Daí em diante, focou-se na organização dos programas de transferência de renda. A principal linha estratégica do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva passou a ser o Programa Bolsa Família, por meio da união de programas de transferência de renda já existentes (TOMAZINI; LEITE, 2016).

O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana foi instituído em 2003, e teve como público as famílias em situação de insegurança alimentar que residiam em áreas urbanas e periurbanas dos municípios brasileiros. O Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, associado a outros programas, deveria construir nos municípios um sistema de segurança alimentar local com a previsão de produção, abastecimento, comercialização e consumo de produtos agrícolas com foco na educação nutricional e combate às vulnerabilidades que envolvem a alimentação e saúde (PINHEIRO; FERRARETO, 2010).

Biazoti (2020) comenta que o modelo do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana que se estende até os dias atuais, é fruto, também, da participação popular dentro do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) por meio das discussões do Grupo de Trabalho da Agricultura Urbana. A rede de participação popular possibilitou um avanço nas políticas públicas sociais no país, incluindo a garantia da alimentação como direito humano na Constituição Federal Brasileira a partir do ano 2010, iniciando o processo de instituição do CONSEA.

A participação social dentro das Conferências e do CONSEA assessora os governos no monitoramento, na avaliação e na implementação de ações e programas para a garantia do direito humano à alimentação adequada. Nesse sentido, Biazoti (2020, p. 69) lista instituições da AUP brasileira que se articularam por meio dos espaços de participação social dentro do CONSEA e o Grupo de Trabalho (GT) de Agricultura Urbana, a saber:

- Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO/SC);
- AS-PTA (RJ);
- Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU/RJ);
- Instituto Polis (SP);
- Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA SP/SP);
- Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (AMAU/MG);
- Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE/MG);
- Grupo AUÊ! – Estudos em Agricultura Urbana (MG);
- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN);
- Rede de Mulheres Negras para SAN (RS);
- Centro de Referência em Agricultura Urbana e Periurbana (CerAUP, UEM/PR);
- Núcleo de Pesquisa e Estudos Sertão Agroecológico (UNIVASF/PE);
- Coletivo Agroecologia na Periferia (RMBH/MG);
- Coletivo Re-Ação (DF);
- Articulação do Distrito Federal de Agricultura Urbana (DF).

Embora Biazoti (2020) inclua 2010 como marco do modelo atual das políticas públicas de AUP e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) no país, é necessário entender que as políticas públicas e ações governamentais para o direito à alimentação adequada no país foram se instaurando desde a década de 1930, sob diferentes perspectivas e ações. Nesse sentido, Silva (2014) apresenta uma cronologia de eventos até a inclusão do direito humano à alimentação adequada em 2010 (quadro 01).

Quadro 01 – Linha do tempo e a internalização do direito humano à alimentação adequada no Brasil.

Ano	Paradigmas	Principais acontecimentos
1935 a 1950	Fome como questão social e resultado da política que exclui a maioria da população convivendo com o governo populista de Getúlio Vargas.	• Instituição do salário mínimo, baseado no poder de compra de uma “ração mínima” para o trabalhador. • Criados os Serviço de Alimentação da Previdência Social e introduzida a alimentação nas escolas.
1950 a 1970	Estado assistencialista e desenvolvimentista, sem redistribuição da riqueza nacional.	• Política Social Compensatória, destinada a alguns poucos segmentos da população.
1970 a 1980	Estado autoritário (ditadura militar) e visão biologistica do problema da fome (entendida como distúrbio da saúde humana).	• A política econômica esperava o “bolo crescer para, depois, reparti-lo”. • Primeiros desenhos de políticas públicas mais abrangentes quando se tenta unir o social e a política agrícola e abastecimento (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição I, II e III).
1985	Assistencialismo e ampliação de programas de distribuição de alimentos aos “pobres”.	• Início da redemocratização do país, depois de 20 anos de governo militar.

1986	Reconquista do Estado de Direito e a reconstrução da democracia passa a ser o objetivo da sociedade brasileira; Intensifica-se a mobilização nacional para a elaboração da nova Constituição Federal.	● VIII Conferência Nacional de Saúde: luta pelo direito à saúde e reconhecimento da alimentação como direito intrinsecamente ligado à vida e à saúde. ● I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição como desdobramento da VIII Conferência Nacional de Saúde, que reconhece o direito à alimentação.
1988	Aprovação da nova Constituição Federal do Brasil com direitos sociais reconhecidos (chamada de Constituição Cidadã).	● Início da construção do Sistema Único de Saúde (SUS) e redesenho de alguns programas de alimentação e nutrição.
1993	Segurança alimentar como mecanismo para o enfrentamento da fome e da miséria e com eixo do desenvolvimento econômico e social.	● Movimento Nacional pela Ética e pela Política que resultou no <i>impeachment</i> de Fernando Collor. ● Início da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida, liderada pelo Betinho. ● Criação do primeiro Conselho Nacional de Segurança Alimentar no governo Itamar Franco.
1994 a 2002	Visão do Estado neoliberal prevendo-se que a estabilização da moeda, o mercado e as regulações públicas seriam suficientes para a redução da fome, da pobreza e da desigualdade social.	● Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e criação de Conselho Comunidade Solidária, que previa a construção de redes de parcerias entre governo e sociedade civil. ● Criação (1988) do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional. ● Criação (2002) da Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos com a missão central de contribuir com a internalização do Direito Humano à Alimentação Adequada no Brasil.
2003	Combate à fome como ação prioritária do governo Luiz Inácio Lula da Silva (Fome Zero).	● Recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. ● Formulação de um conjunto de políticas públicas articuladas para promover o acesso à alimentação. ● Acesso à água: adoção pelo governo Lula do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: <i>Um milhão de cisternas</i> (P1MC), criado por organizações sociais que compõem a Articulação do Semiárido.
2004	Reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada como paradigma	● Realização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

	para o enfrentamento da fome e da pobreza.	• Inicia-se o processo de redesenho das políticas públicas voltadas ao combate à fome. • Lançamento do Programa Bolsa Família.
2005	Reforça-se o debate interligando os conceitos do Direito Humano à Alimentação Adequada, Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar.	• Criação do Programa de Aquisição de Alimentos, com compra direta da agricultura familiar.
2006	Direito Humano à Alimentação Adequada como objetivo primeiro da Lei Orgânica de SAN.	• Aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional: Lei nº 11.346 de setembro de 2006, instituindo o Sistema e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.
2007	A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada deve ser alcançada por meio de uma política nacional da SAN.	• Realização da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. • Criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional.
2008	Intensifica-se a discussão sobre a importância da intersetorialidade nas diferentes dimensões da SAN. Alcançou novo patamar de criação de competências em Direito Humano à Alimentação Adequada e ampliou-se a discussão sobre a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada.	• O Brasil cumpre, antecipadamente, a primeira Meta do Milênio, que prevê para 2015 reduzir à metade da fome e a pobreza.
2009	A realização do Direito Humano à Alimentação Adequada requer novos arranjos e a gestão intersetorial das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional.	• Aprovação de lei sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar, destinando 30% dos recursos federais do programa para aquisições locais da agricultura familiar.
2010	Reforço dos instrumentos legais que promovem, protegem, respeitam e proveem o Direito Humano à Alimentação Adequada.	• Aprovação da emenda constitucional que incluiu a “alimentação” entre os direitos fundamentais (Artigo 6º). • Aprovação do Decreto Presidencial que instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Fonte: Adaptado de Silva (2014) e Leão e Recine (2010).

Com seu principal programa mantenedor extinto, a AUP passou a compor os instrumentos vinculados à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional,

continuando em evidência e recebendo investimentos no governo de Luís Inácio Lula da Silva (FREDDI et al., 2014).

O projeto passou a ser a instituição de uma política nacional de AUP, com marcos teóricos a partir da II e III Conferências Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional realizadas, respectivamente, em 2004 e 2007, e que incluiu o tema dentro das diretrizes da segurança alimentar e nutricional, incluindo-as em seus relatórios finais como proposta prioritária de abastecimento de alimentos saudáveis nas cidades brasileiras. Além dessas propostas, a agenda da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional dá destaque à necessidade de criação de uma Política Nacional de Agricultura Urbana (FREDDI et al., 2014).

Santandreu e Lovo (2007) expõem que em 2007, ano da III Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional, diversas regiões metropolitanas do país somavam cerca de 635 (seiscentas e trinta e cinco) iniciativas de agricultura urbana mapeadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. As iniciativas estavam divididas em produção, coleta ou extrativismo vegetal, produção de animais, produção de insumos, atividades de comercialização, transformação de produtos agrícolas dentro das cidades e iniciativas com foco em atividades que disponibilizavam serviços derivados da AUP

Pinheiro e Ferrareto (2010) complementam que no mapeamento feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e que foi realizado em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, a Organização *Promocion del Desarrollo Sostenible* e a Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas, as iniciativas apresentadas foram construídas, algumas, em parcerias entre governos locais e governo federal, porém, a maioria foi realizada à revelia de qualquer tipo de apoio governamental.

A partir de 2008, em função da segunda fase da criação dos sistemas de segurança alimentar locais propostas inicialmente no Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, foram destinados recursos para o desenvolvimento de 12 (doze) Centros de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana (CAAUPs) no país (LOVO et al, 2011).

Embora tenha atingido mais de 100.000 (cem mil) famílias, Lovo et al. (2011) declaram que os CAAUPs enfrentaram dificuldades burocráticas nas exigências impostas aos agricultores para o recebimento dos recursos, a exemplo da titularidade de áreas de cultivo e manejo e da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Tal situação contribuiu para a exclusão de muitos produtores agrícolas urbanos e periurbanos em várias localidades do país.

Biazoti (2020) relata que a deficiência de implantação dos CAAUPs e mudanças na gestão do programa colaboraram para a suspensão do financiamento de ações no ano de 2013. A interrupção no repasse de recursos foi discutida no Fórum Brasileiro de Soberania Alimentar e Nutricional durante o encontro nacional, e o resultado foi a elaboração de uma Carta Política questionando o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sobre a não destinação dos recursos. Após o ato, somente em 2018, o programa foi reativado com orçamento reduzido, junto ao novo Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

O Coletivo Nacional de Agricultura Urbana (CNAU, 2013) reitera que projetos de AUP efetivados ou em construção no país só existem a partir de experiências desenvolvidas pela sociedade civil e movimentos sociais. Nesse sentido, políticas públicas para a AUP devem sempre garantir a efetiva participação da sociedade civil em sua elaboração, monitoramento e avaliação, tornando-os atores estratégicos não somente na execução, mas em todo o processo. Desse modo, a ampliação do caráter de gestão democrática dessas políticas garantiria maior efetividade entre política e realidade.

Para o CNAU, a trajetória da agricultura urbana tem sido construída mais efetivamente ao longo do século XXI, por meio da participação da sociedade civil organizada nos debates das agendas políticas públicas, com o debate consolidando-se na elaboração de um documento norteador para a construção da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP). O Subsídio para uma PNAUP tem como base experiências acumuladas em diferentes iniciativas da AUP, trazendo contribuições importantes para a conceituação, a caracterização, seu histórico e a sua relação com a trajetória das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional no país ao longo dos anos (CNAU, 2013).

O documento reforça a necessidade de reconhecimento da AUP quanto a sua multifuncionalidade prática na cadeia produtiva, na relação com outras atividades, no fortalecimento institucional em pesquisa, na geração de conhecimentos científicos e educacionais, e a importância do controle social na atividade para a formação cidadã dos beneficiários (CNAU, 2013).

Além do reconhecimento, o documento propõe ações de promoção da agroecologia, economia justa, soberania alimentar e nutricional, direito humano à alimentação saudável, consumo responsável, equidade de gênero, valorização do patrimônio agroalimentar dos povos e territórios, respeito à diversidade étnica, cultural e racial, preservação e justiça ambiental, direito a cidade, diálogo de saberes e autonomia dos agricultores urbanos e periurbanos (CNAU, 2013).

Na articulação entre a participação social no CONSEA e no Grupo de Trabalho de Agricultura Urbana foram mapeadas diversas experiências da AUP em todo território nacional, apresentando-as no III Encontro Nacional de Agroecologia, realizado dentro da programação Seminário Temático de Agricultura Urbana e Periurbana, em Juazeiro (BA), no ano de 2014. Além do mapeamento, a proposta de trabalho do seminário temático foi discutir estratégias para o fortalecimento dessas iniciativas frente a descontinuidade do Programa de Agricultura Urbana do Ministério de Desenvolvimento Social na época. Para tanto, instituiu-se o CNAU, como espaço de troca de experiências de políticas públicas dentro da Articulação Nacional de Agroecologia.

Biazoti (2020) descreve dois momentos importantes do CNAU na garantia de participação popular na construção de políticas públicas de SAN e AUP no país. O primeiro diz respeito à estruturação do CNAU ao longo da organização do I Encontro Nacional de Agricultura Urbana, ao somar experiências de diversos territórios com mobilizadores em todos os Estados da Federação. O encontro evidenciou diversas experiências a nível nacional que foram norteadoras da carta de reivindicações e intenções do evento, reforçando pautas importantes para o avanço da agricultura urbana brasileira.

O segundo momento de intensa atividade do CNAU foi a participação na construção dos conhecimentos agroecológicos e debates no X Congresso Brasileiro de Agroecologia e no VI Congresso Latino-americano de Agroecologia, em 2017. O CNAU foi responsável por organizar as discussões e as rodas de conversa sobre a temática, reuniões estratégicas, bem como a apresentação de trabalhos científicos. Como resultado, a AUP brasileira é novamente evidenciada dentro da pauta de políticas públicas no país, agora com sua associação direta à agroecologia e resiliência dos territórios frente a mudanças climáticas (BIAZOTI, 2020).

Conforme descreve Gohn (2011), o processo de participação social na construção e no monitoramento de políticas públicas democratiza as relações entre o Estado e a sociedade por meio dos canais de diálogo e de aperfeiçoamento dos instrumentos de garantia de direitos e equidade social.

A participação social em função do desenvolvimento da AUP brasileira, por meio do CNAU e a articulação de demais entidades e eventos reativaram as discussões políticas acerca da AUP na agenda política nacional. Tal fato é evidenciado no II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 2016-2019, com pauta específica de metas voltadas ao PNAUP, a saber:

- Formalizar parcerias com instituições públicas/privadas e entidades e organizações da sociedade civil para fomentar e estimular a produção agroecológica de alimento nas áreas urbanas e periurbanas.

- Desenvolver plataforma online contendo informações organizadas e integradas sobre agricultura urbana em grandes cidades.
- Elaboração de diretrizes para orientação e organização das ações de promoção da agricultura urbana e periurbana.
- Elaborar metodologia para implantação de hortas pedagógicas nos espaços escolares, prioritariamente em regiões de maior vulnerabilidade em SAN (BRASIL, 2018, p. 40).

Conforme argumentam Freddi et al. (2014), o Brasil, até o ano de 2010, não apresentava uma lei federal específica que regulamentasse e orientasse a prática da Agricultura Urbana e Periurbana no território nacional. O Decreto nº. 7.272 de 25 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010) referente à Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional representa um marco legal inicial para a AUP ao ser institucionalizada dentro dessa política. O decreto menciona ações que promovem o fortalecimento da Agricultura Familiar e da produção urbana e periurbana de alimentos.

Castro (2019) menciona que a Política Nacional de Segurança Alimentar Nutricional aliada a muitos outros programas, planos e políticas, quais sejam: Programa de Convivência com o Semiárido, Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Plano Safra da Agricultura Familiar e o Guia Alimentar da População Brasileira foram responsáveis pela remoção do Brasil, em 2014, do Mapa da Fome elaborado pela ONU.

Na ausência de legislação federal específica para a AUP, até 2018, ano da Portaria nº 467 (BRASIL, 2018), o tema foi normatizado anteriormente em grande parte por leis, decretos e normas municipais ou estaduais de forma específica ou correlata, levando em consideração os interesses políticos de prefeitos e governadores, conforme apresentado no quadro 02 para algumas cidades brasileiras.

Quadro 02 – Sistematização da legislação brasileira sobre Agricultura Urbana e Periurbana.

Município/Estado	Nº Lei/Decreto	Nome	Tipo de Legislação
Belo Horizonte/MG	Lei nº 6.352, de 15 de julho de 1993.	Dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta da prefeitura municipal de Belo Horizonte e dá outras providências.	Correlata
Brasília/DF	Lei nº 3.495, de 15 de agosto de 1994.	Dispõe sobre a implantação de Agricultura Urbana no Distrito Federal.	Específica
Campinas/SP	Lei nº 9.549, de 10 de dezembro de 1997.	Cria o Programa de Hortas Comunitárias em Campinas-SP.	Específica
Brasil	Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.	Correlata
Curitiba/PR	Decreto nº 992 de 15 de outubro de 2003.	Institui a política de Abastecimento do Município de Curitiba.	Correlata

Palmas/TO	Lei nº 1.329, de 30 de setembro de 2004.	Institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana de Palmas.	Específica
Ananindeua/PA	Lei nº 2.224, de 16 de junho de 2006.	Dispõe sobre a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e dá outras providências.	Específica
Maracanaú/CE	Lei nº 1.157, de 20 de dezembro de 2006.	Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Familiar no Município de Maracanaú-CE.	Específica
Guarulhos/SP	Lei nº 6.426, de 01 de outubro de 2008.	Cria o Programa da Agricultura Urbana e Periurbana – PROAURP no Município de Guarulhos e define suas diretrizes.	Específica
Goiás	Lei nº 16.476, de 10 de fevereiro de 2009.	Dispõe sobre a Política de Apoio à Agricultura Urbana do Estado de Goiás.	Específica
Ribeirão Branco/SP	Lei nº 26, de 25 de setembro de 2009.	Criação do Programa Agricultura Urbana e Periurbana de Ribeirão Branco.	Específica
Apiacás/MT	Lei nº 614, de 10 de dezembro de 2009	Institui o Programa Municipal de Agricultura Urbana no Município de Apiacás e dá outras providências.	Específica
Belo Horizonte/MG	Lei nº 10.255, de 13 de setembro de 2011.	Política de Apoio à Agricultura Urbana.	Específica
João Pessoa/PB	Lei nº 12.515, de 21 de fevereiro de 2013.	Institui a Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana, e dá outras providências.	Específica
Minas Gerais	Lei nº 21.145, de 14 de janeiro de 2014.	Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica – PEAPO.	Correlata
Brasil	Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018.	Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.	Específica
São Paulo	Lei nº 16.684, de 19 de março de 2018.	Institui a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica - PEAPO, e dá outras providências.	Específica
Mato Grosso	Lei nº 10.824, de 05 de fevereiro de 2019.	Dispõe sobre a Política Estadual de Apoio à Agricultura Urbana do Mato Grosso e dá outras providências.	Específica
Rio de Janeiro	Lei nº 8.625 de 18 de novembro de 2019.	Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, de Agroecologia e de Produção Orgânica no Estado do Rio de Janeiro.	Correlata

Adaptado de Freddi et al. (2014).

Conforme descrito anteriormente, o marco legal mais recente da AUP é a Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018). A portaria instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social. As metas do programa incitam a busca por parcerias na tentativa de promoção à produção agrícola, comunitária e/ou doméstica sustentável, à segurança alimentar, à geração de renda e inclusão social, o fomento de ações voltadas à gestão e aperfeiçoamento, conscientizar possíveis financiadores, e sensibilizar estados e municípios para o desenvolvimento de políticas regionais, principalmente em escolas e associações comunitárias (BRASIL, 2018).

Contudo, o governo de Jair Messias Bolsonaro extingue o Ministério do Desenvolvimento Social por meio da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019 (BRASIL, 2019), transferindo as funções daquele ministério ao Ministério da Cidadania. A medida altera a

normatização da Agricultura Urbana e Periurbana no país e esta passa a constar no Ministério da Cidadania como Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (BRASIL, 2019).

No *site* oficial do ministério, o programa é apresentado como um estímulo à produção agroecológica de alimentos nas cidades, por meio do aproveitamento das áreas ociosas urbanas e periurbanas para a produção sustentável, processamento e comercialização de alimentos saudáveis. Conforme o ministério, o programa é executado por meio de editais públicos para o envio de propostas referentes à temática, no sentido de pleitear orçamento para aquisição de materiais e/ou insumos para a implantação e desenvolvimento de áreas produtivas, bem como a capacitação dos indivíduos envolvidos na atividade (BRASIL, 2019).

A ausência de legislação federal específica até 2010 interferiu negativamente na execução da AUP brasileira, de modo que, enquanto alguns estados e cidades construíram uma regulação própria, tantos outros expõem a condição vulnerável de produtores e populações. Castelo Branco e Alcântara (2011) destacam que, na ausência de instrumento regulatório, os agricultores encontram-se em constante disputa com construtoras e especuladores imobiliários, frente à produção desigual do espaço, o que influencia na tomada de decisão, por parte do agricultor, na possibilidade de investir e/ou expandir o empreendimento agrícola urbano.

Castelo Branco e Alcântara (2011) informam que ao analisar a prática da Agricultura Urbana e Periurbana em 80 (oitenta) municípios, somente 06 (seis) apresentaram regulamentação. Nestes, as regulamentações forneciam vantagens para a consolidação da prática agrícola em ambiente urbano, com a redução de impostos, a destinação de recursos, a promoção de circuitos de vendas e distribuição, além do reconhecimento e evidência da prática para a comunidade local.

Para aqueles que não apresentavam regulamentação própria, os agricultores esbarravam em muitos problemas, desde a ausência ou limitação de acesso à assistência técnica, capital, recursos hídricos, mão de obra, áreas para a expansão e até mesmo a insumos. Além destes, a ausência de integração entre políticas públicas, a expansão urbana, as instabilidades de renda devido à dificuldade de produção, foram, também, outros problemas descritos (CASTELO BRANCO; ALCÂNTARA, 2011).

Condição semelhante é encontrada por Utzig et al. (2019) na análise da legislação urbanística dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Os autores analisaram os planos diretores de 34 (trinta e quatro) municípios, e deste total, constataram que 23,6% (vinte e três, seis por cento) deles têm em seus planos diretores uma abordagem à Agricultura Urbana e Periurbana; 67,6% (sessenta e sete, seis por

cento) não exibem qualquer menção sobre a AUP e 8,8% (oito, oito por cento) dos municípios estavam em processo de elaboração dos seus planos diretores. Os autores informam que o plano diretor é o principal instrumento que permite a regularização e o gerenciamento da atividade agrícola dentro dos espaços urbanos.

Portela e Vilhena Junior (2013) expõem que sem um projeto que regulamente e organize a atividade dos agricultores urbanos, a Agricultura Urbana e Periurbana sofre demasiada pressão pela expansão da cidade, dando o exemplo de Boa Vista, no Estado de Roraima. Em Boa Vista, há o bairro Operário, definido pelos autores como uma área rural-agrícola que está incrustada no espaço urbano, e que sofre intensa crise identitária quanto a sua classificação dentro do município.

A prefeitura de Boa Vista havia classificado o bairro com intensa atividade agrícola como zona urbana, devido ao aumento do sítio urbano do município. Porém, após discussões e negociações que foram articuladas pelos próprios agricultores junto à prefeitura, o bairro foi incluído na zona rural. O bairro Operário tem como atividade econômica predominante a agricultura, desenvolvida por meio do cultivo de hortaliças destinadas aos mercados e às feiras livres de Boa Vista. Os agricultores informam que encontram dificuldades referentes às estratégias coletivas de comercialização (PORTELA; VILHENA JUNIOR, 2013).

Um avanço mais recente foi a aprovação na Comissão de Meio Ambiente (CMA) do projeto de instituição da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (AGÊNCIA SENADO, 2021). O Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2017, propõe a instituição da Política Nacional da Agricultura Urbana e Periurbana com o objetivo de regulamentar o uso de imóveis urbanos desocupados ou subutilizados para a produção de alimentos saudáveis e a geração de emprego e renda, além de dá outras providências.

O texto continua em trâmite de aprovação nas comissões temáticas do Congresso, seguindo agora à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (AGÊNCIA SENADO, 2021). A aprovação do Projeto de Lei representaria outro marco nos avanços da AUP no país como prática necessária à segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento social. Até o momento de finalização desta pesquisa, entidades e atores sociais aguardavam o avanço da pauta no Congresso Nacional.

Ainda sobre os desafios da consolidação da AUP, no Brasil e no mundo, Cabannes (2011) relata que a informalidade tem ligação direta com a falta de financiamento da atividade. A maior parte dos produtores agrícolas urbanos está fora do cenário formal e as cidades que fomentam essa atividade por meio de alguma linha de crédito representam a exceção e não a regra, a exemplo de microcréditos ofertados já reconhecidos em Lima, no

Equador, Ibadan, na Nigéria, entre outras cidades e nacionalidades. A ausência de legislação própria, bem como a formalização de produtores e áreas produtivas torna impossível obter qualquer tipo de empréstimo por parte de agricultores urbanos que não tenham títulos formais de propriedade do solo, exigidos pelas instituições bancárias como forma de garantia.

O autor propõe que a formalização da atividade por meio de políticas públicas seria o primeiro passo para o fomento. Legalizados, é necessário pensar a mobilização correta de recursos monetários com financiamentos individuais e coletivos, além de pensar subsídios de vários meios para além de microcréditos ou empréstimos convencionais. Organizados, é possível construir políticas públicas de orçamento participativo entre sociedade civil, Estado e instituições privadas (CABANNES, 2011). É possível identificar vários problemas referentes à implantação e à manutenção de áreas agrícolas urbanas. Esses problemas vão da dicotomia urbano e rural, que limita atividades a cada um, até problemas relacionados à organização, à produção e comercialização de produtos agrícolas dentro da área urbana.

Face às tensões que permeiam a AUP em diferentes países, ressalta-se que as iniciativas que se perpetraram passaram por intenso mecanismo de organização, e algumas receberam reconhecimento e foram o gatilho para incitar a elaboração de políticas públicas. Desse modo, a potencialização dos benefícios sociais e ambientais da Agricultura Urbana e Periurbana carecem de financiamento e sério investimento global, por meio de uma agenda internacional (MOUGEOT, 2011).

Sua comprovada contribuição no combate à fome, à pobreza, à insegurança alimentar, à degradação ambiental e outros, coloca essa atividade como importante instrumento de construção de cidades mais eficientes, e nos conduz à reflexão, na perspectiva de alimentação da população mundial para os próximos anos, devido ao acelerado crescimento e necessidade, cada vez maior, no uso de novas áreas para a produção de alimentos (SILVA, 2014).

2.2 Desenvolvimento Social e Desenvolvimento como Liberdade

O tema desenvolvimento tem sido objeto de discussão no âmbito acadêmico, político e na sociedade em geral. Cada discussão parte de uma proposta que o adjetiva, tal qual a economia, o meio ambiente, os direitos civis, as liberdades individuais e coletivas, entre outros.

Para o complemento da fundamentação teórica desta dissertação, houve a pretensão de se apresentar e discutir o tema desenvolvimento pela perspectiva da dimensão social e da expansão das liberdades dos indivíduos. Para tanto, optou-se por fundamentar essa discussão

a partir do referencial teórico-conceitual de desenvolvimento social do economista Celso Furtado (1961, 1972, 1974, 1989, 1992, 2000, 2008, 2013, 2014) e do desenvolvimento humano de Amartya Sen (1999, 2001, 2010, 2011), inclusos também, os principais interpretadores e estudiosos destes autores, bem como da própria temática.

O século XX foi marcado por várias conquistas no campo econômico, político e social em inúmeros países. O processo democrático que se instituiu, restituiu-se ou firmou-se em várias nações, representou um avanço para que os indivíduos tivessem mais acesso aos seus governos, ampliando-se, assim, o debate sobre política, direito e liberdade. O contexto democrático trouxe a possibilidade de discussão aberta de vários temas e questões sociais e expandiu uma série de estudos relativos à política e à economia mundial, ao trabalho, ao meio ambiente e à relação entre os países (PANSIERI, 2016).

Pela via democrática, foi possível traçar e compartilhar a construção do conhecimento que pretendia entender as questões que implicavam no monopólio de alguns países na economia mundial, na produção e uso de tecnologias, no controle de mercado, nas indústrias, na mão de obra, entre outros. Simultaneamente, questionou-se os reais motivos da fome mundial, da exploração de trabalho análogo ao escravo, da marginalização de alguns povos e grupos sociais, da mortalidade precoce de indivíduos, de crises mundiais como o pós-guerra, da crise do petróleo, das revoltas civis e dos golpes de estado que implantaram ditaduras nos governos de inúmeros países, de questões que estão entrelaçadas ao subdesenvolvimento e desenvolvimento praticados no planeta.

A obra de Celso Furtado fundamenta-se na busca do entendimento, da conceituação e da discussão das questões que permeiam a ideia de desenvolvimento, subdesenvolvimento e a dependência econômica do Brasil e países da América Latina. Nascido em Pombal, no Estado da Paraíba, o autor, que considerou, na adolescência, ser desvantajoso ser brasileiro, durante o seu percurso acadêmico procurou entender as razões que produziam o atraso econômico, industrial, tecnológico e social enraizados na história do Brasil e de outros países latino-americanos.

A respeito da sua biografia acadêmica, Celso Furtado deu início aos estudos primários no Liceu Paraibano, migrando, posteriormente, para o Ginásio Pernambucano do Recife. Para dar continuidade à sua formação, o autor mudou-se em 1939, para o estado Rio de Janeiro, e no ano seguinte, ingressou no bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, curso que concluiu em 1944 (FURTADO, 2014).

Celso Furtado cursou, também, o Curso de Preparação de Oficiais da Reserva do Exército Brasileiro, em 1944, e foi convocado a integrar a Força Expedicionária Brasileira, para servir, em 1945, no norte da Itália. Foi a primeira vez que o autor viajou para o exterior e teve a possibilidade de observar *in loco* problemas enfrentados por outras nações.

Segundo Celso Furtado, a experiência lhe proporcionou entendimentos sobre o funcionamento do mundo, e que muitos problemas existentes no Brasil, não estavam circunscritos a ele, mas que se generalizaram em outros continentes. Assim, o autor se permitiu ao enfrentamento às questões geradoras de desigualdade social e outros problemas brasileiros (FURTADO, 2014).

No ano de 1946, Furtado mudou-se para Paris, na França, para o ingresso no doutorado em economia na Universidade de Paris-Sorbone. Em 1948, concluiu o doutorado e retornou ao Brasil. O tema do doutoramento versava sobre a economia açucareira colonial brasileira e a sua influência no processo de formação do país. Esse é considerado o momento formal do início da construção da sua obra sobre economia. A tese lhe permite assegurar as discussões que serão apresentadas no livro intitulado *Formação Econômica do Brasil*, editado em 1959, e apresenta os primeiros esforços intelectuais do autor na compreensão e busca de respostas para as questões referentes ao subdesenvolvimento (FURTADO, 2013).

A atuação na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, representa um grande momento do autor no trabalho com questões ligadas ao desenvolvimento. Após retornar ao Brasil com o título de doutor, Furtado mudou-se para Santiago, no Chile, em 1949, para também integrar o órgão. A CEPAL faria intenso debate sobre aspectos relativos à conceituação, à teoria e histórico do desenvolvimento, na tentativa de entender e mitigar as mazelas do desenvolvimento econômico na periferia da economia capitalista mundial, por meio de atuação técnica e política.

Celso Furtado passou a analisar a história dos países da América Latina, com ênfase à história do Brasil, tomando por base o pensamento econômico cepalino do modelo centro periferia. Nesse pensamento, o centro é representado pelos países ricos e industrializados e a periferia é constituída pelos países pobres e/ou menos industrializados. Estes últimos, em sua maioria, eram países que, desde o século XIX participavam do comércio internacional como fornecedores de matérias primas, bens agrícolas e que não fomentaram o processo de industrialização, tendo basicamente uma economia primária e exportada (RIBEIRO, 2010).

A partir desse pensamento, Furtado (2000) propõe que o nascimento da indústria moderna, na Europa, a partir da segunda metade do século XVIII, por meio da Revolução Industrial, desencadeou enormes transformações na economia global. O capitalismo e os

meios de produção deslocaram-se para além da fronteira econômica europeia, e aqueles estruturaram-se de forma a garantir a permanência da relação centro periferia e a coexistência pacífica entre estruturas produtoras e consumidoras avançadas no centro e atrasadas na periferia.

A periferia seria, então, mera fornecedora de matéria prima, bens e produtos para o centro com pouca alteração econômica própria, visto que o capitalismo não modifica as condições econômicas e sociais pré-existentes. Assim, mesmo com o advento da injeção de capital na elaboração de modais de extração, de transporte, de estruturas de beneficiamento, de contratação de mão de obra, o sistema econômico local ou as condições sociais não apresentaram evolução.

Celso Furtado informa que o seu trabalho pode ser dividido em três momentos, quais sejam: a) o trabalho na CEPAL, b) o trabalho dedicado ao Nordeste brasileiro, c) e as suas atividades acadêmicas. A CEPAL forneceu-lhe um momento de compreensão às peculiaridades brasileiras, a partir da análise do subdesenvolvimento da América Latina. Os anos de CEPAL serviriam para a elaboração do Plano de Metas do Grupo Misto CEPAL-BNDE, um cargo na diretoria do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDE) e a escrita do livro *Formação Econômica do Brasil*, a partir de 1953, no King's College, Universidade de Cambridge, na Inglaterra, retratando a possibilidade de o Estado intervir no direcionamento do processo de desenvolvimento do país (RIBEIRO, 2010).

Jurgenfeld (2020) propõe que a teoria furtadiana do desenvolvimento econômico e social seja dividida e interpretada em dois momentos históricos, fruto das mudanças no capitalismo mundial, das características do governo e economia brasileira, bem como das mudanças na vida do autor. O primeiro deles corresponde aos estudos e publicações de Celso Furtado nos anos de 1950 a 1963, e o segundo, engloba toda a discussão e produção feita pelo autor de 1964 (a partir do golpe militar no país) até sua morte, em 2004.

O contexto do primeiro momento da teoria furtadiana para as questões do desenvolvimento e subdesenvolvimento, na década de 50, teria influência direta do trabalho com a CEPAL, e o trabalho com o Secretário-Executivo da comissão, o economista argentino Raúl Prebisch. O exílio, início do segundo momento, representou um novo contexto do pensamento furtadiano a respeito do rumo dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento da América-Latina, em especial o Brasil, com maior crítica em relação a papel do Estado na mudança econômica desses países e a necessidade do projeto de mudança social para atingir o desenvolvimento.

As experiências colhidas por Celso Furtado no entendimento aos problemas do subdesenvolvimento nos países latino-americanos, seriam colocadas em prática por meio da elaboração de políticas públicas nos governos dos presidentes brasileiros Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. No governo de Juscelino Kubitschek, Celso Furtado desenvolveu trabalhos ligados à análise da Região Nordeste, na tentativa de identificar os fatores que impediam o desenvolvimento da referida região (FURTADO, 2014).

Celso Furtado propôs que fossem implementadas atividades com foco na criação de uma economia que suportasse a escassez de chuvas no Nordeste, a exemplo do avanço da fronteira agrícola para terras mais favoráveis, garantia do abastecimento de água e alimentos nas cidades e industrialização na região. Para tanto, o Nordeste receberia uma política de desenvolvimento econômico, que culminou na criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão responsável por desenvolver o plano de desenvolvimento econômico e social da região (FURTADO, 2014).

Nesse período de atividades na SUDENE, Celso Furtado é considerado figura importante e pensador relevante no entendimento e mitigação de problemas referentes às economias periféricas do Brasil e da América Latina. O presidente João Goulart, observando o trabalho de Furtado frente a SUDENE, bem como a trajetória acadêmica e política do autor, o nomeia para o Ministério Extraordinário do Planejamento. A nomeação teve foco na construção de um plano de governo para ações de curto prazo voltadas ao ajuste da máquina pública e da dívida externa, crescimento do PIB, ampliação das ações do Estado nas áreas da saúde, da educação, na mitigação de desigualdades regionais brasileiras, na implantação de instrumentos nacionais de controle inflacionários, nas mudanças da estrutura agrária do país e melhorias referentes a incorporação de tecnologia e industrialização (FURTADO, 2013).

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social elaborado por Celso Furtado, para os anos de 1963, 1964 e 1965, enfrentou diversos problemas relacionados ao curto espaço de tempo em que foi elaborado (três meses). Os problemas se destacam na dificuldade de interpretar as informações estatísticas presentes, na inexperiência dos governos brasileiros com as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Embora com falhas aparentes, o Plano Trienal desencadeou revolta na elite econômica do país no momento em que o presidente João Goulart desapropriou grandes áreas de terras e latifúndios para a reforma agrária.

O desmonte de latifúndios, a proposta de uma reforma agrária no país e o intenso contexto político de oposição entre os poderes executivo e legislativo brasileiros, desde o governo do Presidente Getúlio Vargas, foram responsáveis pela derrubada do governo Goulart

e do Golpe Militar de 1964. O golpe levou à presidência do país Humberto de Alencar Castelo Branco, na tentativa de controlar os nacionalistas pró-reforma político-administrativa brasileira, institucionalizando a Ditadura Militar no Brasil, por meio dos Atos Institucionais publicados durante aquele período. Tal situação, deu início à cassação de direitos políticos dos brasileiros que fossem considerados pró-reforma de base governamental, entre outras situações, e dentre estes os brasileiros estava incluso Celso Furtado (RIBEIRO, 2013).

Bohn (2020) discorre que a cassação dos direitos políticos marca a terceira fase do trabalho de Celso Furtado, que exilado, dedica-se a vida acadêmica e passa por transformações quanto às linhas de intervenção propostas em seus trabalhos.

No decurso deste período, Furtado publicou livros como —Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina (1966), em que debate a relação entre crescimento e distribuição de renda e demonstra os motivos para o insucesso do processo de industrialização; Teoria e política do desenvolvimento econômico (1967), onde analisa – a evolução da Teoria do Desenvolvimento dentro da Ciência Econômica; Formação econômica da América Latina (1969), que mais tarde foi editado e renomeado de A economia latino-americana (1976); Um projeto para o Brasil (1974), em que revê suas considerações a respeito de sua tese de tendência à estagnação e O mito do desenvolvimento econômico (1974), no qual rejeita a ideia de que o desenvolvimento econômico, segundo os padrões dos países ricos, possa ser universalizado a todas as sociedades, de modo que o que se observa são estruturas econômicas e sociais cada vez mais heterogêneas (LINS, 2013, p. 37).

Conforme a teoria furtadiana, o subdesenvolvimento se mantém por meio de uma condição histórica que é resultante da dependência econômica e cultural. O desenvolvimento econômico de vários países tem relação direta com a implantação de novos fatores de produtividade. Porém, a reprodução desses fatores não representa uma receita pronta para a superação do subdesenvolvimento nos países da periferia capitalista (LINS; MARIN, 2014).

É necessário entender que, embora se faça uso de tecnologias modernas à favor do aumento da produtividade, e que, por vezes, o aumento possa representar crescimento expressivo do capital, este crescimento não reflete o desenvolvimento, visto que, a economia dos países periféricos apresenta características próprias, quais sejam: a centralização em produtos primários, a baixa diversificação produtiva, o mercado reduzido, a precária qualificação da mão de obra, a concentração de renda e a necessidade referente ao desenvolvimento e incremento da inovação tecnológica (LINS; MARIN, 2014).

Por meio de uma análise histórica, Furtado contextualiza que a agricultura, constituiu-se como base econômica durante séculos em vários países, a exemplo do Brasil, e que os moldes em que ela foi estruturada determinou o grau de desenvolvimento em cada um

dos locais em que é praticada. Em países em que o subdesenvolvimento se manteve ao longo do tempo, o sistema econômico, baseado na exploração da atividade agrícola articulou-se de forma a combater qualquer modelo de distribuição social de renda, favorecendo a concentração de terras, a manutenção do latifúndio e a difusão do uso de mão de obra escrava. Como exemplo, o autor pontua fatos relevantes sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimento comparando o percurso agrícola nas Antilhas Europeias com o percurso adotado no Brasil (FURTADO, 2005).

A migração de pequenos produtores das Antilhas para os Estados Unidos, devido a expulsão promovida pela economia açucareira escravocrata, propiciou a formação da pequena propriedade em terras norte-americanas. Já nos Estados Unidos, estes produtores formaram ciclos de atividades focadas na base produtiva para o consumo local e, somente após suprir essa demanda o excedente teve foco em mercados externos, acessados por meio do suporte a atividades comerciais marítimas. A condição de desenvolvimento interno e posterior acesso ao mercado externo foram essenciais no processo, dando a Celso Furtado entendimento sobre o vínculo entre especialização produtiva, criação de mercado interno e sua importância central no desenvolvimento de determinada região (FURTADO, 2005).

Celso Furtado, afirma que, a agricultura foi o principal elemento norteador do desenvolvimento na maioria das regiões brasileiras, desde a colonização, a partir da implantação da empresa agrícola açucareira na região Nordeste e sua expansão e substituição *a posteriori* por outras culturas e outros espaços em todo o território nacional, a partir do século XVI, como o café, o algodão, entre outras, nas regiões sul, norte, sudeste e centro oeste. A economia do *plantation* (nomenclatura utilizada para designar o sistema econômico originário do período colonial, a partir do século XVI, praticados nas colônias da América Latina, África e Ásia, baseado no latifúndio, monocultura e trabalho escravo), estruturou-se de forma a iniciar o que o autor denominou como agricultura itinerante, principal responsável pela formação das estruturas sociais daqueles países (FURTADO, 2008).

Cano (2018) aponta a Lei de Terras, de 1850, como medida determinante para a concentração fundiária no Brasil, organizando a zona rural do país em latifúndios, sobrepondo-se às pequenas propriedades. A abundância de terras devolutas do império e a pequena quantidade de indivíduos livres e em pleno gozo dos direitos civis até o século XIX corroborou para o acúmulo de terras pelos mais abastados ou indivíduos ligados ao império, sem qualquer possibilidade de resistência por parte dos pequenos posseiros.

Desse modo, a economia agrícola exportadora ocupou novos espaços, inicialmente nas áreas costeiras, em seguida, dirigindo-se ao interior do território brasileiro. Esse avanço é

marcado por grilagem, pela extrapolação dos limites das propriedades agrícolas, crimes contra posseiros, indígenas e comunidades tradicionais, além do chancelamento do latifúndio por meio da convivência dos cartórios. Para cada nova área ocupada, a agricultura de subsistência era empurrada para locais mais distantes ou mesmo incorporada pelo latifúndio, tornando-se submissa. Assim, a expansão da fronteira e da economia agrícola manteve e mantém até hoje a estrutura de relações sociais predominantes do capitalismo, sob a condição de concentração do poder econômico, do político, do patrimonialista, do paternalismo, da submissão e marginalização de grupos sociais (CANO, 2018).

Assim, Furtado utilizou-se da teoria da dependência na tentativa de explicar a tendência do subdesenvolvimento das economias de países periféricos. Nesse sentido, o autor observa e inquieta-se com as características comuns aos países subdesenvolvidos, quais sejam: a submissão a uma demanda capitalista mundial, os padrões de consumo sob modelos internacionais, a desigualdade social e a heterogeneidade econômica (FURTADO, 2000).

Quaisquer instrumentos de desenvolvimento proposto para aquelas economias eram alheias às suas realidades. Se por um lado atribuía dinamismo à economia doméstica, facultando o controle do desenvolvimento de bens e serviços, por outro lado, excluía a necessidade da organização de força de trabalho e das demandas sociais. Desse modo, o subdesenvolvimento dos países latino-americanos perpetuava características próprias, descritas ao longo da obra furtadiana (quadro 03) (FURTADO, 2000).

Quadro 03 – Características do Subdesenvolvimento segundo a obra de Celso Furtado.

Características do Subdesenvolvimento			
Economias subdesenvolvidas se tornam industrializadas ou exportadoras de manufaturas.	Deformação estrutural, não era uma fase do processo de formação das economias capitalistas.	Produto da adaptação desproporcional às novas tecnologias introduzidas pelo capitalismo.	Coexistência de estruturas capitalistas avançadas e atrasadas.

Fonte: Adaptado de Lins (2013).

Conforme Lins (2013), a dependência de padrão tecnológico produtivo externo, e a falta de planos internos autônomos de desenvolvimento, são sequelas observadas nas tentativas de desenvolvimento econômico de países da periferia, em especial o desenvolvimento industrial brasileiro. Em complemento, Cário, Gomes e Sigaúque (2019, p. 83-84) aduzem que:

Cria-se, internamente, um sistema cuja reprodução modernizava a base produtiva, porém, destinada para determinado segmento social, causando, por consequência,

forte heterogeneidade social, decorrente da exclusão de acesso, de grande parte da população, aos bens e serviços gerados. Sob esse sistema, não se constata a homogeneidade social desejada, visto que a grande maioria das pessoas não tem acesso, de forma correta, ao atendimento das necessidades alimentares, de vestuário, de moradia, de acesso à educação, ao lazer e a atividades culturais. Tal quadro demonstra que a economia desenvolvida sob condições de subdesenvolvimento reproduz, sistematicamente, cópia de vida de outras sociedades, com benefícios para determinado estrato social, que tem ganhos decorrentes da produtividade obtida com tecnologias forâneas, alheias à realidade econômica e social periférica.

Neste sentido, com o monopólio tecnológico e a influência cultural de massa, países do centro determinam os padrões de consumo dos países periféricos, a exemplo do Brasil, e tal situação impede o real desenvolvimento da periferia, mesmo que estes países periféricos registram aumentos significativos do PIB e ganhos referentes na balança comercial.

Para Celso Furtado, o desenvolvimento deve ser compreendido como o “aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p. 115-116). Na presença de uma estrutura econômica forjada por uma demanda auto criada, o autor propõe que o conceito não deva ser empregado, visto que, sob tal molde apenas ocorre crescimento relativo aos bens e serviços. E frisa que, o desenvolvimento só existe quando perpassa o simples crescimento ampliando um sistema econômico complexo que atenda às necessidades sociais, da economia e do trabalho.

O processo de globalização neoliberalista na América Latina, difundido a partir dos anos 80, produziu efeitos negativos, a exemplo do aumento do número de pessoas em situação de vulnerabilidade, fome e pobreza. Esses efeitos expuseram a fragilidade do desenvolvimento social frente ao desenvolvimento econômico, evidenciando o paradoxo de países com grande produção de alimentos e que atendem o comércio mundial, que exibem grande acúmulo de capital por meio dessa atividade, a exemplo do Brasil e da Argentina e que convivem com as mazelas mencionadas (ANJOS; BECKER, 2014).

Furtado considera que o acesso à civilização industrial na América Latina é um subproduto da dominação externa. E o subproduto expressa as relações econômicas e de trabalho estabelecidas ao longo dos anos entre as potências econômicas mundiais, no centro industrializado, e os países colônias ou instáveis economicamente, situados na periferia exportadora de produtos primários, a exemplo do Brasil (FURTADO, 2008).

Estabeleceu-se assim, a integração da América Latina, com grande foco no potencial agrícola brasileiro, nos mercados internacionais, e o intenso investimento estrangeiro na modernização dos padrões de consumo locais e alteração da paisagem rural e urbana. A

economia local não foi capaz de financiar o processo de modernização por apresentar apenas os excedentes de exportação advindos da agricultura extensiva (com sua expansão baseada no aumento de área manejada e não na produtividade e diversificação dos produtos) a recursos naturais (metais da indústria, madeira e derivados, produtos de origem animal, entre outros) (FURTADO, 2008).

Furtado (1992) associa o subdesenvolvimento à exploração interna e da dependência externa dos países, fato evidenciado na economia agrícola brasileira. O aumento da produtividade por meio da absorção tecnológica, mesmo promovendo a elevação do consumo da população de determinada região, não promove homogeneização e bem-estar social.

Os mecanismos de mercados ajustam estruturalmente a propagação tecnológica para a produção de bens finais de consumo. O autor critica a visão numérica referente a empresa agrícola exportadora brasileira e o intenso volume de produtos agregados à balança comercial do país. Furtado (1972), ao discordar dessa visão numérica, propõe uma análise mais profunda, capaz de verificar a influência da agricultura brasileira na balança comercial do país e sua relação com o desenvolvimento, a elevação do nível técnico, a geração de postos de trabalhos qualificados, a diminuição da pobreza, a melhoria do bem-estar e qualidade de vida da população rural e urbana do Brasil.

A respeito dos números do capital agrícola brasileiro, Cano (2018) critica, também, essa associação com o desenvolvimento, ao expor que no recorte temporal de 1930 a 1970, do total de áreas tomadas pela expansão agrícola brasileira, apenas 29% (vinte e nove por cento) eram capazes de superar a produtividade e os rendimentos físicos registrados em 1930. O restante, 40 anos após a expansão agrícola, em sua maioria apresentava rendimentos menores que os registrados na década de 30. Além dos problemas de produtividade, as culturas desenvolvidas nesse período deslocaram-se sob o interesse do capital, e as culturas menos capitalizáveis, como arroz, feijão, mandioca, que são alimentos importantes na mesa dos brasileiros, foram impelidas para áreas mais atrasadas do ponto de vista de acesso e infraestrutura, dificultando o escoamento destes alimentos, e reduzindo os rendimentos físicos dessas lavouras.

Convém destacar que o pensamento industrial mundial ganhou impulso e notoriedade no período denominado anos dourados da era de ouro do capitalismo (que compreende o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, até o ano de 1973, quando surgiu a primeira crise do petróleo), foi determinante para a difusão da ideia de desenvolvimento ligado ao acúmulo do capital e avanço econômico das nações. Esse fato está associado às profundas transformações econômicas, tecnológicas, sociais e culturais ocorridas na época que facilitaram o acesso a

bens e serviços do capital após a instabilidade política e econômica das duas guerras mundiais (HOBSBAWM, 1995; JURGENFELD, 2020).

Embora o projeto industrial nacional brasileiro possa ter dado passos importantes nesse período do movimento desenvolvimentista mundial, a indústria agrícola foi a principal beneficiada. Com foco nos produtos de exportação como soja, milho, proteína animal, frutas, rações, entre outros, a agricultura passou por maciço investimento de capital nacional e estrangeiro que subsidiou generoso crédito rural para a mecanização e motorização do campo, bem como a difusão de insumos de natureza química e/ou sintética (CANO, 2018).

Nos moldes em que foi executada, a política de crédito e modernização da agricultura do país cumpriu os interesses do capital e da relação centro-periferia de Furtado e Prebisch, ficando notório que as alterações desta política foram observadas apenas no aumento de produtividade e de exportações, sem nenhuma alteração sobre a diversidade produtiva ou modificação das estruturas sociais vigentes (CANO, 2018).

Prebisch (1981) e Furtado (2000) discorrem que a atividade cepalina nas décadas de 50 e 60 fazia ampla defesa da industrialização dos países da América-Latina, como elemento essencial na ruptura da relação capitalista do centro-periferia e o desenvolvimento dos países coloniais e/ou fornecedores de matéria-prima ou produtos primários essenciais à manutenção do desenvolvimento Europeu e dos Estados Unidos.

Nessa perspectiva, a industrialização representaria desenvolvimento, à medida que os países aumentassem o fluxo de capital e a substituição das importações. Construir uma indústria nacional autônoma permitiria elevar os lucros gerados e o incremento deste sobre o trabalho e salários do setor industrial representaria intensa modificação econômica naqueles países, superando a visão de exportadores de produção primária (PREBISCH, 1981; FURTADO, 2000).

Todavia, na obra *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (FURTADO, 1974), considerada radical por economistas da época, representa uma ruptura do pensamento industrial furtadiano e um dos marcos da fase social do trabalho do autor. Furtado passou a tratar o subdesenvolvimento como algo a ser superado, não somente pela industrialização, esclarecendo que sob a forma que é praticado o desenvolvimento econômico nos países do centro, este seria um mito inalcançável pelos países da periferia. A modernização da periferia, segundo o autor, foi somente uma tentativa de trazer e incitar hábitos de consumo dos países desenvolvidos para estas regiões, porém, seria um mito imaginar que por meio do desenvolvimento econômico o mundo inteiro poderia desfrutar de padrões de consumo europeus e estadunidenses.

Países do primeiro mundo criaram uma demanda e pressão sobre recursos naturais disponíveis no planeta de tal forma que o ingresso no desenvolvimento econômico pelos países do terceiro mundo faria com que essa demanda não fosse suprida nos primeiros. O crescimento ilimitado da economia mundial esbarra na entropia dos sistemas naturais e a disponibilidade de recursos essenciais à vida no planeta, e propor modelos econômicos que ligam desenvolvimento a indústria do uso desses recursos é ingenuamente acreditar que as maiores economias mundiais estão dispostas a regredir no acúmulo de capital em detrimento do avanço econômico dos demais países (FURTADO, 1974).

O subdesenvolvimento é o produto do uso predatório dos recursos naturais e o monopólio e distribuição desproporcional da indústria e da tecnologia em detrimento de padrões de vida na sociedade. Esse modelo lidera o interesse das tecnologias produtivas e ditam quando, onde e o nível que existirá nas economias periféricas da sociedade capitalista. Neste caso, economias do centro investem massivamente em tecnologia e desenvolvimento das formas produtivas ao mesmo tempo que se utilizam da periferia (e todos os seus recursos disponíveis) para refinar o desenvolvimento econômico a cada mudança tecnológica das formas produtivas (FURTADO, 1989).

Ao analisar o desenvolvimento marcado pelo avanço do processo de industrialização mundial, Furtado (1974) complementa que os países desenvolvidos experimentaram o estado de bem-estar social, *welfare state*, com pleno emprego, produção e consumo em massa, sob forte intervenção do Estado na economia. Já os países subdesenvolvidos, presenciaram a continuidade do modelo de desenvolvimento baseado no consumo de luxo praticado por pequenos grupos e o avanço das desigualdades sociais para o resto da população. A política desenvolvimentista, orientada na satisfação dos altos níveis de consumo de uma pequena minoria, tende a agravar as desigualdades sociais e a elevar o custo do sistema econômico.

O autor exemplifica países latino-americanos e outras periferias mundiais, informando que o avanço tecnológico produziu tecnologia poupadora de trabalho industrial, permitindo aumentos de produtividade e diminuição dos custos de produção, e que este fato impulsionou a concentração de renda em favor das classes detentoras dos meios de produção, ao mesmo tempo que marginalizou os trabalhadores não capacitados ou que não foram capazes de acompanhar tal desenvolvimento (FURTADO, 1974).

Têm-se então, países com grande capital e intensa desigualdade, o que leva Furtado (1974) a reiterar que o uso do crescimento econômico como única maneira para se compreender o desenvolvimento é uma proposta que põe a individualidade à frente da coletividade. O autor comenta que uma proposta de desenvolvimento que atinja a sociedade,

deve ter esforços concentrados na coletividade, portanto, a análise do crescimento da economia como desenvolvimento seria insuficiente, uma vez que é necessário também, compreender os fins desse processo. O desenvolvimento supera o crescimento econômico quando este também envolve questões relativas ao trabalho, à tecnologia, à produção e ao entendimento das necessidades humanas.

Neste sentido, Furtado (1974) complementa que é necessário repensar o desenvolvimento a partir da economia e o modelo de industrialização e inovação tecnológica praticados nos países periféricos. O simples transporte de formas produtivas do centro para periferia é notadamente fadado ao fracasso, ao passo que esta não superaria a dependência cultural da periferia com o centro. Neste caso, o modelo de desenvolvimento ideal seria aquele que incorporasse a industrialização, tecnologias de produção, inovação e benefícios sociais, capacitando mão de obra local, financiando o próprio aparato tecnológico e investindo no capital social.

Anjos e Becker (2014) discorrem que é possível observar que somente a expansão econômica de um país não seja suficiente para mensurar o quanto de desenvolvimento aquela sociedade obteve. Os autores citam o efeito da observação da economia no continente europeu, que após viver uma expansão econômica generalizada, a partir do processo da industrialização, atualmente tem enfrentado o avanço do fenômeno da exclusão social e a deterioração do estado de bem-estar social. O contexto do desenvolvimento associado apenas à economia agravou-se ao longo dos anos, e criou-se uma agenda com pontos comuns a países ricos e pobres no século XXI, como a persistência da fome, da pobreza, da miséria, das desigualdades entre classes, de preconceito, de discriminação entre gênero, de violação de direitos e liberdades, de crises financeiras e de insustentabilidade da economia de muitas nações capitalistas (PANSIERI, 2016).

Concomitante às discussões de desenvolvimento, ora apresentadas, Dupas (2006) ressalta a relação de construção que se faz com a associação do conceito de desenvolvimento e de progresso, e evolução a partir da globalização neoliberal, com intrínseca associação ao avanço da industrialização e da tecnologia. O progresso propõe que a civilização se mova para uma direção, entendida como benevolente ou que promova o maior número de existências felizes. Todavia, o autor ressalta o progresso como uma utopia. Isto porque, ao final do século XX, foi possível observar que o progresso tecnológico não conduz automaticamente ao desenvolvimento humano e que a riqueza gerada nesse processo não é compartilhada de modo a minimizar a exclusão social. Uma vez exposta a teoria social de Celso Furtado, far-se-á uma incursão ao pensamento de Amartya Sen.

O economista indiano Amartya Sen, por meio de suas obras (1999, 2001, 2010, 2011) faz um convite à reinterpretação ao conceito de desenvolvimento econômico. A interpretação tradicional não teria uma amplitude suficiente para o entendimento da sua relação com a sociedade, uma vez que adota apenas uma dimensão do processo ligado ao Produto Interno Bruto (PIB), bem como a renda *per capita* (MÁXIMO, 2013).

Amartya Sen é natural da Índia Britânica, nascido em 1933, local onde pôde observar de perto situações consideradas determinantes no seu interesse por economia. A trajetória educacional do autor inicia em Dhaka, Índia Britânica, migrando posteriormente para Bengali Ocidental, após a separação do território indiano na Índia e Paquistão. Concluído o colegial, Sen optou por estudar Ciências Econômicas no Presidency College, em Calcutá, onde se formou em economia (PACHECO, 2016).

Em 1955, Sen muda-se para Londres onde iniciou seus estudos de doutorado no Trinity College, em Cambridge, obtendo o título de doutor em economia no ano de 1959. Como doutor em economia, Amartya Sen teve a oportunidade de exercer a docência nos principais centros de economia e filosofia do mundo, como Jadavpur University, na Delhi School of Economics, London School of Economics, Oxford University, Trinity College da Universidade de Cambridge e Harvard University (PACHECO, 2016).

O interesse de Sen pelas questões sociais tem ligação com o fato de o autor ter testemunhado a morte de 3 milhões de pessoas por falta de alimentos em Bengali, no ano de 1943. Como resposta a essa questão, Amartya Sen dedica-se a entender, por meio de suas obras, os mecanismos econômicos geradores da fome, da pobreza, da vulnerabilidade, da desigualdade social, do subdesenvolvimento dos países da periferia, da distribuição geográfica da pobreza mundial e do desenvolvimento dos indivíduos, povos e nações.

Eiffe (2010) afirma que embora o contato do autor com a denominada economia do bem-estar social tenha ocorrido nos primeiros anos após concluir o doutorado em Cambridge, Sen passa a escrever sistematicamente sobre a teoria do bem-estar a partir do final dos anos de 1970. Sen propõe que a economia seja trabalhada de forma a construir caminhos para a melhoria das condições de vida e liberdades dos indivíduos, saindo do ambiente fechado das instituições e da teoria hermética para conectar-se à realidade.

Sen (1992), na tentativa de explicar as questões pertinentes à desigualdade do sistema capitalista mundial, expõe em sua obra *Desigualdade Reexaminada* que a busca pela igualdade dentro do contexto de desenvolvimento deve levar em conta a heterogeneidade e as múltiplas variáveis que compõem as diferenças dos indivíduos.

Nesse sentido, o autor propõe que políticas públicas deveriam ser aplicadas de forma desiguais, direcionando mais recursos aos mais necessitados para igualar não a disponibilidade de recursos, mas sim o grau de satisfação das necessidades de cada indivíduo ou grupo vulnerável (SEN, 1992).

Para Sen (1992), o desejo de igualdade não coloca todos os indivíduos partindo do mesmo ponto para atingir o mesmo fim, daí a necessidade de movimentar mais ações em favor dos mais vulneráveis. Apesar de o pensamento seniano apresentar várias vezes o termo igualdade durante a sua obra, o sentido apresentado vincula-se ao conceito de equidade, na medida em que propõe investimentos maiores para os sujeitos menos favorecidos e menos investimentos aos indivíduos ou grupos em melhores condições de exercer livremente os direitos e liberdades individuais e coletivas (SEN, 1992).

Pacheco (2016) descreve Sen como um economista normativo, que entende que a ciência econômica não deveria prender-se apenas na tentativa de explicar o complexo mecanismo e as teorias do mercado. Sen propõe que as ciências econômicas deveriam dedicar-se à abordagem ampla das questões que envolvem economia e o meio social, propondo melhores arranjos da ciência econômica e da sociedade.

Essa opção de trabalho, a partir da teoria da escolha social, tem bases no trabalho do filósofo e economista Adam Smith. Amartya Sen propõe que a liberdade não se constitui apenas como um direito teórico, mas como uma oportunidade real de escolha que os indivíduos podem acessar, e modelo de vida que desejam praticar, sem que a possibilidade de uma escolha diferente acarrete privações ao indivíduo. O autor tornou-se referência na temática liberdade e desenvolvimento de tal modo que foi laureado com o Prêmio Nobel da Economia, em 1998 (PACHECO, 2016).

Em sua abordagem, Sen (2010) entende que o crescimento econômico pode ser considerado um meio para a conquista de melhorias nas condições de vida das pessoas de determinada comunidade, porém o crescimento dependeria de outros fatores, como as disposições sociais, a garantia de direitos civis, a distribuição de renda e a eliminação das restrições ao desenvolvimento por meio da expansão das liberdades individuais. O desenvolvimento coletivo seria, essencialmente, o processo de expansão das liberdades reais que os indivíduos usufruem.

O autor analisa o desenvolvimento sobre a ótica das liberdades dos indivíduos, sendo estas o principal elemento constitutivo. Esse elemento daria aos indivíduos a capacidade de praticar o tipo de vida que valorizam (SEN, 2010). Assim, praticados os tipos de vida que as

pessoas consideram importantes, as instituições sociais deverão ordenar-se em função da promoção e garantia do exercício dessa liberdade (SEN, 2011).

Sobre a valoração dessas liberdades, o autor apresenta duas razões distintas e igualmente importantes:

A liberdade é valiosa por pelo menos duas razões diferentes. Em primeiro lugar, mais liberdade nos dá mais oportunidade de buscar nossos objetivos — tudo aquilo que valorizamos. Ela ajuda, por exemplo, em nossa aptidão para decidir viver como gostaríamos e para promover os fins que quisermos fazer avançar. Esse aspecto da liberdade está relacionado com nossa destreza para realizar o que valorizamos, não importando qual é o processo através do qual essa realização acontece. Em segundo lugar, podemos atribuir importância ao próprio processo de escolha. Podemos, por exemplo, ter certeza de que não estamos sendo forçados a algo por causa de restrições impostas por outros. A distinção entre o “aspecto de oportunidade” e o “aspecto de processo” da liberdade pode ser significativa e também de longo alcance (SEN, 2011, p. 195).

Sen (2010) propõe que problemas contemporâneos são decorrentes da reprodução de estruturas de interesse do capital ao longo da história, de modo que a fome e outras privações de direitos ou liberdade renovaram-se e tomaram características próprias com o passar dos anos. Estes problemas perpetuam-se ao longo do tempo e agregaram-se a uma série de novos problemas oriundos de diversas transformações sociais, econômicas, políticas e até ambientais, e perpassam os países ricos e pobres.

Embora o regime democrático seja o modelo de organização social mais praticado no mundo e que este possa ter contribuído com o avanço nas discussões que envolvem educação, trabalho, renda, gênero, inclusão social e outros, muitos são os desafios que estão agregados a uma proposta de desenvolvimento social. Nesse cenário, o autor acredita que a superação de tais desafios passa pelo combate das privações de liberdade e a inclusão dos indivíduos como agentes das próprias escolhas e oportunidades (SEN, 2010).

A crise do pensamento desenvolvimentista econômico é claramente evidenciada pela crise de bem-estar social nas primeiras décadas do século XXI, quando o mercado aumenta a sua influência como agente promotor da satisfação das necessidades básicas, fazendo uso da necessidade de gerar lucro. O liberalismo econômico e a proposta autorregulatória dos mercados reduziram a presença do Estado no controle do fluxo de capital e direcionamento no orçamento público, fato que culminou na redução do investimento público em políticas sociais (ZAMBAM; KUJAWA, 2017).

O liberalismo econômico, que exhibe em seu discurso a visão canônica de gerar emprego e renda, e, portanto, a melhoria das condições de vida das pessoas, esbarrou em um fato simples do capitalismo mundial: não existe limite para o lucro. O Estado é o único agente que pode regular ações do capitalismo mundial em favor do bem-estar social, e, quanto menor

for a sua intervenção, maior a ampliação dos problemas de vulnerabilidade social relacionados aos conflitos econômicos, políticos, entre outras crises. E é sob essa perspectiva que Amartya Sen pretende expor a necessidade do Estado na construção da atividade regulatória e na construção de políticas públicas de combate às vulnerabilidades e à promoção da liberdade social dos indivíduos, tornando-os emancipados e agentes do próprio destino (ZAMBAM; KUJAWA, 2017).

Sen (2010) corrobora com Furtado (2000) quando propõe que o sistema econômico é marcado por extrema complexidade e é fruto de atuação de fatores institucionais e sociais, que não podem ser determinados somente por instrumentos de mercado. Os autores explicam a necessidade de promover o social em função da formação de cidadãos agentes da construção do modo de vida desejado, bem como capazes de deliberar a respeito do seu próprio desenvolvimento, trazendo informações regionais próprias para alterar o andamento da política desenvolvimentista pré-instalada, ou até mesmo propor o início de uma nos moldes que atenda o regionalismo e o bem-estar social.

Para tanto, é necessário promover meios para que as pessoas tenham autonomia e autodeterminação, além de receberem proteção contra fatores externos que limitem a liberdade dos indivíduos, quais sejam: a vulnerabilidade, a intolerância e a tirania política, o preconceito, entre outros. Sen (2010) discorre que esses fatores, quando não eliminados, renovam a cada projeto capitalista de desenvolvimento, e que as fontes de privação de liberdade conhecidas, além de especializarem-se na sua reprodução, tão logo são capazes de construir novos fatores.

Sen (2010) entende que o desenvolvimento pleno dos indivíduos tem estreita ligação com uma série de componentes, desde as possibilidades econômicas que este usufrui até as oportunidades políticas e sociais, segurança pública, transparência do Estado, saúde, lazer, entre outros. Assim, um modelo de desenvolvimento deve não só propor o aumento da renda dos indivíduos ou equalizar o parâmetro da renda entre todos, mas protegê-los socialmente para que a renda não seja um fator de exclusão ao acesso a uma alimentação digna, saúde, atividade laboral remunerada, etc. Para o autor, um país só pode ser considerado desenvolvido quando promove, além do aumento do fluxo de renda, a expansão das liberdades do seu povo. As pessoas que habitam determinada região, estado, ou qualquer espaço geográfico, são os verdadeiros fins e a essência do desenvolvimento na visão do autor.

A teoria seniana do desenvolvimento discorre que os recursos ou a renda não representam fins para a liberdade dos indivíduos, mas sim, os meios para que possam chegar a um determinado fim. O bem-estar social não tem relação com o volume de renda imposta, e

sim como essa renda é distribuída e utilizada, aliada a uma série de outros fatores que juntos promoveriam a liberdade dos indivíduos (SEN, 2010; OUTEIRO; NASCIMENTO, 2020).

Amartya Sen utiliza-se da tríade capacidades, funcionamentos e realizações para descrever a realidade que envolve o desenvolvimento como sinônimo de liberdade. Funcionamentos têm relação com estados e ações que condicionam a oportunidade de escolher o que realizar na vida, como, por exemplo, a condição de estar saudável, inserido nas decisões sociais, com liberdade política, acesso à educação, entre outros. Capacidades representam o conjunto de funcionamentos que um indivíduo é capaz de realizar por meio da liberdade substantiva de escolher dentro de inúmeras combinações de estados e ações, ou seja, liberdade de atingir vários estilos de vida. E por sua vez, as realizações configuram-se no ato de tornar real o desejado, planejado e executado conforme o desejo do indivíduo, conforme a tríade proposta pelo autor (SEN, 2010; OUTEIRO; NASCIMENTO, 2020).

Para descrever a incompatibilidade da inclusão de renda como garantia de progresso social ou métrica de igualdade, Outeiro e Nascimento (2020) exemplificam essa relação por meio da comparação entre um adolescente, uma mulher grávida e uma pessoa com deficiência. Os autores pontuam que cada um desses indivíduos exibe necessidades próprias, seja pela condição de saúde, de desenvolvimento, ou qualquer outra, de modo que igualar a renda entre os três pode ser incapaz de produzir equidade.

Neste caso, o desenvolvimento só existiria em uma realidade em que a condição de cada um dos indivíduos não fosse fator limitante para o seu desenvolvimento naquilo que valorizam. Desse modo, e nos moldes em que é praticado, associado ao fator econômico, o crescimento da ótica capitalista favorece o aumento de desigualdades entre ricos, pobres e indivíduos ou grupos socialmente vulneráveis (OUTEIRO; NASCIMENTO, 2020).

Na sua obra, Sen (2010) apresenta o que seriam as liberdades na análise do desenvolvimento. Para o autor, as liberdades estariam divididas em dois grupos: liberdades substantivas e liberdades instrumentais. As primeiras dizem respeito ao que enriquece a vida dos indivíduos, sendo buscada como fins. As do segundo grupo, constituem meios para atingir os fins ligados às primeiras.

Pinheiro (2012) exemplifica as liberdades em seu trabalho ao citar que, para que o indivíduo possa atingir a liberdade substantiva de ser saudável, ele buscaria acesso às liberdades instrumentais da boa alimentação, do repouso, das práticas de exercícios físicos, viver em um local livre de poluição. Assim, as liberdades substantivas (capacidade de evitar a fome e a pobreza; capacidade de ser alfabetizado, de evitar a censura, de participar ativa e

politicamente das decisões públicas, entre outras) desempenham papel constitutivo na avaliação do desenvolvimento.

As liberdades instrumentais servem para que o indivíduo eleve a sua liberdade substantiva total. Sen (2010, p. 38-40) apresenta em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade* os cinco tipos de liberdades instrumentais. Elas são apresentadas a seguir:

- 1) As liberdades políticas referem-se às escolhas das pessoas na arena política: escolher quem vai governar, sob quais regras etc.; isso inclui também a liberdade de crítica às autoridades e a expressão política, e outras.
- 2) As disponibilidades econômicas [economic facilities] referem-se ao poder de os indivíduos usarem os recursos econômicos, tais como os bens e serviços, as possibilidades de fazer transações, o acesso à renda e ao crédito, etc. Incluem as oportunidades tidas pelos indivíduos para fins de consumo, produção e troca.
- 3) As oportunidades sociais referem-se aos arranjos sociais para o provimento de educação, saúde, e outros serviços sociais capacitantes.
- 4) As garantias de transparência dizem respeito à confiança mútua entre os indivíduos, em suas interações sociais, confiança que é fundamental para o sucesso dessas interações. As garantias de transparência incluem o direito à informação em todos os níveis, principalmente nas esferas públicas.
- 5) A proteção social inclui arranjos sociais destinados a proteger as parcelas mais vulneráveis da população: assistência e previdência social, seguro-desemprego, abertura de frentes de trabalho emergenciais, etc.

Para Sen e Kliksberg (2010) a ruptura da situação de vulnerabilidade promove o desenvolvimento. Isso ocorre com a efetivação de mudanças estruturais e políticas para que o indivíduo tenha a liberdade de exercer suas escolhas. O Estado, por sua vez, teria o papel de fomentar as oportunidades por meio da garantia das oportunidades sociais de acesso à saúde, à educação, à liberdade política por meio de governos democráticos, à segurança, à seguridade e às facilidades econômicas. Liberdades individuais conectam-se e complementam-se coletivamente, de modo que os conceitos de capacidade e funcionamento devem compor as políticas públicas para que garantidas as liberdades substantivas e instrumentais a equidade social seja alcançada.

Estado e sociedade são responsáveis mútuos no incentivo, na proteção e na difusão das capacidades humanas por meio de forte investimento e difusão de educação em massa, acesso universal a um sistema de saúde pública e de qualidade, participação pública, política e econômica, criando o que Sen (2010) descreve como oportunidades sociais. Desse modo, desenvolvidas as oportunidades sociais adequadas, o indivíduo poderá moldar seu próprio destino, além de contribuir para o desenvolvimento do seu semelhante, ao que o autor aduz como razão afetiva.

Sen (2010) também corrobora com o pensamento furtadiano na defesa de que as liberdades dos indivíduos devem anteceder as necessidades econômicas, de modo que o mercado seja uma fonte de oportunidades para o exercício da liberdade econômica destes, de forma a incluí-los para exercício do próprio desejo e não excluí-los em função da renda que cada um é capaz de movimentar.

A proposta seniana do desenvolvimento como liberdade também colaborou na construção de parâmetros para o desenvolvimento, a partir dos trabalhos em conjunto com Mahbub ul Haq (economista paquistanês, egresso de Cambridge, pioneiro da Teoria do Desenvolvimento Humano). Amartya e Mahbub conceberam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o Relatório de Desenvolvimento Humano, utilizados a partir de 1993, pela Organização das Nações Unidas e publicado anualmente. O Relatório de Desenvolvimento Humano é o resultado da pesquisa do Índice de Desenvolvido Humano que avalia um país de acordo com parâmetros de saúde, de educação e de renda (KAGEYAMA, 2008).

A publicação do Índice de Desenvolvimento Humano e o Relatório de Desenvolvimento Humano ofereceram a oportunidade de uma nova leitura sobre a concepção do desenvolvimento, dando verdade a Celso Furtado que se posicionava contra a utilização do fator renda e/ou o Produto Interno Bruto como parâmetro para aferir quanto de desenvolvimento uma nação atingiu (CORREIA, 2014).

Entende-se que no contexto de expressivo aumento das desigualdades sociais no mundo, o modelo contemporâneo de desenvolvimento, que preza pela geração e acúmulo de riqueza não foi capaz de reduzir a distância social entre grupos mais e menos favorecidos, e que, portanto, nada mais é oportuno do que pensar os moldes conceituais desse modelo de desenvolvimento.

Nesse sentido, a atualidade do pensamento de Celso Furtado e Amartya Sen converge na proposta do estabelecimento da equidade e justiça social, por meio da atuação do Estado na construção de políticas públicas de investimento em infraestrutura, educação, saúde, ciência e tecnologia para a superação da dependência externa e resposta às necessidades sociais.

Os autores também convergem na proposta de atuação política, econômica e social para a construção de justiça social e do desenvolvimento, e que serão necessárias reformas estruturais no capitalismo e política mundial. Tais reformas são a barreiras a serem superadas em um projeto de desenvolvimento inclusivo que promova igualdade de acesso a bens não econômicos, a exemplo da saúde, da educação, da infraestrutura, da liberdade política, entre outros.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 Natureza da pesquisa e a caracterização do método

Considerando a problematização e os objetivos elencados nesta pesquisa, iniciou-se uma incursão à pesquisa bibliográfica, de importante relevância, uma vez que, é por meio dela que se tem as condições de assegurar as indagações da pesquisa. Fonseca (2002) discorre sobre a importância da pesquisa bibliográfica, ao indicar que é por meio dela que o pesquisador tem condições de apreciar o que já se estudou sobre o assunto.

Quanto à finalidade, esta é uma pesquisa básica estratégica, uma vez que se buscou identificar os aspectos que compõem a prática e a percepção da Agricultura Urbana e Periurbana na cidade de Augustinópolis -TO. O conjunto de informações coletadas visaram responder aos questionamentos norteadores deste trabalho e alcançar os objetivos propostos, fornecendo suporte à futuras intervenções no planejamento urbano da cidade.

Quanto ao objetivo, esta pesquisa tem caráter descritivo e exploratório a partir dos estudos de caso dos praticantes (produtores(as) da Agricultura Urbana e Periurbana da referida cidade). Conforme Gil (2008), esse tipo de pesquisa procura descrever as características de determinadas populações, por meio do uso de técnicas padronizadas de coletas de dados.

Lima (2011) apresenta que o estudo de caso busca a análise e a compreensão de questões importantes das entidades estudadas, relacionadas ao contexto histórico, do desenvolvimento ou outras circunstâncias. A entidade, pode ser entendida como o indivíduo, a família, a comunidade, a instituição, o grupo ou outra unidade social. Nesta pesquisa, a entidade é representada por um grupo de atores sociais que executam a AUP.

Yin (2015, p. 32) esclarece que o estudo de caso é “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Situação esta que está representada no contexto da dinâmica da AUP de Augustinópolis, levando em consideração a própria constituição da cidade em um contexto regional da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio.

Carneiro (2018) corrobora com a percepção da importância do estudo de caso, descrevendo que fatos da vida real não são passíveis de estudos em ambientes controlados, visto que estes, são vividos em seu contexto e não assumem nenhuma previsibilidade. Portanto, o estudo de caso seria um método para compreender fenômenos sociais que ocorrem sob múltiplas variáveis.

A abordagem é qualitativa por se tratar de uma pesquisa da área das Ciências Sociais, em que o tratamento unicamente quantitativo dos dados pode não expressar de fato a realidade pesquisada. Por sua vez, a pesquisa qualitativa pode compor diversas áreas de estudo tais como a antropologia, biologia, economia, sociologia, psicologia, educação, ciências sociais, entre outros (OLIVEIRA; STRASSBURG; PIFFER, 2017).

Com o método qualitativo busca-se entender, descrever e explicar fenômenos por meio das experiências e interpretações dos entrevistados, não estando relacionada exclusivamente ao trato numérico e estatísticos dos dados (FLICK, 2009).

Marconi e Lakatos (2008, p. 269) informam sobre a diferença do método qualitativo com o quantitativo, que favorece seu uso em pesquisas sociais:

[...] o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados. A metodologia qualitativa preocupa-se em analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes e tendências de comportamento.

A pesquisa qualitativa propõe uma abordagem interativa do mundo onde pesquisadores possam estudar objetos de estudos em seus cenários naturais na tentativa de entender fenômenos a partir de significados que as pessoas a eles conferem (DENZIN, LINCOLN, 2006). A pesquisa social apresenta-se como uma grande ferramenta para observação e estudo do meio social e a partir disso oferecer significados para os eventos cotidianos.

Tendo por base o conjunto teórico-conceitual apresentado em capítulo precedente, optou-se pela necessidade de se estimular o conhecimento empírico, ou seja, associar o conhecimento teórico ao prático. Sob este viés, esta pesquisa adotou o método dedutivo. Este método, tem sua fundamentação a partir dos princípios reconhecidos como indiscutíveis e verdadeiros na análise de fenômenos, o que possibilita conclusões a partir da sua lógica. O método parte do geral, e, em direção ao particular, a partir de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis, e, para se alcançar a conclusões de maneira puramente formal em virtude unicamente de sua lógica (GIL, 2009).

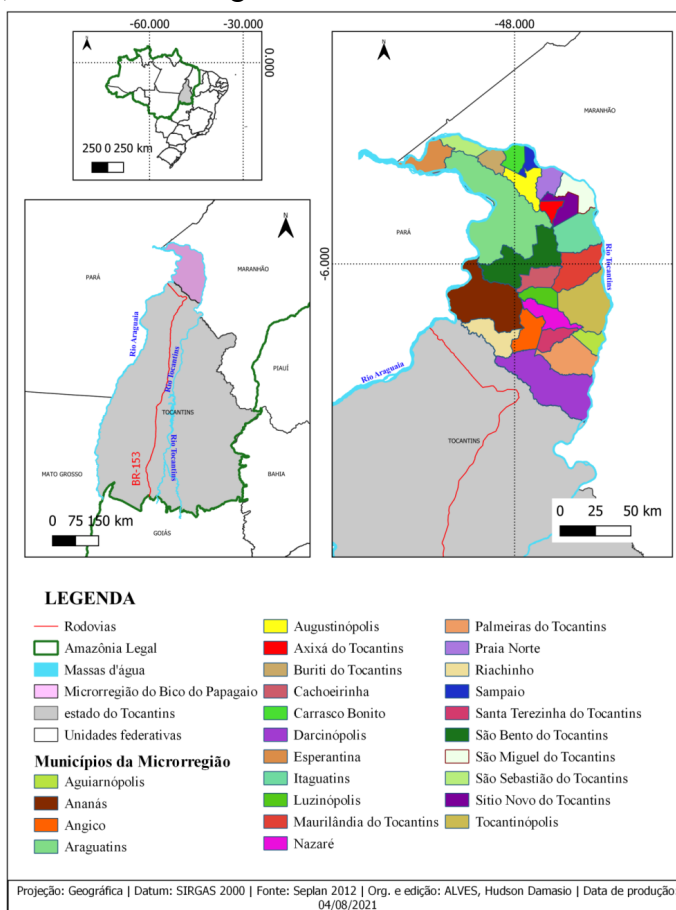
Os autores Cervo, Bervian e Silva (2007) complementam que essa é uma técnica argumentativa que incide na construção de estruturas lógicas, relacionando o precedente com o consequente, hipótese e tese, premissas e conclusão.

3.2 Caracterização do local da pesquisa

3.2.1 Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio

A pesquisa se desenvolveu na cidade de Augustinópolis – TO. O município está localizado no extremo norte do estado do Tocantins, na microrregião territorial denominada Bico do Papagaio, na Amazônia Legal (Figura 2). Esta região constitui uma tríplice fronteira e envolve os Estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão em uma área de 15.767,97 Km². Os municípios da microrregião exibem baixo e médio Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) conforme o Censo Demográfico do IBGE, de 2010 (IBGE, 2010).

Figura 2 – Municípios que compõem a Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, no Estado do Tocantins, na Amazônia Legal.



Antes de se apropriar de detalhes do município sob análise, se fez uma breve incursão à formação do Estado do Tocantins. Diferentes programas de desenvolvimento foram implantados no antigo norte goiano, e tiveram repercussão na criação do Estado do Tocantins. Assim, a formação territorial do Tocantins ocorreu sob interesses do capital e do Estado

Brasileiro, em distintos momentos históricos, o que explica a sua pluralidade cultural, mas, também, as divergências e inquietações da população que nele vive (ALMEIDA, 2010).

Para Almeida (2010) o processo de ocupação na região teve origem a partir da exploração mineral e, posteriormente, pela introdução da atividade agropecuária. O avanço do fluxo migratório para a região nas décadas de 1950 e 1960, no século XX, ocorreu a partir da construção de Brasília, na implantação das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica, e no início da modificação da base produtiva (OLIVEIRA; CRESTANI; STRASSBURG, 2014).

O incentivo à agropecuária se fez muito forte no Tocantins, dentre os programas executados, tem-se o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER) que foi elaborado em cooperação técnica entre os governos do Brasil e do Japão para o desenvolvimento agrícola do cerrado brasileiro. Houve intenso interesse do governo japonês na fixação de capital no bioma Cerrado, criando uma nova rota do capital entre os dois países (SANTOS, 2016).

Conforme Catsossa (2019) é o início da intensificação do cultivo de grãos no cerrado brasileiro para a produção de *commodities* agrícolas, remodelando os últimos 40 anos de política agrícola na região, e sendo o precursor da criação do MATOPIBA. Desde 1970, até os anos 2000, o programa modificou barreiras regionais do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste brasileiro, construindo uma nova geografia do capitalismo. Ao todo, foram contemplados os estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Tocantins e Maranhão.

Santos (2016, p. 393) descreve os elementos adotados pelo projeto para a consolidação das transformações capitalistas desejadas no cenário agrário brasileiro:

[...] o público selecionado (empresas, agricultores e cooperativas) contou com um conjunto de instrumentos, desde o crédito rural subsidiado (uma de suas mais importantes ferramentas), seguros agrícolas, preços mínimos, programas de pesquisas agronômicas e extensão rural, além dos incentivos fiscais, inseridos em uma estratégia fundamentada no seguinte tripé: 1) sistema de incentivos financeiros e fiscais, voltado para o aumento da produção e dos investimentos para a melhoria do sistema de comercialização e para a transformação tecnológica; 2) disseminação da adoção de insumos modernos; e 3) desenvolvimento de programas agrícolas dirigidos aos produtos básicos do Centro-Oeste e Nordeste.

O projeto conduziu investimentos significativos em infraestrutura de produção, logística e exportação de grãos *commodities*. A soja ocupou lugar de destaque na ocupação de áreas agricultáveis do cerrado brasileiro como alternativa de verão para contrapor a produção de trigo realizada somente durante o inverno. As características da espécie, o melhoramento

genético e a tecnologia de cultivo incluíram a soja no circuito do capital agropecuário do país aumentando a concentração de riquezas do latifúndio (CIFUENTES, 2013).

Os valores obtidos foram tão notórios que quando na reestruturação do capital pós crise de 2007, o programa foi referência para expansão da agricultura capitalista em direção a novos espaços. O PRODECER também foi a base da entrada do cultivo de soja no corredor de Nacala, em Moçambique, em um projeto de cooperação técnica entre aquele país, Brasil e Japão, denominado ProSAVANA (CATSOSSA, 2019).

Não obstante aos demais programas e projetos da agricultura capitalista, o PRODECER apresenta um histórico de disputas por territórios e poder entre o latifúndio, os povos tradicionais, os posseiros e outros grupos minoritários. Um dos casos mais denunciados no Estado do Tocantins é o caso do município de Campos Lindos. Nele, o governo do Estado expropriou posseiros e suas benfeitorias em uma área de mais de cento e cinco mil hectares de cerrado, num processo de legalidade questionável e sem indenização e realocação dos posseiros. Assim, enquanto o município se tornou o maior produtor de soja do Estado, a ele foi, também, ranqueado o segundo colocado no Mapa da Pobreza e da Fome do IBGE (CIFUENTES, 2013).

A concentração em centros urbanos, tendência nacional brasileira nos anos de 1980, ocorreu no norte goiano a partir do interesse produtivo e econômico da época. Oliveira (2019) expõe que atividades como a derrubada de vegetação nativa das matas em diversas localidades da nova fronteira agrícola, foi responsável pelo aumento significativo da população rural.

Durante as décadas de 1970 e 1980, os municípios de Arapoema, Couto Magalhaes e Presidente Kennedy, próximos a Araguaína, tiveram duplicada sua população rural em um contexto de amplo domínio da atividade rural, característico da fronteira (OLIVEIRA, 2015, p. 108).

Após finalizado a maioria das etapas do trabalho de implantação dos investimentos em agronegócio na região, a massa trabalhadora foi substituída por máquinas e implementos agrícolas, gerando desemprego. A massa desempregada, sem renda e sem possibilidade de acesso à terra, o principal recurso para subsistência foi inserir-se em uma nova etapa migratória rumo aos pólos urbanos regionais ou até mesmo aos grandes centros do país (MALHEIRO; PORTO-GONÇALVES; MICHELOTTI, 2021).

O novo Estado representou nova territorialização das dinâmicas do poder e do capital, e herdou a infraestrutura da expansão da fronteira agrícola no cerrado brasileiro, quais sejam: as rodovias, as hidrelétricas, os entrepostos de cargas e comércios, as ferrovias.

Adicionalmente, as desigualdades sociais e econômicas do modelo capitalista agrícola praticado no norte de Goiás também foram herdadas, afetando até hoje a dinâmica territorial dos 139 municípios (OLIVEIRA, 2015).

Oliveira (2019) relata que o Estado recém fundado precisou estruturar o seu mecanismo governamental do zero. Por isso, os dois primeiros anos de atividades não foram suficientes para fornecer aparato administrativo, saúde e educação necessários ao montante de migrantes atraídos pelo sucesso prometido ao novo território. Em 1991, o Tocantins era formado por 79 municípios. Em 2000, já se somavam 139 municípios, em uma acirrada disputa por território político e regional das elites econômicas (quadro 04).

Quadro 04 -Número de municípios do Estado do Tocantins nos Censos 1991, 2000 e 2010.

Ano	População	Número de Municípios	Crescimento Demográfico
1991	920.133 habitantes	79	População inicial
2000	1.157.098 habitantes	139	25,753%
2010	1.383.445 habitantes	139	19,562%

Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010).

As cidades da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio foram criadas na década de 80, do século XX, e estão distantes do centro administrativo do Estado do Tocantins, ou seja, a capital Palmas (ALMEIDA, 2010). Deste modo, elas ficaram à mercê da falta de infraestrutura nas áreas de transportes, de educação, de saúde, e de segurança pública, essa última verificada nos constantes conflitos e mortes em crimes de grilagem de terras, pistolagem, disputas por poder político e territorial não solucionados e que se estendem ao longo do tempo na região.

A centralidade da capital atraiu grande fluxo de investimentos e foi responsável pelo crescimento acima de 50% da população no Estado, de 1991 a 2010, segundo Oliveira (2019). Para o autor, a capital, ao longo de quase 20 anos, atraiu grande contingente de pessoas do Estado de Goiás, de outros Estados da federação e, também, dos demais municípios tocaninenses, principalmente na busca de oportunidades de emprego e/ou estudo.

Os expressivos investimentos na infraestrutura da capital, planejada aos moldes da construção de Brasília, criaram um crescimento econômico do município. Contudo, o que pode ser observado é que, o mesmo não significou melhorias nas condições de vida dos cidadãos mais pobres, migrantes do êxodo rural. Aliado ao crescimento econômico, ocorreu o

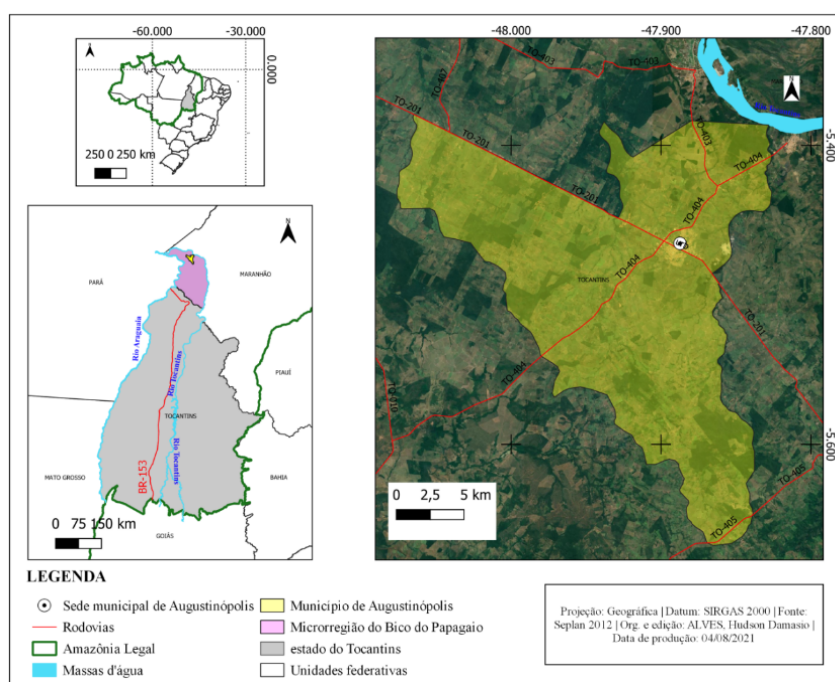
aumento dos problemas da infraestrutura urbana, como problemas alimentares, habitacionais, de mobilidade urbana, de segurança pública e exclusão social (OLIVEIRA, 2015).

O processo de construção e de desenvolvimento regional do Estado do Tocantins, dado a seletividade, foi responsável pelo surgimento e expansão das desigualdades sociais ao longo do território, principalmente nos espaços distantes dos corredores de transportes ou os grandes centros, como é o caso da Microrregião do Bico do Papagaio. Para tal fenômeno, Furtado (2008) sugere que sua ocorrência esteja ligada à falta de planejamento político coletivo, entre o Estado e a sociedade civil organizada, e não entre os fluxos do capital e o seu interesse político, visto desde o surgimento deste país.

O Tocantins, portanto, é fruto do interesse político e de gestão dos fluxos de capital por meio do desenvolvimento de forças produtivas. Como visto, a mera expansão econômica de um lugar, conforme apresentado por Furtado (2008) e Sen (2010) não pode ser o único meio de avaliação do desenvolvimento. No Tocantins, é facilmente observado quando os números das riquezas extraídas do seu território contrastam com a precária realidade da maioria do povo, e sua constante luta de combate à fome, à pobreza, luta pelo território e pela própria identidade.

Por este viés, toma-se aqui o recorte espacial da cidade de Augustinópolis (TO) (Figura 3), no sentido de melhor compreender como uma parcela de seus habitantes têm contribuído na alimentação urbana de circuito curto, mas, também, como eles próprios percebem supostos benefícios gerados pela AUP.

Figura 3 - Mapa de localização do município de Augustinópolis.



Augustinópolis possui, segundo o censo demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), uma população de 15.950 (quinze mil, novecentos e cinquenta) habitantes, uma densidade populacional de 40,38 hab/km² e uma taxa de urbanização de 82,61%. A estimativa populacional para 2020, foi de 18.643 (dezoito mil, seiscentos e quarenta e três) (IBGE, 2020).

O Índice de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM) registrado no município, no Censo Demográfico de 2010, é de 0,670, ordenando-o na faixa de Desenvolvimento Médio (0,600 a 0,699). Na educação, para aquele mesmo ano, 72,9% da população com ou acima de 25 (vinte e cinco) anos não tinha conseguido concluir o ensino médio, sendo 30,8% analfabetos ou com fundamental incompleto, 32,4% alfabetizados e com fundamental incompleto, 9,7% com fundamental completo e médio incompleto (IBGE, 2010; BRASIL, 2020a).

A renda *per capita* média do município, registrada em 2010, foi de R\$ 364,32, com um Índice de Gini de 0,52. Dados apontam que 9,01% da população estão em situação de extrema pobreza e 28,83% em situação de pobreza. Segundo dados do Ministério da Cidadania (BRASIL, 2020b) 1.535 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família no mês de setembro de 2020, somando um número de 5.495 pessoas beneficiadas diretamente, equivalente a aproximadamente 29% da população, que sem acesso ao programa estariam em condição de extrema pobreza.

Das famílias beneficiárias do referido programa, 93,3% delas têm como responsável pelo núcleo familiar pessoas do sexo feminino. Conforme as informações disponíveis no Atlas de Desenvolvimento Humano (BRASIL, 2020a), 58,67% da população encontra-se vulnerável à pobreza e 50,34% dos munícipes com ou acima de 18 anos não possuem o ensino fundamental completo e praticam ocupação informal.

Ressalta-se que o programa é responsável por parte da renda não somente de cidadãos, mas também de um grande número de famílias situadas na zona rural do município, a exemplo do que ocorre em outros municípios brasileiros conforme descreve Rocha (2017, p. 68):

Algumas pesquisas realizadas no Brasil à respeito dos assentamentos de Reforma Agrária têm mostrado que o programa bolsa família tem contribuído para a formação das rendas não agrícolas, assim como as aposentadorias também fazem parte da formação dessas rendas. A falta de incentivo aos pequenos produtores rurais faz com que a renda da terra, muitas vezes, não seja suficiente para suprir as necessidades dos camponeses.

O IBGE (2020) aponta que apenas 0,9% dos domicílios urbanos estão localizados em áreas com urbanização adequada (pavimentadas e com meio-fio, com calçadas e com a presença de bueiros). Mesmo nos bairros próximos da sede municipal observa-se a ausência de pavimentação (Figura 4).

Figura 4 - Bairro Centro com ruas sem Pavimentação Asfáltica.



Fonte: Autor. 2021.

Conforme o posicionamento geográfico do bairro, é difícil visualizar um liame entre o que é a cidade e o campo. É comum, na cidade, a existência de extensas áreas que servem como pastagens, intercaladas com residências (Figura 5).

Figura 5 - Bairro Centro limite com propriedades agrícolas. Nele está localizado a UNITINS. Para além da pastagem, observam-se residências no fundo.



Fonte: Autor. 2021.

Na cidade, o abastecimento de água potável é por meio da Companhia de Saneamento do Tocantins, que é gerida pela empresa privada BRK Ambiental. Todavia, a coleta e o tratamento de esgoto são incipientes (SINIS, 2021). Existe coleta de lixo, que é efetuada pela Prefeitura Municipal. Porém, o resíduo sólido é descartado em um lixão, em terreno às margens da TO-201, distante 2 Km da sede municipal.

A economia é constituída principalmente pela prestação de serviços, comércios, indústria de laticínios, pré-moldados e confecções. Izidoro, Oliveira e Moraes (2021) destacam a importância da agricultura familiar no município, bem como a pecuária.

Na cidade, há o Hospital Regional de Augustinópolis que presta atendimento a 25 municípios da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio. Em relação ao ensino superior público, têm-se um Campus da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), que funciona desde 2014, e que oferta os cursos de ciências contábeis, direito, enfermagem, e medicina (este último implantado no ano de 2021).

Há, também, três instituições de ensino superior privadas, quais sejam: a Faculdade do Bico (FABIC), que funciona desde 2005, e que oferta os cursos de ciências contábeis, direito, enfermagem e gestão do agronegócio; um polo de ensino a distância da Unicesumar, que oferta cursos nas áreas de ciências biológicas e da saúde, ciências exatas, tecnológicas e agrárias, ciências humanas e sociais aplicadas, e um polo de ensino a distância da Universidade Paulista, com os cursos nas áreas de ciências biológicas e da saúde, ciências exatas, tecnológicas e agrárias, ciências humanas e sociais aplicadas.

A cidade é cortada pelas rodovias estaduais TO-404, 201 e 403, que fornecem acesso, respectivamente, aos municípios de Araguatins, Praia Norte, Sampaio, Axixá do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins, São Miguel do Tocantins, Imperatriz - MA , Buriti e Esperantina (Figura 3).

Há na cidade o Mercado Municipal, que funciona durante toda a semana. O prédio é dividido em salas, ocupadas por açougues e comércios de secos e molhados. A estrutura do mercado comporta um espaço externo coberto e com demarcações no piso, destinado à exposição da produção da agricultura familiar e de produtores urbanos, além do comércio de outros produtos como confecções, utensílios de cozinha, entre outras mercadorias.

A feira livre ocorre oficialmente aos domingos, embora alguns produtores agrícolas rurais e urbanos exponham seus produtos no espaço durante a semana. Aos domingos, quando ocorre a maior concentração de produtores, comerciantes e consumidores, além das áreas citadas, as ruas em torno do mercado são fechadas e servem de local para instalação de barracas ou mesmo a exposição de produtos ao ar livre.

A Avenida Goiás é a avenida principal e tem correspondência com a rodovia estadual TO-201(Figura 6). Ela fornece acesso aos municípios Axixá do Tocantins, Sítio Novo, São Miguel, Imperatriz - MA, Buriti e Esperantina. O tráfego de carretas é intenso, e exige constante manutenção da avenida/rodovia. Ao longo da avenida observa-se uma variedade de comércios, especialmente aqueles que atendem ao setor agropecuário (Figura 7).

Figura 6 - Destaque da Avenida Goiás.



Fonte: Brasil Turismo, 2021. Link: <https://brasilturismo.com/cidades-do-brasil/augustinopolis>.

Figura 7 - Avenida Goiás. Inserção de comércios.



Fonte: Autor, 2022.

No município existem oito Projetos de Assentamento Rural instalados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com aproximadamente 513 famílias (FERRARI, 2019). De modo geral, as famílias estão inclinadas a trabalharem com a cadeia produtiva do leite, devido a existência de três laticínios no município.

Para além da organização urbana apresentada, segue-se uma sumarização da origem do município. A origem do município está estritamente ligada às atividades agrícolas na região, praticadas por pequenos agricultores nas décadas de 50 e 60 do século XIX, à época do Estado de Goiás. No ano de 1954, Augusto Pereira da Costa, o fundador do município, teria se estabelecido na região junto com a família, migrantes do Estado do Maranhão, na busca de trabalho em atividades agropecuárias. A família havia fixado moradia no município Axixá, e Augusto resolveu mudar para o novo local, pela disponibilidade de água para o consumo humano em um olho d'água encontrado em meio a mata, durante uma incursão para cassada de animais e alimentos, além do reconhecimento da região. A nascente encontrada apresentava ótima fertilidade das terras em seu torno, grande atrativo a época (IBGE, 2020).

A área sob análise preliminar, tratava-se de terras devolutas do Estado de Goiás, e a chegada de Augusto ao local, junto com a dispersão da notícia de disponibilidade de água de boa qualidade para o consumo humano e terras férteis levaram outras famílias a migrarem de cidade e povoados vizinhos para as proximidades do olho d'água, construindo moradias de pau-a-pique, com telhados de palha da palmeira de babaçu (*Attalea speciosa*). Logo o povoado ficou conhecido na região como Centro do Augusto.

A chegada de fazendeiros nas proximidades promoveu o aumento da atividade agropecuária na região, e tornou-se a base da economia local, gerando a necessidade da abertura da estrada até o povoado de Sampaio, à margem esquerda do rio Tocantins, para suprir a necessidade de escoamento da produção e intercâmbio comercial, por meio da via fluvial (PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS, 2020).

Arthur Coreolando de Oliveira, imigrante do Estado do Maranhão, é descrito como o primeiro comerciante do povoado, proprietário da primeira residência com telhado de telhas de barro entre os aproximados 35 (trinta e cinco) ranchos que o povoado tinha em meados do ano de 1968. A primeira unidade escolar foi construída em 1971, de palha, pelos próprios moradores do povoado, preocupados em alfabetizar os seus filhos. O primeiro docente do então povoado, foi Manoel Marinho de Souza, profissional oriundo do povoado vizinho de Sampaio, que posteriormente seria o primeiro representante político do Centro do Augusto, eleito vereador do município de São Sebastião, ao qual o povoado pertencia. Manoel

Marinho, foi o primeiro prefeito eleito, após a emancipação de Augustinópolis (PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS, 2020).

O então Centro do Augusto, foi elevado a distrito em 14 de maio de 1976, pela Lei Nº 8.107. O pedido para elevar o povoado à condição de distrito tramitava desde o ano de 1974, quando o vereador Manoel Marinho de Souza protocolou o projeto. Como distrito, o Centro do Augusto recebeu uma nova definição e passou a chamar-se Augustinópolis, associando os substantivos próprios Augusto (nome do fundador do povoado) e Tocantinópolis (município natal do vereador Manoel Marinho de Souza) (GOIÁS, 1976).

Posteriormente, devido ao desenvolvimento rápido do distrito, Augustinópolis foi desmembrado do município de São Sebastião, assumindo a condição de município dentro dos limites e divisas especificados na Lei de emancipação nº 9.180 de 11 de maio de 1982 (GOIÁS, 1982).

3.3 Caracterização dos participantes da pesquisa

A prefeitura municipal de Augustinópolis, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura não possui um levantamento formal do número e da distribuição espacial dos empreendimentos agrícolas urbanos que atendem a AUP. Neste sentido, deve-se levar em consideração que esta pesquisa é pioneira e exploratória, ao propor a construção do conhecimento sobre a AUP na referida cidade. Salienta-se que esta iniciativa de pesquisa decorre das observações realizadas pelo autor, em função da sua trajetória familiar e acadêmica, condições estas que permitiram ter conhecimento dos(a) produtores(a) que efetuam a AUP na cidade.

Sendo assim, foi necessário delinear os critérios para a escolha dos participantes e/ou atores atuantes na AUP, de modo a atender os questionamentos e os objetivos propostos na pesquisa. Por esse viés, considerou-se as orientações apresentadas por Mougeot (2000) e Santandreu e Lovo (2007) para a escolha dos(as) entrevistados(as), quais sejam: o(a) entrevistado(a) deve apresentar interesse na pesquisa; ser maior de 18 anos e absolutamente capaz; e ter o mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de exercício de trabalho na atividade agrícola urbana e/ou periurbana e que a prática da AUP tenha por finalidade a geração de renda.

Neste sentido, convém destacar que qualquer tipo de produção animal e vegetal que se enquadre na definição de AUP, conforme Mougeot (2000) e Santandreu e Lovo (2007) foi considerada apta ao estudo de caso. Atividades agrícolas urbanas que não tinham como foco a

comercialização de produtos em forma de empreendimento, não foram consideradas nessa pesquisa.

Ressalta-se que o momento de consulta prévia junto aos produtores culminou com a pandemia. É sabido que os anos de 2020 e 2021, foram atípicos no contexto mundial, dadas as solicitações de isolamento social apresentadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), na tentativa de se evitar a contaminação pelo coronavírus SARS-CoV-2. O vírus é causador da doença respiratória COVID-19 e exibe alta transmissibilidade. Ao se disseminar por distintos países e continentes, a OMS, no dia 11 de março deste ano, declarou a COVID-19 como uma pandemia (BUSS; ALCÁZAR; GALVÃO, 2022).

A pandemia afetou e continua afetando desigualmente a população mundial, devido às condições sociais, políticas e econômicas (SUZUKI, ARAÚJO, 2020). Caldas, Silva e Cantante (2020) discorrem que as assimetrias que fizeram com que a pandemia afetasse desigualmente a população mundial decorre da desigual distribuição do trabalho e a cobertura e proteção institucional do mesmo. A balança da proteção social tem contornos étnico-culturais claros e estruturas classistas bem definidas.

Para os autores, a natureza social do risco sanitário da COVID-19 manifestou-se no plano das consequências socioeconômicas. A exposição de trabalhadores e minorias de menor renda, que não deixaram de trabalhar ou não tiveram a proteção social do mesmo, descreve as consequências de desigualdades e vulnerabilidades incrustadas na estrutura de classes sociais no capitalismo contemporâneo. O capitalismo contemporâneo que imprimiu no tecido social mundial assimetrias não só nas consequências sanitárias mas também nas consequências socioeconômicas da pandemia (CALDAS; SILVA; CANTANTE, 2020)

Os riscos para indivíduos menos favorecidos disseminaram o medo e receio em vários grupos sociais considerados de risco para a doença e que de fato são vulneráveis às questões sociais que ela impõe. Nesse contexto, um primeiro contato foi realizado com os(as) produtores(as) por meio do WhatsApp, mas muitos se recusaram a participar da pesquisa, dadas as condições apresentadas.

Assim, sete deles se propuseram a participar. As coletas foram realizadas nos meses de abril e maio de 2021. Uma vez estabelecidas as prioridades e a escolha dos(as) entrevistados(as), a eles(as) foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE I) para a coleta de dados. Salienta-se que a pesquisa transcorreu amparada pelo Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) nº 4.703,888, da Universidade Federal do Tocantins (ANEXO 1).

3.4 Da coleta dos dados

Foram utilizados como instrumentos para a coleta de dados o formulário e a entrevista semiestruturadas (APÊNDICES II e III). A construção do formulário e da entrevista desta pesquisa estão embasados nos trabalhos de Brito (2020) e Fróes Júnior (2020). Gil (2011) define o questionário como uma técnica investigativa, caracterizada por um grupo de questões apresentadas por escrito aos indivíduos, com o objetivo do conhecimento de informações. Marconi e Lakatos (2003) descrevem que é o contato frente a frente entre o pesquisador e o entrevistado, que permite o preenchimento do formulário no momento da abordagem.

Marconi e Lakatos (2003, p. 212-213) esclarecem as vantagens e limitações daquele instrumento de coleta:

- a. Vantagens – pode ser utilizado em todos os segmentos da população; a presença do pesquisador favorece o esclarecimento de eventuais dúvidas; flexibilidade para ajustar as necessidades da situação; consegue extrair dados complexos; facilita a aquisição de um número representativo de participantes; possibilidade de uma uniformidade nos símbolos utilizados no momento do preenchimento.
- b. Limitações – oferece menos liberdade nas respostas, devido ao contato com o entrevistador; oferece risco de distorções por parte do entrevistador; pouco tempo para os entrevistados pensarem na resposta; pode haver insegurança nas respostas devido à identificação do informante; os participantes podem estar em localidades distantes, gerando dificuldade quanto ao tempo e ao gasto financeiro.

O formulário consiste em 49 questões sociodemográficas objetivas que estão organizadas em seis tópicos, a saber: a) informações gerais, b) núcleo familiar, c) moradia, d) condições sanitárias, e) caracterização dos sistemas de produção, f) características de comercialização e empreendedorismo.

Em relação a entrevista semiestruturada, entende-se que esse recurso consegue melhorar o entendimento do entrevistado, com perguntas chaves, previamente elaboradas, que darão margem ao entendimento da temática pelo entrevistador. As perguntas podem possibilitar, também, o surgimento de novas perguntas, conforme é indicado por Manzini (2003), sobre o uso dessa técnica na construção da análise do conteúdo da entrevista pelo pesquisador. As entrevistas são constituídas por 14 questões e foram gravadas para posterior transcrição e análise.

As informações do formulário e da entrevista foram colhidas nas propriedades dos produtores e exibiram variações temporais conforme a riqueza de detalhes apresentada por cada entrevistado. Concluída a coleta dos dados, esses passaram pelo processo de análise para seleção, decodificação e tabulação conforme indicado por Marconi e Lakatos (2003).

Em complementação aos dados obtidos por meio do formulário e da entrevista, fez-se o uso de tecnologia visual, por meio de objeto imagético, ou seja, de fotografias obtidas durante as idas ao campo. As fotografias, pela riqueza de detalhes que exibem em meio a um intervalo espaço-temporal, ilustram a prática social de confecção das hortas urbanas e periurbanas na cidade de Augustinópolis (TO). Objetos imagéticos têm recebido importância no campo das ciências sociais, conforme postulado por Godoi e Uchôa (2019).

3.5 Caracterização dos procedimentos de análise dos dados

Obedecido às fases de seleção, de decodificação e de tabulação indicados por Marconi e Lakatos (2003), este trabalho utilizou dois procedimentos para a análise. O primeiro diz respeito à análise dos formulários aplicados aos(a) entrevistados(a), analisados por meio da estatística descritiva simples. Considera-se, utilizando as colocações de Ribeiro Júnior (2001), que esse procedimento foi capaz de apresentar variáveis contínuas na caracterização dos entrevistados, por meio de parâmetros como o número de observações, média aritmética, mínimo e máximo, coeficiente de variação, variância entre outros.

As entrevistas, por sua vez, foram analisadas à luz da análise de conteúdo de Bardin (2016). Para Bardin (2016, p. 47), a análise de conteúdo é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo constitui-se como ferramenta de organização e de entendimento do conteúdo do processo de comunicação por meio de falas e de textos. Assim, Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014) descrevem a técnica como uma possibilidade na organização e na análise de dados qualitativos em pesquisas sociais.

Dados qualitativos provenientes das mais diversas fontes tais como entrevistas, textos jornalísticos, relatórios oficiais, anúncios publicitários, vídeos, fotografias, autobiografias entre outras, precisam ser analisados de forma diferente dos dados proveniente de estudos quantitativos, onde os métodos estatísticos são mais utilizados (SILVA, FOSSÁ, 2015).

Leite (2017) declara que a análise de conteúdo requer altos níveis de complexidade, envolvimento e compreensão do analista para a correta exposição das informações, expressões e sentimentos contidos na comunicação. Os limites dos métodos relacionam-se principalmente ao nível de habilidade de quem analisa, no sentido da capacidade de observar

e de compreender diferentes situações do estudo dos fenômenos humanos (CAVALCANTE; CALIXTO; PINHEIRO, 2014).

Na utilização da técnica, Bardin (2016) propõe três fases fundamentais na análise do conteúdo, conforme esquema na figura 8.

Figura 8 - Fases da Análise de Conteúdo.



Adaptado de Bardin (2016).

Na pré análise, primeira fase da análise do conteúdo, o analista do conteúdo fará o seu esquema de trabalho e os procedimentos adotados. A autora indica que essa é a fase de organização e do primeiro contato com os materiais na busca de uma visão geral sobre o que já é possível de análise, ou o que ainda vai ser coletado, ou o que precisa ser coletado novamente (BARDIN, 2016).

A pré-análise foi efetuada após a transcrição das entrevistas. O que conduziu a produção de um documento, ou *corpus*, por leitura exaustiva da transcrição, no sentido de identificar as regularidades das narrativas, ou seja, identificar as unidades de registro entre os depoentes.

A fase de exploração do material é o momento de codificação e de categorização do material a ser analisado. No processo de codificação, é produzido as unidades de registros (palavras, personagens, acontecimentos, objetos ou o próprio tema) que devem ser enumerados a partir da presença, ausência, ordem, frequência e intensidade. Após a codificação, o material é classificado sob critérios semânticos, sintáticos, léxicos ou expressivos. Aqui, após uma leitura sistemática dos dados, foram definidas as categorias, observando as características que sobressaem na leitura. Podem ser usadas categorias de outros autores, bem como a criação de novas categorias a partir da análise do texto (BARDIN, 2016).

A respeito do tratamento dos resultados, ou a terceira fase, é nela que o pesquisador irá utilizar-se da inferência. Na inferência, confirma-se uma proposição na verificação de sua ligação com proposições anteriormente já descritas como verdadeira. Assim, o pesquisador terá no roteiro de entrevista a possibilidade de investigar a relação de causa e efeito, ou

respectivamente, variáveis inferidas e variáveis de inferência, referências e/ou indicadores (BARDIN, 2016).

Na pesquisa, foram criadas 23 categorias. Cada uma das representações está permeada por uma ou mais unidades de registro de significação. Após a organização das categorias, seguiu-se a última etapa, qual seja, a de proposição de inferências e de interpretações, na tentativa de relacioná-las à construção teórica da pesquisa.

A pesquisa desenvolvida é, também, uma exposição de contextos urbano, geográfico e social, e, portanto, as imagens transmitem informações sobre uma realidade observável. Sob este viés, a análise imagética, neste caso específico, a fotografia, tem contribuído desde longa data para o entendimento de fenômenos sociais, conforme Godoi e Uchôa (2016, 2019).

Campos (2011, p. 238), a respeito da imagética dos recursos empregados, discorre que “pela riqueza e extensão da informação prestada, e pela relativa facilidade de aplicação, a fotografia e o vídeo adquirem uma utilidade crescente, impulsionando a inovação dos procedimentos e exigindo um reequacionamento das práticas científicas”. Assim, as imagens foram obtidas por meio da câmera digital Canon Eos 600 e pelo celular modelo Xiaomi Note 9.

4 AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NA CIDADE DE AUGUSTINÓPOLIS – TO.

Os próximos capítulos abordam a apresentação dos dados obtidos por meio do formulário, da entrevista e das fotografias junto aos empreendedores agrícolas urbanos e periurbanos de Augustinópolis-TO. Concomitante aos dados tem-se a discussão, que foi conduzida levando-se em consideração o aporte teórico-conceitual que embasa a pesquisa.

Rosa (2011) menciona que o planejamento e a promoção da Agricultura Urbana e Periurbana brasileira, a partir de uma escala governamental, está sob a responsabilidade inicial dos municípios, conforme propõe o Estatuto das Cidades.

A Lei Federal nº 10.257 de 10 junho de 2001 (BRASIL, 2001), que estabelece as diretrizes gerais da política urbana brasileira, propõe que os municípios sejam responsáveis pelo planejamento urbano, por meio do plano diretor, zoneamento ambiental e outros instrumentos que incluem orçamento, gestão participativa e planos de desenvolvimento.

Destes, o plano diretor constitui o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana dos municípios brasileiros, tendo como objetivo o ordenamento do desenvolvimento social das cidades e a garantia do bem-estar dos seus moradores (BRASIL, 2001). O Estatuto das Cidades determina a obrigatoriedade do plano diretor para as cidades incluídas nos seguintes critérios:

- I – com mais de vinte mil habitantes;
- II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;
- III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;
- IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;
- V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.
- VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos (BRASIL, 2001, p. 04).

Até a elaboração e fechamento desta pesquisa, a cidade de Augustinópolis não apresentava plano diretor ou de zoneamento. A cidade não se enquadra em nenhum dos critérios de obrigatoriedade de elaboração e aprovação do plano diretor, visto que a população, no Censo Demográfico Brasileiro, em 2010, foi de 15.950 habitantes com estimativa de 18.643 pessoas em 2020. O Censo Demográfico que seria realizado em 2020, foi adiado para 2021 em função de orientações do Ministério da Saúde devido ao quadro emergencial de saúde pública causado pela pandemia de COVID-19 (IBGE, 2021).

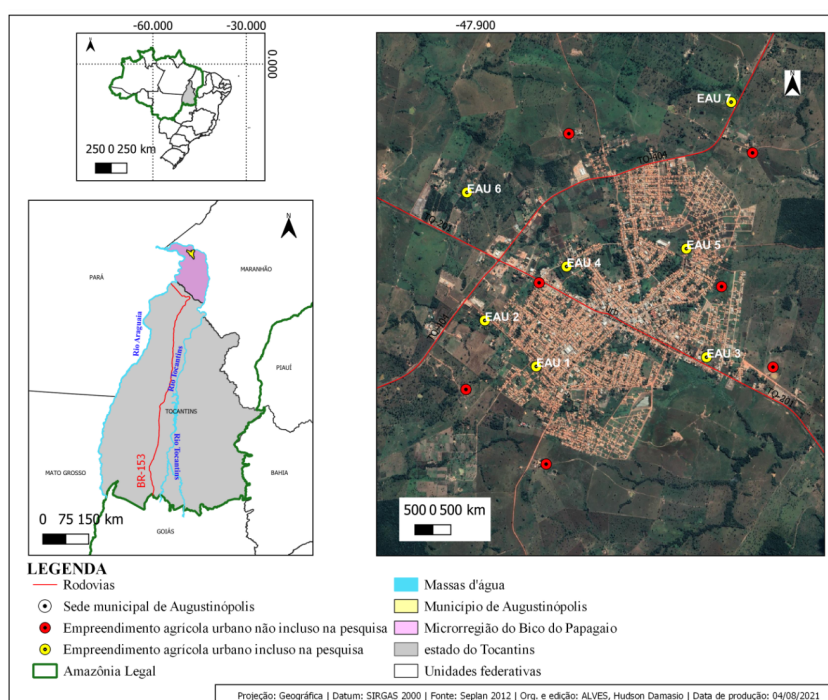
Em pesquisa nos sítios eletrônicos da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal de Augustinópolis-TO não foram encontrados nenhum tipo de legislação que fizesse ou faça menção a AUP, ou termos afins. Tal situação corrobora com o fato de todos os participantes da pesquisa desconhecerem ou não receberem qualquer tipo de apoio político institucional para a atividade que desenvolvem.

Informalizados quanto a sua atividade, os produtores praticam a AUP por meios e fins próprios, com base na multifuncionalidade e ativismo descrito por Reynolds (2009), contribuindo indiretamente com benesses de revitalização social, estética e comunitária do espaço urbano.

Utilizando-se da técnica de coleta por meio do formulário, os produtores agrícolas urbanos e periurbanos foram entrevistados em locais e datas previamente agendados por eles, a fim de respeitar o tempo e a disponibilidade de cada um, bem como deixá-los à vontade.

A fim de se preservar a identidade dos entrevistados, optou-se pelo uso do código Empreendimento Agrícola Urbano, sob a sigla EAU, seguida de uma numeração que corresponde ao entrevistado e, conseqüentemente, a sua propriedade, sendo expresso da seguinte forma; EAU 1, EAU 2, EAU 3, EAU 4, EAU 5, EAU 6 e EAU 7. Na figura 9 é apresentada a distribuição espacial dos empreendimentos agrícolas urbanos e periurbanos na cidade de Augustinópolis-TO. Todavia, devido à pandemia, poucos produtores de dispuseram a participar da pesquisa.

Figura 9 - Mapa de localização das propriedades agrícolas urbanas e periurbanas de Augustinópolis-TO.



A distribuição espacial dos empreendimentos estudados atende os critérios estabelecidos na proposta de Mougeot (1999), bem como à ênfase na produção, sendo que esta deve promover o cultivo e/ou criação, processamento e a distribuição, para fins alimentícios ou não, de plantas e animais dentro e na periferia das cidades, com foco nos mercados urbanos.

Entende-se que somente o critério de localização, conforme descrito no arcabouço teórico desta pesquisa, não é capaz de determinar por si só a condição da prática da AUP na cidade. Porém este critério é um pivô na identificação e na classificação da prática, visto que o mesmo é um dos principais diferenciadores da AUP em relação à agricultura em espaços rurais.

Em relação a localização dos empreendimentos estudados, é importante mencionar que, especialmente naqueles inseridos no perímetro urbano, estes podem não estar circunscritos por edificações e/ou ruas pavimentadas, e, à medida em que se distanciam da sede municipal, em determinados setores, os lotes são maiores, dando a impressão de se estar na transição periurbana.

Estas informações são importantes pois contribuem no entendimento sobre a dinâmica da cidade pequena no processo de urbanização na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, e como a ausência de um planejamento dificulta a sinalização dos limites da cidade e campo que, em muitos casos, pode haver sobreposição.

Sousa (2019) afirma que a AUP por estar dentro dos limites dos espaços urbanos das cidades, sofre intensa influência da dinâmica urbana ao mesmo tempo que se configura como prática social e que questiona o modelo de desenvolvimento urbano atual propondo mudanças estruturais. O ativismo da AUP desafia o modelo de ocupação e gestão do território em todos os locais em que sua prática é observada, sendo símbolo da diversidade e das contradições sociais que envolvem a formação e o planejamento das cidades.

A seguir, são apresentados os dados coletados no formulário e a discussão. No intuito de melhor apresentar as informações, optou-se por seguir a sequência dos tópicos apresentados no formulário.

Dos sete empreendimentos visitados, 2 (28,56%) estão sob a responsabilidade de mulheres e 5 (71,44%) sob a responsabilidade de homens. Dos 7 entrevistados, 5 (71,44%) são casados, 2 (28,56%) são solteiros e/ou separados. As idades dos entrevistados estão distribuídas na tabela 01.

Tabela 01 – Distribuição da idade dos entrevistados.

Mulheres	Homens
54	21
65	40
	40
	43
	81

Fonte: Autor, 2021.

Em relação ao grau de escolaridade, este está disponível na transcrição dos dados coletados na tabela 02.

Tabela 02– Grau da escolaridade dos agricultores urbanos e periurbanos pesquisados.

Grau de Escolaridade	Número de produtores	Porcentagem de produtores (%)
1ª ao 5ª ano do Ensino Fundamental (antigo primário)	1	14,28%
6ª ao 9ª ano do Ensino Fundamental	4	57,16%
Ensino Médio (antigo 2º grau) Completo	1	14,28%
Ensino Superior Completo	1	14,28%

Fonte: Autor, 2021.

A respeito da escolaridade observada, considera-se importante mencionar que a educação é um fator importante na obtenção de informações e construção de novos conhecimentos. O baixo grau de educação formal por parte de alguns entrevistados poderia induzir dificuldades referentes à formalização dos empreendimentos, acesso a mercados, técnicas de marketing e vendas, a busca por novas técnicas de produção, gestão contábil e financeira.

A atividade laboral da AUP pode ser repassada entre gerações. Ela, em muitos casos, externaliza um ambiente informal da educação, por meio da reprodução dos saberes e do conhecimento dos produtores mais experientes aos mais jovens, ou àqueles com menor experiência. Todavia, o apoio da educação formal pode ser um elemento diferenciador para o uso de novas tecnologias no processo de gestão (uso da informática e acesso a Internet, por exemplo), para a expansão do empreendimento ou planejamento e diversificação da produção e busca por mercados urbanos.

Sen (2010) inclui a educação formal no conjunto de oportunidades sociais das liberdades instrumentais no desenvolvimento como liberdade, informando que a educação representa um elemento importante na construção das capacidades dos indivíduos. O autor considera que a educação parte das liberdades reais dos indivíduos e é o pivô para que outras liberdades incorram a partir dela. Tal como a oportunidade da escolha sobre os rumos que tomar em uma profissão. A educação não altera apenas a relação da liberdade de escolha do indivíduo, mas transforma este em agente social ativo para contribuir no desenvolvimento pleno do coletivo da sociedade.

Furtado (2013) embora apresente grande enfoque à contextualização histórico-econômica da América Latina e do Brasil, com ênfase na relação com a economia mundial, além da defesa da industrialização e da descentralização econômica, cita a importância da educação quando fala da necessidade da formação de mão de obra e a produção da própria tecnologia dentro do território nacional. O autor inclui a educação como parte importante dos planos de desenvolvimento elaborados para o Brasil e países latino-americanos, declarando que a escola seria a instituição capaz de promover a massificação da cultura de um país além de compor um dos instrumentos importantes no projeto de desenvolvimento social.

A renda nos Empreendimentos Agrícolas Urbanos pesquisados variou de R\$ 1.100,00 a R\$ 2.400,00 conforme descrito na tabela 03. Ressalta-se que 1 (14,28%) produtor entrevistado exerce a AUP como principal fonte de renda familiar e 6 (85,72%) produtores declaram que a atividade é um complemento da renda familiar. Destes, 4 (83,34%) recebem salário de outra atividade e 2 (16,66%) são aposentados.

Tabela 03 - Renda mensal obtida no Empreendimento Agrícola Urbano dos entrevistados.

Renda mensal obtida	Porcentagem de produtores (%).
Um salário mínimo	57,14%
De um até dois salários mínimos	42,86%

Fonte: Autor, 2021.

O IBGE (2020) informa que no ano de 2019, o salário médio mensal registrado para o município de Augustinópolis-TO era de 1,7 salário mínimo. Considerando esse dado, os ganhos com AUP de 71,42% dos produtores entrevistados estão abaixo da média salarial municipal. Todavia, nenhum deles obteve ganhos mensais menores ao salário mínimo nacional vigente em 2021, que era de R\$ 1.100,00.

Os valores informados pelos participantes da pesquisa se aproximam dos valores apresentados por Brito (2020), que observou rendas entre R\$ 1.000,00 a R\$ 2.800,00 na pesquisa com agricultores urbanos na cidade de Araguaína-TO; e estão acima dos valores informados por Sousa (2019), em pesquisa com agricultores urbanos e periurbanos de Palmas-TO, que tiveram uma média de R\$ 926,00. Brito (2020) e Sousa (2019) informam que, realizando o autoconsumo dos produtos, agricultores urbanos e periurbanos economizam e evitam gastos com alimentação, condição também identificada nesta pesquisa.

O grau de escolaridade da maioria dos agricultores urbanos participantes desta pesquisa poderia ser um fator limitante ao acesso à vagas de empregos formais no município. A exemplo das demais cidades brasileiras, os empregos formais (com contrato de trabalho formal ou com a assinatura da carteira de trabalho) exigem, em sua maioria, a formação mínima na educação básica completa, ou seja, o terceiro ano do ensino médio concluído.

Deste modo, acredita-se que aqueles produtores que têm a agricultura urbana e periurbana como principal fonte de renda familiar, bem como aqueles produtores em que a AUP compõe até 50% da renda familiar dispõe de melhor remuneração de trabalho do que se buscassem opções formais de emprego.

Considerou-se importante relacionar a renda obtida na prática da AUP com o orçamento familiar e o número de pessoas que compõem o núcleo familiar. Os dados são apresentados na tabela 04.

Tabela 04 - Relação da renda familiar da AUP e núcleo familiar dos entrevistados.

	Renda mensal obtida	Nº de pessoas no núcleo familiar	Nº de pessoas que contribuem na renda familiar
EAU1	3 salários	4	2
EAU2	2 salários	1	1
EAU3	2 salários	1	1
EAU4	2 salários	4	2
EAU5	4 salários	3	2
EAU6	2 salários	3	1
EAU7	8 salários	5	2

Fonte: Autor, 2021.

Trabalho e renda constituem fatores centrais do pensamento seniano acerca do desenvolvimento como liberdade, bem como a educação, no grupo de elementos que o autor considera importante para a promoção de outras liberdades (SEN, 2010).

O autor propõe estreita ligação entre liberdades, renda e capacidades, no aumento de algumas liberdades substantivas para a manutenção do modo de vida que os indivíduos escolheram praticar. Porém, a renda ou acúmulo de capital não é capaz por si só de promover o desenvolvimento como liberdade, visto que nele o indivíduo deveria ser capaz de praticar o modelo de vida desejado, e mesmo que este não tente ou deseje a produção bens monetários, o contexto político, social e ambiental do seu país deveriam ser capazes de suprir as necessidades (SEN, 2010).

Furtado (1992) informa que a renda não precisa apresentar homogeneidade de padrões de vida e consumo dentro do desenvolvimento social. Ela deve apenas ser capaz de satisfazer de forma adequada as necessidades referentes à alimentação, à moradia, o acesso à educação, à cultura e o lazer dos indivíduos da localidade mencionada.

Nesse sentido, o autor propõe que é necessário contemplar as restrições, às dificuldades sociais existentes e pautar políticas que incluam os vulneráveis dentro das possibilidades de acesso ao modelo de vida que eles projetem como ideais para si, ou pelo menos que estes sejam submetidos a fatores de promoção de igualdade de escolha ou oportunidades iguais de crescimento individual, político e social (FURTADO, 1992).

Aos entrevistados foi solicitado informações referentes às condições estruturais das residências, infraestrutura urbana e sanitárias. Os resultados obtidos estão apresentados na tabela 05.

Tabela 05 - Caracterização do tipo e condições estruturais, infraestrutura urbana e sanitárias da moradia dos agricultores urbanos e periurbanos entrevistados.

Relação de propriedade do imóvel	Porcentagem
Própria quitada	100%
Atributos que descrevem a residência dos entrevistados	Porcentagem
Casa de alvenaria	100%
Cobertura com telhas	100%
Piso em cerâmica	85,71%
Residência com acabamento	100%
Residência com luz elétrica	100%
Residência murada	14,28%
Residência localizada em rua asfaltada	42,85%
Residência com banheiro dentro de casa	100%
Condições sanitárias e infraestrutura urbana do imóvel	Porcentagem
Residência com água encanada	71,43%

Residência com esgotamento sanitário adequado	-
Residência com coleta de lixo semanal	71,43%

Fonte: Autor, 2021.

Todos os produtores entrevistados informam que os imóveis em que residem são próprios e quitados, construídos em alvenaria, com acabamentos, cobertura de telhas e ligados a rede elétrica. Esse conjunto de fatores pode ser aferido como uma das possibilidades de liberdade que pode ser adquirida ou exercitada por meio da renda (adquirir um imóvel, reformá-lo, investir em produtos que considere tornar a vida mais confortável e facilitada, entre outras). Porém, neste caso, a renda somente é capaz de determinar padrões ou possibilidades de consumo que, por sua vez, pode ou não ser traduzido em tipos de bem-estar ou liberdades, uma vez que todas as residências não estão conectadas ao esgotamento sanitário adequado, por exemplo.

A ausência de coleta e tratamento de esgoto sanitário nas residências dos entrevistados reflete a ausência da ampliação da rede a todos os setores da cidade, especialmente aqueles nas áreas periurbanas. A empresa responsável por saneamento na cidade, a Companhia de Saneamento do Tocantins, que é gerida pela empresa privada BRK Ambiental, oferta coleta e tratamento de esgoto em pontos específicos de Augustinópolis. Segundo o IBGE (2021), apenas 9,5% dos domicílios do município apresentam esgotamento sanitário adequado, condição que se repete em toda a Região Norte do país, onde o percentual de imóveis com esgotamento sanitário adequado é o menor do país, com apenas 22% (BRASIL, 2019).

Adicionalmente, o SINIS (2021) exhibe um panorama do serviço de água e esgoto urbano para o Estado. O índice de atendimento urbano com rede de água foi de 94,4%. A maior parte dos municípios do Estado não dispõe de sistema público de esgoto. O índice de atendimento urbano com rede de esgoto foi de 35,1% e o índice de tratamento do volume total esgoto gerado foi de 30,2%; já o índice do tratamento do volume de esgoto coletado foi de 98,5%.

O IBGE (2021) aponta, também, que apenas 0,9% dos domicílios urbanos do município estão localizados em vias públicas com urbanização adequada, pavimentação, meio fio, calçadas e presença de bueiros. Nessa condição, registra-se também que os resíduos sólidos da cidade são descartados em um lixão, localizado em terreno às margens na TO-201 (Figura 10). Há indícios de que águas subterrâneas próximas ao lixão estejam contaminadas, conforme dados obtidos pela pesquisa realizada por Leal (2018).

Figura 10 - Lixão do município de Augustinópolis-TO.



Fonte: Autor. 2021.

Na mesma rodovia do município, a aproximadamente 3km do lixão, encontram-se as células deterioradas e abandonadas que deveriam constituir o aterro sanitário da cidade, oriunda de um provável consórcio municipal (Figura 11).

Figura 11 - Célula de aterro sanitário deteriorada. Água da chuva acumula-se em pontos específicos da célula.



Fonte: Autor. 2021.

Estes dados e registros inferem que, embora os produtores tenham obtido êxito na aquisição e organização das moradias por meio do trabalho e da renda, eles estão à mercê do mau planejamento do desenvolvimento urbanístico da cidade. Tal fato, conforme a teoria seniana, interfere diretamente na possibilidade dos entrevistados atingirem a liberdade substantiva de ser saudável, visto que a liberdade instrumental referente às oportunidades sociais não fora executada em sua plenitude, seja pelo arranjo social local, seja pela má intervenção do Estado em não expor esses indivíduos a poluição (SEN, 2010).

Furtado (2000) discorre que o desenvolvimento está diretamente ligado ao processo de transformação social pela promoção de acesso a maiores bens e serviços. O autor atribui a necessidade de projetos para além da renda. Esta é comprovadamente capaz de promover a aquisição de bens de consumo, mas incapaz de satisfazer as necessidades sociais referentes à educação, à saúde, à infraestrutura urbana e os deveres do Estado na manutenção social.

O dever do Estado no investimento em saneamento básico adequado tem foco na promoção de benefícios à saúde por meio da redução de riscos referente à contaminação do solo e da água, vetores de transmissão de doenças entéricas ou virais, capazes de impedir os indivíduos de gozar da saúde plena e de exercer suas atividades diárias.

Os sistemas de produção dos agricultores urbanos e periurbanos da cidade são diversificados quanto ao tamanho das áreas de produção, os tipos de atividades desenvolvidas e produtos produzidos e comercializados. A tabela 06 apresenta as informações referentes à caracterização da área utilizada nos sistemas de produção.

Tabela 06 - Caracterização referente a área utilizada nos sistemas de produção adotados pelos entrevistados.

Produtores	Área total da propriedade	Área destinada à plantação	Área destinada à criação de animais
EAU1	600 m ²	200 m ²	-
EAU2	5400 m ²	5000 m ²	200 m ²
EAU3	19000m ²	18000 m ²	-
EAU4	18200 m ²	9000 m ²	9000 m ²
EAU5	45000 m ²	-	45000 m ²
EAU6	24200 m ²	23500 m ²	500 m ²
EAU7	53000 m ²	900 m ²	51000 m ²

Fonte: Autor, 2021.

A tabela 07 apresenta as informações das pessoas envolvidas na produção nas propriedades dos entrevistados.

Tabela 07 - Caracterização quanto ao número de pessoas envolvidas e o vínculo empregatício nas propriedades.

Produtores	Número de pessoas envolvidas na produção	Vínculo das pessoas envolvidas na produção
EAU1	2	Proprietário
EAU2	1	Proprietário
EAU3	1	Proprietário
EAU4	2	Proprietários
EAU5	1	Proprietário
EAU6	1	Proprietário
EAU7	2	Proprietário, Empregado

Fonte: Autor, 2021.

O vínculo de trabalho dos indivíduos dentro das propriedades entrevistadas infere que a AUP desenvolvida nestes Empreendimentos Agrícolas Urbanos faz parte da agricultura familiar. Altafin (2007) discorre sobre o conceito de agricultura familiar como a atividade de produção agrícola realizada em pequenas áreas que não configuram latifúndio, com gestão e mão de obra essencialmente a partir do núcleo familiar. O autor considera esse conceito abrangente, capaz de incluir a diversidade da atividade agrícola familiar desenvolvida no país, podendo ocorrer pequenas derivações ou adequações devido a realidades regionais e de um território.

A tabela 08 apresenta as informações referentes às espécies vegetais cultivadas e de criação de animais produzidos nas propriedades dos agricultores urbanos e periurbanos entrevistados na pesquisa.

Tabela 08 - Espécies cultivadas e criação de animais identificadas nas propriedades.

Produtores	Espécies produzidas
EAU1	Alface (<i>Lactuca sativa</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), quiabo (<i>Abelmoschus esculentus</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>) e coentro (<i>Coriandrum sativum</i>).
EAU2	Arroz (<i>Oryza sativa</i>), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>), milho (<i>Zea mays</i>), alface (<i>Lactuca sativa</i>), coentro (<i>Coriandrum sativum</i>), cebolinha (<i>Allium schoenoprasum</i>), couve (<i>Brassica oleracea</i>), pepino (<i>Cucumis sativus</i>), jiló (<i>Solanum gilo Raddi</i>), quiabo (<i>Brassica oleracea</i>), aves (<i>Gallus gallus domesticus</i>) e suínos (<i>Sus scrofa domesticus</i>).
EAU3	Feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>), milho (<i>Zea mays</i>), inhame (<i>Dioscorea cayenensis Lam</i>) e mandioca (<i>Manihot esculenta</i>).

EAU4	Milho (<i>Zea mays</i>), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>), bovinos (<i>Bos taurus</i>).
EAU5	Bovinos (<i>Bos taurus</i>) e equinos (<i>Equus caballus</i>).
EAU6	Milho (<i>Zea mays</i>), feijão (<i>Phaseolus vulgaris</i>), mandioca (<i>Manihot esculenta</i>), suínos (<i>Sus scrofa domesticus</i>) e aves (<i>Gallus gallus domesticus</i>).
EAU7	Milho (<i>Zea mays</i>), mandioca (<i>Manihot esculenta</i>), bovinos (<i>Bos taurus</i>).

Fonte: Autor, 2021.

A partir da tabela 08 é evidente a diversificação da produção dos agricultores urbanos e periurbanos entrevistados. A atividade da agricultura urbana vai desde o cultivo de pequenas espécies vegetais até a criação e manejo de animais de grande porte (Figuras 12-25).

Figura 12 - Empreendimento Agrícola Urbano 1. Dentro da cidade. Edificações ao fundo.



Fonte: Autor, 2021.

Kumar e Nair (2004) informam que as produções vegetais dos quintais urbanos são efetivadas sob duas principais abordagens, sendo a primeira estética a por meio dos locais ajardinados e a função agrícola de produção de alimentos, plantas medicinais e condimentos. A última, eleva a agrobiodiversidade dessas áreas juntando em espaços pequenos diversidades de plantas com múltiplas finalidades.

Figura 13 - Empreendimento Agrícola Urbano 1. Dentro da cidade. Canteiros estruturados com contenção de forro PVC.



Fonte: Autor, 2021.

Os dados corroboram com Sorzano (2009) que inclui a diversificação dos produtos oriundos de pequenas propriedades/extensões de terra como uma característica determinante dentro da maioria dos empreendimentos agrícolas urbanos.

A diversificação dos produtos da AUP pode ser considerada um atributo de preservação ambiental, demonstrando a possibilidade de produção de alimentos a partir de áreas ociosas. Bettiol e Ghini (2003) apresentam os benefícios ligados ao aumento da diversificação das frentes de trabalho dentro das propriedades agrícolas, além de representar um ganho ambiental e em sustentabilidade porque a atividade nesse modelo de produção requer menos uso de insumos e agrotóxicos.

Figura 14 - Empreendimento Agrícola Urbano 2. Produção de hortaliças.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 15 - Empreendimento Agrícola Urbano 2. Criação de suínos.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 16 - Empreendimento Agrícola Urbano 3, dentro da cidade, na Avenida Goiás.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 17 - Empreendimento Agrícola Urbano 3. Cultivo de mandioca.



Fonte: Autor, 2021.

O Empreendimento Agrícola Urbano 4 apresenta a característica de rotação da produção dentro da propriedade. Ao longo dos anos foram intercalados ciclos entre cultivo de vegetais e produção de animais, conforme as espécies descritas na tabela 08.

Essa característica se deu por seguidas tentativas de diversificação dos produtos a serem produzidos dentro da área, além de representar um planejamento relativo ao uso da área, de acordo com as exigências de mercado, na tentativa de acesso a venda dos produtos com maior rentabilidade. Por outro lado, essa condição expressa uma insatisfação durante os ciclos de produção da área, seja pela idealização do próprio espaço, seja pela dinâmica de preços que envolvem os produtos agrícolas no país.

Conforme Melo (2016) essa é uma característica encontrada não somente nas atividades agrícolas rurais, como também pode ser observada na prática da agricultura urbana e periurbana. Estes ajustes ocorrem para o acesso ao mercado de novos produtos, ou até mesmo de produtos tradicionais que em determinada época possam representar melhores rendimentos por área. A diversidade da produção agrícola é um fator de manutenção dos postos de trabalho e renda dos indivíduos praticantes da AUP no país e no mundo. Essa diversidade também representa ganhos no equilíbrio ambiental e na economia dos atores sociais envolvidos na prática bem como no território em que se inserem.

Figura 18 - Empreendimento Agrícola Urbano 4. Pavimentação em blocos Sextavados na rua de acesso a mesma.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 19 - Empreendimento Agrícola Urbano 4. Ao fundo, edificações urbanas.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 20 - Empreendimento Agrícola Urbano 5. Ao fundo, edificações urbanas.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 21 - Empreendimento Agrícola Urbano 5, com pasto. Ao fundo, edificações urbanas.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 22 - Empreendimento Agrícola Urbano 6. Em torno da cidade. Residência e entrada da área.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 23 - Empreendimento Agrícola Urbano 6. Cultivo de feijão e ao fundo mandioca.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 24 - Empreendimento Agrícola Urbano 07, em torno da cidade. Residência e área de produção de mandioca.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 25 - Empreendimento Agrícola Urbano 07, área de pastagem.



Fonte: Autor, 2021.

Sobre os preços praticados em relação aos produtos da agricultura familiar, Toledo Junior (2016, pág. 13) afirma ser importante a compreensão dos preços executados em feiras livres ou no comércio convencional “como ferramenta para dar indicativos da capacidade de oferta, bem como da capacidade de atender as demandas da população em uma rede de comércio curto”. Desse modo, a evidência da produção da agricultura familiar dentro dos

municípios brasileiros, bem como a produção de dados referentes à produção e ao comércio podem ser importantes para políticas de manutenção de preços ou valorização do produto da agricultura familiar, tanto urbana como rural.

Objetivou-se entender como se dá a atividade da AUP dentro dos empreendimentos pesquisados em relação ao uso de tecnologias de produção. Os dados obtidos são apresentados na tabela 09.

Tabela 09 - Caracterização das tecnologias de produção utilizadas pelos produtores entrevistados.

Tecnologias de Produção	Porcentagem de produtores que fazem uso
Análise de solo	-
Maquinário agrícola	28,56%
Sistema de irrigação mecanizado ou automatizado	-
Estufa	-
Proteção contra o sol	14,28%
Granjas	-
Currais	28,56%

Fonte: Autor, 2021.

Foi possível verificar que as propriedades que desenvolvem a AUP no regime da agricultura familiar e de pequeno porte, exibem o mínimo de aparato tecnológico possível ligado ao trabalho com o solo e fertilidade dos cultivos vegetais e equipamentos utilizados na alimentação, na contenção e na ordenha de animais. Esse aspecto está ligado ao tamanho das propriedades, bem como aos produtos por elas desenvolvidos, uma vez que o manejo das lavouras e dos animais não requer tecnologias de produção em larga escala.

A tabela 10 apresenta informações referentes à fonte de abastecimento de água utilizada na produção.

Tabela 10 - Caracterização da fonte de abastecimento de água na produção das propriedades.

Fontes de abastecimento de água na produção das propriedades	Porcentagem das fontes
Poços	71,44%
Chuvvas (plantio de sequeiro)	14,28%
Açude	14,28%

Fonte: Autor, 2021.

O cultivo de sequeiro (técnica de cultivo de espécies vegetais em que as lavouras são implantadas no final do período de estiagem e o suprimento das necessidades hídricas do cultivo fica dependente do regime de chuvas e da água armazenada no solo) é uma técnica recorrente na agricultura familiar e até na produção de alguns produtos em larga escala, como é o caso da soja. Os entrevistados que afirmam produzir a partir de plantios de sequeiros cultivam espécies vegetais de ciclos anuais, a exemplo do milho, do feijão, do inhame, da macaxeira, entre outras espécies.

O regime de pluviosidade (chuvas) é utilizado, também, pelos produtores que lidam com a criação de animais para a manutenção das pastagens fornecedoras de proteína alimentar das unidades de animal. O fornecimento de água para a produção por meio de poços tipo cisternas ou artesianos ocorre nas propriedades que realizam o cultivo de espécies de hortaliças de ciclos curtos, que requerem irrigação diária. Uma única propriedade faz uso de água proveniente de um açude escavado, que funciona como reservatório para acúmulo de água da chuva e posterior bebedouro para os animais (bovinos).

Foi solicitado aos produtores que atribuíssem valores a fatores ambientais das propriedades onde se pratica a AUP. Os dados são apresentados na tabela, a seguir (tabela 11).

Tabela 11 - Valores atribuídos aos fatores ambientais das propriedades.

	Percentual			
	Excelente	Bom	Regular	Ruim
Fertilidade do Solo	71,44%	14,28%	14,28%	-
Rigidez do Solo	71,44%	28,56%		-
Regime Hídrico (chuvas)	28,56%	57,16%	14,28%	-
Escoamento da água	28,56%	42,88%	28,56%	-
Incidência de pragas	71,44%	14,28%	14,28%	-
Incidência de doenças	85,72%		14,28%	-
Plantas daninhas	14,28%	14,28%	71,44%	-

Fonte: Autor, 2021.

Referente à fertilidade e rigidez do solo, e condições de baixa incidência de pragas e doenças, considera-se que os produtores estão satisfeitos com o desempenho da área de produção, visto o contentamento pela excelente opção. Borges et al. (2016) descrevem que a agricultura familiar fortalece as relações com o ambiente em que é desenvolvida, constituindo-se como meio para o desenvolvimento, bem como recebendo ações de conservação próprias. Diferente da agricultura convencional, a agricultura familiar atenta-se

para a necessidade do reuso das áreas bem como a manutenção do equilíbrio ecológico necessário para plantios ou manejos de animais.

O fator ambiental que obteve a mais baixa avaliação refere-se à incidência de plantas daninhas nas plantações ou pastagem. Essa avaliação corrobora com Marinho e Almeida (2021) que afirmam que plantas daninhas representam um dos maiores problemas para a produção agrícola, influenciando diretamente na produtividade, qualidade e consequentemente na rentabilidade das lavouras brasileiras.

As alternativas para o problema envolvem uma boa seleção da área de cultivo, preparo correto do solo e um controle inicial das plantas invasoras durante a primeira parte do ciclo dos cultivos desenvolvidos. Estas práticas são referenciadas pelas principais bibliografias de técnicas agrícolas, e a incidência do problema nas áreas de AUP pesquisadas podem ter relação com as características de cada área e o manejo executado. Considera-se que tal condição pode, também, estar relacionada à baixa escolaridade e a ausência de acesso à formação inicial e continuada formal para a atividade agrícola, ou mesmo da ausência de um apoio técnico da prefeitura aos produtores.

Questionados quanto ao uso de defensivos agrícolas, 14,28% afirmam utilizar defensivos agrícolas naturais e 85,72% dos entrevistados não fazem uso de nenhum tipo de defensivo agrícola.

A opção pelo uso de defensivos agrícolas naturais (que podem ser originários de compostos extraídos de minerais, microorganismos, plantas e animais) ou o uso de técnicas de manejo que não utilizam defensivos agrícolas (como capina, roço, rotação de culturas, eliminação de plantas doentes, controle minucioso de adubação, entre outros) representam um ganho ambiental, à medida que evitam a contaminação do solo, do lençol freático e reduzem os riscos de doenças à saúde de trabalhadores e consumidores de produtos da AUP na cidade.

Conforme Mendes (2021), o uso de técnicas ou modelos de base agroecológica tem sido crescente no país em resposta aos altos índices do uso de agrotóxicos nas lavouras brasileiras, bem como uma resposta aos seguidos embargos na exportação de produtos do agronegócio brasileiro.

Solicitou-se aos produtores informações referentes à destinação dos resíduos da produção (restos de produção, embalagens biodegradáveis, entre outros). Todos afirmaram incorporar os restos de produção (restos de produção, embalagens biodegradáveis entre outros), principal resíduo produzido pelas atividades, dentro da própria área de produção como forma de adubação. Esse é um ganho ambiental referente à redução do descarte incorreto de resíduos, e tal fato corrobora com Borges et al. (2016), no sentido do interesse da

preservação e uso consciente dos recursos naturais disponíveis para alimentação, geração de emprego e renda, entre outros fatores.

Questionados sobre o uso de irrigação nas lavouras e quais os tipos de bebedouros utilizados na criação de animais, têm-se que 14,28 % utilizam-se de irrigação manual, 14,28% irrigação por microaspersão e 42,84% realizam plantios de sequeiros (onde a disponibilidade de água para as plantas é obtida a partir do regime de chuvas).

No caso da criação de animais, 57,12% dos entrevistados fazem uso dos bebedouros convencionais, e 14,28% utilizam açudes escavados. Embora essas práticas possam ser consideradas ultrapassadas, os produtores ainda optam pelo seu uso devido a economia financeira, que indiretamente representam, também, um menor consumo de água e, portanto, um ganho ambiental.

Questionados sobre as finalidades da produção, todos os entrevistados informam que os alimentos produzidos têm a finalidade de autoconsumo e de comercialização. Os produtos oriundos das propriedades são comercializados em diferentes espaços, conforme apresentado na tabela 12.

Tabela 12 - Locais de comércio dos produtos agrícolas oriundos das propriedades pesquisadas.

Produtores	Local de comercialização dos produtos
EAU1	Propriedade e Supermercado
EAU2	Feiras livres
EAU3	Propriedade
EAU4	Propriedade
EAU5	Varejo
EAU6	Propriedade
EAU7	Propriedade

Fonte: Autor, 2021.

A maioria dos entrevistados afirma comercializar os produtos da AUP dentro da propriedade. Considera-se que esta condição tem relação com o tamanho da cidade de Augustinópolis-TO e o fácil acesso aos produtos agrícolas. A distância a ser percorrida entre a sede administrativa da cidade para os bairros onde estão as propriedades agrícolas urbanas é relativamente curta. A respeito dos principais itens responsáveis pelo aumento de custo da produção, todos os entrevistados informam ser o adubo para a correção e as sementes para cultivo no solo.

O produtor do empreendimento EAU 2 realiza a autoprodução de sementes, mudas e adubos, além de utilizar-se de técnicas e materiais adaptados com a finalidade de redução do custo de produção. Parte das plantas produzidas são deixadas nos canteiros para a finalização do ciclo vegetativo e produção das sementes, posteriormente plantadas em berçários para produção de mudas. A adubação é feita por compostagem de material orgânico (esterco coletado em propriedades adjacentes) e pó de serragem coletados em serrarias próximas à propriedade. Palhas de palmeiras de babaçu, abundantes na região, são utilizadas para a fabricação de telados para o controle da incidência de sol nas plantas mais jovens (Figura 26).

Figura 26 - Empreendimento Agrícola Urbano 2. Berçário de produção de mudas de hortaliças, coletadas de plantas com ciclo tardio (seta branca). Palhas de palmeira de babaçu usadas em substituição da telados sintéticos, como sombrites e plásticos de estufas (seta amarela). Área de compostagem (seta vermelha).



Fonte: Autor, 2021.

Além da propriedade, a feira livre é um outro canal de comercialização da produção de um dos empreendedores. O mercado municipal de Augustinópolis-TO foi construído em 1989. Ele oferta um espaço aos munícipes para a comercialização de produtos procedentes da agricultura familiar, mas, também, da AUP. A feira livre funciona aos domingos e fornece uma área coberta para a exposição e a venda dos alimentos (Figura 27).

Figura 27 - Feira municipal de Augustinópolis-TO. Espaço interno.



Fonte: Autor, 2022.

Muitas vezes, o espaço ofertado não comporta os feirantes, e, neste caso, os produtores se organizam no entorno do mercado (na rua) para a exposição dos seus produtos (Figura 28).

Figura 28 - Espaço externo ao mercado. A rua é ocupada por produtores da agricultura familiar, da AUP, e muito provavelmente por atravessadores. Além de outros comerciantes.



Fonte: Autor, 2022.

No espaço externo em torno do mercado verifica-se a permanência de produtores, além de outros comerciantes, que realizam a venda de caldo de cana, pasteis, entre outros produtos. Durante a pandemia de COVID-19, o mercado foi fechado em 19 de março de 2020 e a reabertura se deu 4 meses depois.

Sobre a importância das feiras livres, Pereira, Brito e Pereira (2017, p. 68) aduzem que:

As feiras livres são um importante espaço de comercialização dos produtos da agricultura familiar, indo muito além disso: é também espaço de socialização, identidade regional e cultural e também de articulação política. Nas feiras há movimentação de produtos, pessoas, informações e cultura, numa dinâmica muito peculiar, que se misturam com a paisagem local. [...] A importância da feira também se dá na oportunidade de abastecimento de produtos de características locais, além de baratos e saudáveis, garantindo a soberania e a segurança alimentar, pois o consumidor sabe onde e como os alimentos foram produzidos e a segurança é garantida no valor acessível, na diversidade e no uso quase que nulo de agrotóxicos, o que serve como um impulsionador da agricultura familiar e o desenvolvimento rural em bases sustentáveis. Apesar de competirem com o comércio varejista, formado por mercados e supermercados, as feiras persistem e resistem, o que indica que além dos aspectos econômicos, elas trazem consigo aspectos de outras naturezas, como a social e a cultural.

Os entrevistados informaram não produzir alimentos processados. Tal informação caracteriza-se como um ganho alimentar, uma vez que, Louzada et al. (2015) afirmam que a *dieta* brasileira na atualidade é baseada em um consumo considerável de alimentos ultraprocessados, que constituem um risco à saúde devido às altas quantidades de açúcares, gorduras trans, sódio e densidade energética.

Quando questionados sobre o recebimento de suporte ou assistência técnica nas propriedades, todos os produtores informam não receberem nenhum tipo de assistência ou suporte técnico de natureza pública ou privada. Todos também informaram que não fizeram a busca ativa de nenhum tipo de assistência técnica para a produção, seja de natureza pública ou privada.

A respeito das práticas desenvolvidas para o aumento da produção durante os últimos anos, apenas 14,28% dos entrevistados afirmam ter expandido a área total da propriedade, com foco no aumento de produção. Os demais, 85,72% dos entrevistados, afirmam que não desenvolveram nenhuma prática para o aumento da produção nos últimos anos.

A AUP concorre diretamente com a especulação imobiliária (PEREIRA; CARNEIRO; OLIVEIRA, 2019; FOLHES et al., 2021). Os autores informam que o tecido urbano modifica-se sob o interesse do capital, e que, ao longo do tempo, as áreas de plantios

costumam ser substituídas por edificações, e mesmo que não substituídas, ficam incapacitadas de expandir devido ao alto preço do metro quadrado dentro das cidades ou em torno delas.

Para além deste fator que tensiona a expansão da AUP, existem outros de ordem natural, a exemplo da pouca disposição física na lida, o avanço da idade do empreendedor, e/ou em reconhecer que, o que se tem é o necessário para o momento. Deve-se levar em consideração que os produtores entrevistados de Augustinópolis-TO não recebem sequer um apoio técnico por parte do poder público.

Os produtores não realizaram financiamento ou busca ativa de linha de crédito para a melhoria e/ou expansão do empreendimento. A informalidade e a falta de políticas públicas de acesso ao crédito são as principais dificuldades enfrentadas no financiamento das atividades pelos agricultores urbanos e periurbanos brasileiros, segundo Silva (2018).

As principais linhas de crédito da agricultura familiar têm foco na atividade desenvolvida no meio rural, exigindo documentações específicas da agricultura rural, como é o caso da Declaração de aptidão ao PRONAF (DAP), emitida somente a agricultores do meio rural, em geral, para os assentados da reforma agrária ou beneficiários dos programas e políticas federais do homem do campo.

Os gastos com alimentação na residência dos produtores entrevistados variaram entre R\$400,00 e R\$1.500,00. Sousa (2019) informa que a produção agrícola urbana representa uma oportunidade na redução de gastos mensais com alimentação, por meio do autoconsumo dos alimentos produzidos, reduzindo, assim, o gasto com alimentação e criando a oportunidade de direcionar os valores economizados para outros produtos.

Os produtores foram questionados sobre o registro dos custos e retorno financeiro da sua produção agrícola urbana. Dos entrevistados, 28,56% afirmaram que não fazem nenhum registro de custos e retorno financeiro, e 71,44% declaram realizar anotações de custos e retorno financeiro em um caderno. Tal condição reproduz a realidade da atividade agrícola familiar brasileira, que apresenta dificuldades quanto ao uso da tecnologia ou a formação educacional de gestores com foco na administração agrícola.

Os entrevistados que declaram fazer anotações referentes aos custos e o retorno financeiro informam contabilizar o dinheiro retirado do caixa do negócio para usos pessoais, deixando até 60% do montante do caixa disponível para o negócio e os outros 40% para o uso pessoal.

Todos os entrevistados declaram considerarem a atividade da AUP desenvolvida nas propriedades como lucrativa. Também informaram que calculam o percentual de lucro a partir do que investem e do retorno que obtém. Questionados sobre a periodicidade que buscam

assistência de órgãos especializados na gestão de negócios e empreendedorismo, todos os produtores informam não buscar nenhum tipo de assistência ou suporte técnico de natureza pública ou privada.

A respeito das estratégias usadas para se evitar problemas financeiros devido à variação dos preços dos produtos no mercado, 14,28% informaram não utilizar nenhuma técnica, 14,28% declaram usar da técnica de sempre ter capital de giro, 14,28% procuram locais de melhor valor de venda dos produtos e os demais, 57,16%, informam não enfrentar nenhum tipo de problema financeiro com a atividade da AUP no município. Todos os entrevistados afirmam não pensar em deixar a atividade.

Por meio das informações colhidas no formulário é possível ter uma noção do funcionamento da AUP na cidade de Augustinópolis. Como os produtores fazem uso de suas propriedades para a produção, o que produzem, como produzem, como se organizam em termos de sistema de produção, de comercialização e de empreendedorismo. À seguir, a estas informações serão acrescidas, a análise das entrevistas, que tem por finalidade, promover um refinamento da percepção destes produtores sobre o fenômeno da AUP, especialmente durante a pandemia.

Todavia, admite-se que, embora existam diferenças quanto ao percurso de vida dos entrevistados e sob suas reais necessidades, e que a AUP possa ser a principal fonte de renda ou não para cada um deles, o fato de produzirem para o consumo e ofertarem à população de Augustinópolis-TO a um valor, muitas vezes simbólico, já conduz à ação de um pensamento coletivo, ao fornecer alimento diário e saudável, colaborando no desenvolvimento humano e social dos cidadãos, mesmo na existência de restrições de todas as ordens.

5 PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS SOBRE A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA EM AUGUSTINÓPOLIS - TO.

O uso de procedimentos mistos de coletas de dados é importante em pesquisas sociais por permitir a compreensão do fenômeno estudado a partir de prismas distintos, conforme descreve Câmara (2013). A seguir, são apresentados os dados compilados das entrevistas colhidas junto aos empreendedores da AUP de Augustinópolis-TO. As entrevistas tiveram como fundamento ampliar a percepção dos entrevistados frente a ação que executam na cidade.

Os caminhos que levam a prática da agricultura urbana entre os entrevistados no município de Augustinópolis - TO são os mais diversos. A tabela 13 apresenta os principais motivos declarados pelos entrevistados como determinantes para o início e a continuidade da prática agrícola no espaço urbano.

Tabela 13 - Motivos da escolha da AUP como empreendimento.

Categoria	Subcategoria	Quantidade
Atividade laboral	Primeira oportunidade de emprego	01
	Atividade laboral a um dos membros da família	01
Histórico familiar	Área herdada da família	03
	Área de uso comum familiar	01
Expansão da cidade	Área agrícola sobreposta à expansão urbana	01
Total		07

Fonte: Autor, 2021.

Embora sejam distintos os motivos que impulsionaram o início da prática agrícola na cidade, é importante ressaltar a prevalência de respostas relacionadas aos vínculos familiares. A constante repetição do termo “família” presente nas respostas dos entrevistados expressa tradição familiar entre eles, no sentido de haver repasse de meios e de saberes necessários à prática da agricultura, iniciados dentro ou fora da cidade.

Outros interesses peculiares são observados, também. É o caso da EAU 1 que declara ter dado início a AUP como tentativa de inclusão do marido no meio laboral. O esposo é deficiente visual. À seguir, tem-se um excerto da entrevista:

“Um dos motivos não foi nem tanto a questão de dizer, assim, o dinheiro. Foi..., foi meu marido não ficar muito parado, porque tu ver que ele é deficiente visual, então ele sente muito sozinho, parado sem fazer nada ele tava se estressando” (EAU1, 2021).

A empreendedora buscou na AUP uma saída para que o esposo pudesse trabalhar na residência, se mantendo ativo durante os momentos em que ela não estivesse em casa. A empreendedora é funcionária pública, e se encontra ausente de casa durante 8 horas. O esposo é responsável pela confecção dos canteiros, pelo plantio das sementes e pela manutenção da horta. Ressalta-se que ele faz uso de lâminas de forro PVC para a contenção dos canteiros (Figuras 12-13). Um modo peculiar que difere dos demais canteiros observados na pesquisa de campo. Dada a dedicação do esposo à AUP, foi possível fazer a ampliação do empreendimento, com a aquisição de mais um lote para extensão dos canteiros.

O EAU2 mencionou um caminho diferente. Ele declarou que o contato com a atividade agrícola no perímetro urbano do município foi a primeira oportunidade de trabalho que teve após o falecimento do chefe do seu núcleo familiar. À seguir, tem-se um trecho da entrevista:

“Rapaz, o que me levou isso aqui foi o seguinte: Quando meu vô morreu, eu acho que eu tinha, parece que..., não sei se era 17, acho que foi 17 *ano*. Meu pai... eu vim *conhecê* meu pai tem uns 5 *ano* que eu conheci ele. Não o conhecia! Ai o ... (nome omitido para preservar a identidade do indivíduo citado, vizinho do entrevistado à época) sempre mexia aqui. Ai o ... (nome omitido para preservar a identidade do indivíduo citado, vizinho do entrevistado à época) (disse): Rapaz, *vamo* morar *mais* eu... logo tu gosta daqui, criado junto com meus *minino*, vamo lá pra casa. Lá ele me pagava. Tu vai almoçar e jantar, vou te pagar *mei* salário, tá bom demais! Eu *sussegado*! Eu não pagava comida, eu tinha almoço, janta, merenda, dormida, aquela *zoadinha*... Ai comecei *mais* ele lá, ai morei *mas* ele 12 *ano*. Lá *nois* *mixia* com tomate, *nois* *mixia* com ele, tudo enquanto, que a área era bastante (grande) e *nois* era muito... Era eu e mais cinco *fi* dele *homi*, *inda* tinha dois *funcionário* que ele pagava ainda. Moço *nois* tirava lá, era da caminhonete de *tumate* toda semana, caminhonete cheia de *tumate* igual aquela do Popô pra vender!” (EAU2, 2021).

O EAU 3 considera que o seu empreendimento não surgiu necessariamente dentro do espaço urbano do município. À época em que ele adquiriu o terreno, em 1985, havia três anos em que elevaram Augustinópolis-TO à condição de município. E, conforme o interlocutor, a urbanização era incipiente, dado que sua propriedade era distante de outras moradias e vias de acesso. À seguir, tem-se um excerto da entrevista:

“Quando eu comprei isso aqui, isso era uma *capoeira* danada, tinha um poço *acula*. Feito de madeira estivada, que a água ali é rásinha, e gente carregava água, todo mundo carregava água de lá, e batia roupa lá debaixo daqueles pé de manga, e eu fui e comprei a casa, casinha veia de taipa. O frevo da cidade era prá lá, pra cá era só *capoeira*” (EAU3, 2021).

Com o passar dos anos houve a expansão do tecido urbano. Às áreas, estas passaram a ser loteadas em propriedades menores, e, ao longo dos anos, deu início ao adensamento populacional. O entrevistado afirma até ter descreditado de que o crescimento urbano pudesse alcançar a sua propriedade. À seguir, tem-se um trecho da entrevista:

“O finado (nome omitido para preservar a identidade do indivíduo citado) bem *acula*, perto da casa tinha um pau d’arco grande e aí ele me vendeu um machado da Padaria dos Costas pra eu cortar o pau d’arco, e disse: Olha EAU3 (nome omitido para preservar a identidade do indivíduo citado) se *nóis* for vivo daqui a vinte e cinco anos isso aqui vai tá no *mei* da cidade. Eu digo (EAU3): *Nunquinha!*”

Quando questionados se tinham experiência com a agricultura, todos os interlocutores afirmaram que sim. E que este conhecimento na agricultura advém de outros movimentos no campo ou na cidade. A experiência foi um fator importante para pôr em prática a AUP na cidade em estudo.

Com a intenção de melhor complementar a experiência na agricultura, os interlocutores foram questionados sobre a origem do conhecimento sobre as técnicas agrícolas para o desenvolvimento da agricultura urbana. Eis que as informações estão na tabela 14.

Tabela 14 - Origem do conhecimento para o início e a continuação da atividade agrícola urbana.

Categoria	Subcategoria	Quantidade
Histórico Familiar	Conhecimento de atividade repassado pela família	06
Emprego na atividade	Primeiro emprego na atividade	01
Total		07

Fonte: Autor, 2021.

Conforme identificado, o conhecimento das técnicas agrícolas utilizadas pelos interlocutores que exercem a AUP em Augustinópolis-TO provém, em sua maioria, de um histórico familiar de saberes da terra. Tal assertiva é muito clara na entrevista do EAU2 (2021): “*famía* mesmo, *todo mundo da roça*. Mexia com roça desde Alagoas. Ai os véi veio pra cá, compraram terras, começou a lhida no Goiás, muita chuva, terra boa, aí a gente foi trabaiaando dai em diante”.

Brito (2020) observa, também, em seu trabalho, que os agricultores urbanos e periurbanos de Araguaína (TO) demonstram fluxos de saberes do campo com a cidade. Tal fato corrobora com as colocações de Coutinho (2007) e Leff (2006). Estes autores defendem a promoção dos diálogos entre saberes rurais, da terra, comunidade e ambiente vinculados à

prática da AUP e reafirmam seu potencial de reapropriação dos espaços nos moldes da racionalidade ambiental.

A respeito do processo de repasse dos saberes do campo entre as gerações, Fideles (2020) salienta que este não ocorre apenas de forma espontânea. Os saberes fluem a partir de uma infinidade de relações entre parentes ou pessoas próximas do aprendiz, na maioria companheiros de trabalho, e, também, pela afinidade e cuidado dos envolvidos na efetivação da aprendizagem. O fluxo dos saberes, principalmente na agricultura familiar e/ou em pequenos grupos de agricultores, se dá dos indivíduos mais velhos para os mais novos, fato evidenciado, também, nesta pesquisa.

Conforme a exposição das declarações dos interlocutores é pertinente inferir que o conhecimento colocado em prática na AUP de Augustinópolis-TO é em decorrência de experiências vividas no meio familiar e/ou no campo. Sendo este campo alocado na antiga unidade federativa de Goiás, ou em outras unidades federativas, dadas as circunstâncias de caráter migratório da maioria dos interlocutores e/ou familiares, conforme será visto adiante (tabela 17).

Oliveira, Crestani e Strassburg (2014), por exemplo, informam o contexto de uso da terra na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, especialmente por imigrantes nordestinos que são pequenos agricultores, em meados de 60 e 70, de século XX: praticavam/praticam a agricultura de subsistência ou o extrativismo. Há, também, o histórico dos agropecuaristas do Centro-Sul capitalizados, beneficiados por políticas desenvolvimentistas na Amazônia Legal, no regime militar.

Para além dos conflitos socioterritoriais que permearam a microrregião no século XX, eis que, a frente democrática promoveu, por meio da formação de sindicatos e de associações, melhores condições de organização da população do campo, exaustivamente expropriada. Situação que conduziu a um melhor aproveitamento das políticas públicas para o desenvolvimento no campo conduzidas pelo governo federal, especialmente no início do século XXI (OLIVEIRA; CRESTANI; STRASSBURG, 2014).

Sob tais circunstâncias, há uma reverberação da representação da agricultura familiar no município de Augustinópolis-TO. Conforme o Censo Agropecuário (IBGE, 2017), existem 880 produtores familiares registrados no município. Todavia, Izidoro, Oliveira e Moraes (2021, p. 160) apontam as fragilidades que permeiam tal classe, quais sejam: “enfrentam dificuldades quanto ao apoio técnico, político e à participação em programas, além da falta de comunicação e orientação para aquisição de crédito para melhor atuarem em sua profissão e adquirirem insumos para o crescimento da produção”.

Sob tais dificuldades, Izidoro, Oliveira e Moraes (2021) temem que, muitos agricultores familiares veem como opção a venda de sua propriedade ao grande latifundiário. A venda implica no risco de declínio da qualidade e da quantidade de alimentos que abastece a população local, e, concomitantemente, o deslocamento para a cidade e a aglomeração de pessoas nos grandes centros urbanos (IZIDORO; OLIVEIRA; MORAES, 2021).

É importante pontuar, também, que a qualidade dos solos na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio foi um fator de atração e disputa entre os pequenos produtores e os latifundiários. Oliveira, Crestani e Strassburg (2014, p. 209), expõem que o solo do Bico do Papagaio é derivado de rocha basáltica, “terra roxa estruturada, uma das poucas áreas de solos férteis do estado”. A qualidade do solo na faixa de transição entre o Cerrado e a Amazônia, foi motivo da região ser ocupada majoritariamente pela pecuária e pela atividade agrícola menos tecnificada.

Os entrevistados, quando questionados se executam outras atividades trabalhistas além da AUP no município, a maioria respondeu ser a atividade agrícola urbana a única desempenhada, conforme a tabela 15.

Tabela 15 - Tipos de atividades desempenhadas além da produção agrícola urbana.

Categoria	Subcategoria	Quantidade
Desempenha outra atividade	Trabalhos com contratos formais	02
	Trabalhos sem contratos formais	01
Não desempenha outra atividade		04
Total		07

Fonte: Autor, 2021.

Convém ressaltar que embora nem todos façam uso da AUP como a principal atividade econômica, quando confrontados os dados financeiros obtidos por meio dos formulários desta pesquisa e os relatos das entrevistas, é notório que todos estão ativos economicamente. E, mesmo que a atividade agrícola desempenhada represente uma fonte de renda para os praticantes, fica evidente a partir dos depoimentos que o fator econômico não se sobrepõe a outros fatores como a reprodução dos saberes da terra, o histórico familiar, a atividade herdada dos ascendentes.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2007) informam que uma grande parcela dos praticantes da AUP pertencem às camadas mais

pobres da população, o que não determina a inexistência de praticantes de outras camadas sociais.

Foi questionado aos interlocutores se eles tiveram trabalho/ocupação antes de iniciar a AUP. A tabela 16 contém as informações obtidas.

Tabela 16 - Trabalho/ocupação anterior à produção agrícola dentro do espaço urbano.

Categoria	Subcategoria	Quantidade
Desempenhava outra atividade	Funcionalismo Público	01
	Empresário de outra atividade	01
	Empregado em outra atividade	01
	Estudante	01
Não desempenhava outra atividade		03
Total		07

Fonte: Autor, 2021.

A ocupação e/ou o trabalho desenvolvidos antes e durante (conforme a tabela 15) à prática da AUP no município corrobora com a ideia de que a escolha da prática agrícola na cidade é induzida por outros fatores que não seja apenas a monetária (tabela 13), ou seja, ela é heterogênea. Essa heterogeneidade é descrita por Lovo (2011) ao afirmar que a AUP é uma temática que articula-se à questões sociológicas, antropológicas, afetivas, econômicas, entre outras, que pode determinar o início ou o fim da prática, de forma individual ou coletiva, nos espaços urbanos. O que se observa, também, na tabela, é que a prática agrícola é/foi o único meio de trabalho de alguns dos entrevistados, indivíduos mais velhos e/ou com menor nível de escolaridade.

Quando observadas as fontes de rendas declaradas pelos entrevistados e a relação com outras atividades desempenhadas em conjunto com a AUP, ressalta-se a possibilidade de escolhas exercidas. A liberdade de escolha para além do acúmulo de capital, seja pela afetividade, história, identidade entre outras, observadas em parte, nos participantes desta pesquisa podem associar-se às características das liberdades propostas por Sen (2010). Nesse caso, é necessário, também, complementar que podem não serem completas as liberdades desses indivíduos, pois embora tenham a oportunidade de escolha, ainda estão à mercê de questões de cunhos sociais e políticos, como acesso aos direitos individuais e coletivos.

Aos entrevistados foi solicitado responderem se eles já haviam residido na zona rural de Augustinópolis-TO ou outros municípios. Tal informação contribui na percepção da

dimensão da migração do campo-cidade, mas também, pelo viés da migração interestadual e intramunicipal que ocorreu na Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, antes e após a instalação da Unidade da Federação Tocantins. Na tabela 17 estão expostos os dados.

Tabela 17 - Migrantes de áreas rurais de Augustinópolis-TO ou outros municípios.

Categoria	Subcategoria	Quantidade
Migrantes de áreas rurais de outros municípios.	Migrantes da região nordeste	02
Moradores de áreas rurais do município.		01
Não residiram em áreas rurais deste ou de outros municípios.	Migrantes nordestinos	03
	Natural do município	01
Total		07

Fonte: Autor, 2021.

Antes de realizar uma incursão em dados censitários da Microrregião do Bico do Papagaio, é importante salientar os antecedentes que motivaram a migração e a ocupação na referida microrregião. Para Oliveira, Crestani e Strassburg (2014), Oliveira e Strassburg (2014), Alvim, Bessa e Ferreira (2019) e Silva, Oliveira e Alves (2021) um dos principais fatores foi o deslocamento de agricultores nordestinos para a microrregião, dadas as condições de seca e de grilagem de seus Estados de origem, com o estabelecimento de roça de toco, ou como são definidos, plantios de sequeiros.

Outro fator foi induzido pelo Estado, ao promover, por meio de programas de incentivos governamentais (Polamazônia e Polocentro), na década de 70, a ampliação da fronteira agrícola, e, conseqüentemente, a modernização agrícola e a introdução de tecnologias, tomando por base e público alvo os agropecuaristas capitalizados do centro-sul brasileiro (OLIVEIRA, CRESTANI E STRASSBURG, 2014; OLIVEIRA; STRASSBURG, 2014).

Oliveira (2019) reforça que a presença de grande número de famílias de descendência nordestina no extremo norte do Estado do Tocantins se deu por meio de fluxos migratórios e políticas federais de ocupação da região. O acesso a pastagens naturais, a disponibilidade hídrica, a fertilidade dos solos e o baixo custo de terrenos rurais, foram determinantes para ocupação e o histórico de exploração agrícola da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio.

Cunha (2002), por meio de dados compilados do Censo Demográfico dos anos de 1970, 1980, 1991 e 2000, exibe a população e a taxa de crescimento (% a. a) da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, em função da migração. Tem-se que: para o ano de 1970 (87.680 habitantes), 1980 (110.142 habitantes), 1991 (141.679 habitantes) e 2000 (174.031 habitantes). À taxa de crescimento, tem-se: 70/80 (2,31), 80/91 (2,32) e 91/00 (2,31), sendo uma das mais expressivas para o norte do Estado, se posicionando após Araguaína. Conforme o censo do IBGE de 2010, a população da Microrregião foi de 196.3671 habitantes.

O autor contribui, também, com os dados da distribuição da imigração e da emigração por Microrregiões. Interessa à pesquisa os dados da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, para os seguintes intervalos de anos e suas respectivas taxas observadas, a saber: a categoria migração interestadual e subcategoria imigrantes: 70/80 (21,7); 81/91 (16,7); 91/96 (12,4); subcategoria emigrantes: 70/80 (19,50); 81/91 (18,9). Para a categoria Migração intra-estadual e subcategoria imigrantes: 70/80 (4,3); 81/91 (7,0); 91/96 (7,3); subcategoria emigrantes: 70/80 (8,7) e 81/91 (6,3) (CUNHA, 2002).

Observa-se nas análises de Cunha (2002) o deslocamento dos migrantes interestaduais segundo a área de destino, urbano e rural, para a Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio, para o seguinte intervalo de tempo: categoria urbano: 70/80 (28,0), 81/91 (44,8), 91/96 (60,6); categoria rural: 70/80 (72), 81/91 (55,2) e 91/96 (39,4).

Por meio das informações coletadas por Oliveira e Strassburg (2014) para a microrregião sob análise, em 2000, dos 174.224 mil habitantes, 63.231 estavam na zona rural, ou seja, 36% da população tocantinense. Em 2010, a população passa a ser 196.3671, e a rural, 66.516, ou seja 33,85%. Para a microrregião sob análise, houve um acréscimo da taxa de variação acumulada da população rural em 5,20% em 2010, contrapondo-se à população rural do estado do Tocantins, que foi de -1,28%. Em relação à densidade demográfica, têm-se que: para o Tocantins, nos anos de 2000 e 2010, respectivamente, 4,15 e 4,98. Para os mesmos anos, na microrregião, elas são mais elevadas, 11,05 e 12,45, respectivamente.

Para Cunha (2002), durante a década de 70, a maior parte dos imigrantes se deslocou para as áreas rurais, principalmente para as Microrregiões Geográficas do Bico do Papagaio, do Jalapão e de Dianópolis. Tais áreas eram principalmente utilizadas para a pecuária, cabendo à lavoura, menor representação. Em 1995/96, as áreas da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio alcançam 6% para atender a lavoura, se contrapondo aos 3,5% em relação à média do Estado, com maior inclinação à pecuária (CUNHA, 2002).

Adicionalmente, esta situação permanece até a primeira metade da década de 90. Dada a trajetória econômica do antigo norte goiano e a recém formação do Estado do Tocantins, a

migração no Estado tem por característica a absorção de migrantes para o trabalho agrícola volante como autônomos, ou trabalhadores por conta própria na atividade agropecuária, dada a incipiente industrialização. Assim, Cunha (2002, p. 126) aduz que: “No Bico do Papagaio, na década de 80, ainda é expressivo o número de migrantes que se ocupam como trabalhadores agrícolas volantes (13%), considerando a média (bem menor) do Estado”.

Cunha (2002, p. 126) se mantém atento ao nível educacional dos migrantes, e complementa que:

No Bico do Papagaio, por exemplo, 70% dos chefes migrantes (no período 70/80) não possuíam instrução alguma [...]. Deve-se observar, entretanto, que a primeira microrregião, mesmo tendo uma significativa redução ao longo dos anos, mantém-se ainda como a que possui maior porcentagem de chefes de família sem instrução, enquanto que para as outras microrregiões a tendência, ao longo do período 70/96, é de uma certa melhoria.

Mais recentemente, Alvim, Bessa e Ferreira (2019) procuraram compreender como se tem organizado o arranjo das relações de urbanização, de migração, da rede urbana e as funções e os papéis desempenhados pelos principais centros urbanos na história do Estado do Tocantins. Por este viés, para o ano de 2010, Augustinópolis-TO passa a ser um dos 13 municípios do Estado com população superior a 15.951 habitantes.

Conforme as informações disponíveis na Secretaria do Planejamento e Orçamento (SEPLAN-TO, 2017), a população urbana e rural de Augustinópolis-TO assim está estruturada: em 1991 (8.422/1.891 habitantes), em 2000 (10.227/2.737 habitantes), em 2010 (13.176/2.774 habitantes). E com a seguinte taxa de urbanização ao longo dos três intervalos analisados: 1991 (81,66%), 2000 (78,89%) e 2010 (82,61%).

Apenas mais dois municípios da microrregião exibem contingentes superiores, sendo Araguatins e Tocantinópolis. Em relação à análise do crescimento demográfico no intervalo de 1991 a 2000, para Augustinópolis-TO, tem-se 25,7%, e para o intervalo de 2000 a 2010, tem-se 23,8%, sendo superior nos dois intervalos em relação à Araguatins e à Tocantinópolis, tornando-se um dos oito centros com tamanho entre 15.951 e 31.329 habitantes (ALVIM; BESSA; FERREIRA, 2019).

Assim, Alvim, Bessa e Ferreira (2019) definem que sob o viés do crescimento populacional, do aumento da taxa de urbanização e do movimento migratório intermunicipal intensificam-se as atividades político-econômicas dos municípios e suas respectivas regiões. Para os autores, “tanto a dinâmica demográfica como a concentração dessas atividades promoveram alterações nos papéis desempenhados pelos centros urbanos e, conseqüentemente, reestruturações no padrão espacial da rede urbana no Tocantins” (ALVIM, BESSA, FERREIRA, 2019, p. 23).

Especialmente no setor terciário, coube à Augustinópolis-TO, o fornecimento de atividades associadas à prestação de serviços público e privado, como os serviços saúde de alta a média complexidade e, também, educacional, no sentido de atender à população local e microrregional (ALVIM; BESSA; FERREIRA, 2019). A exemplo, tem-se o Hospital Regional de Augustinópolis, que atende também outros 24 municípios.

Em relação à educação do ensino superior têm-se um câmpus da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), que funciona desde 2014, e que oferta os cursos de ciências contábeis, direito, enfermagem e no ano de 2021 foi implantado o curso de medicina.

Há, também, três instituições de ensino superior privadas, quais sejam: a Faculdade do Bico (FABIC), que funciona desde 2005, e que oferta os cursos de ciências contábeis, direito, enfermagem e gestão do agronegócio; um polo de ensino a distância da Unicesumar, que oferta cursos nas áreas de ciências biológicas e da saúde, ciências exatas, tecnológicas e agrárias, ciências humanas e sociais aplicadas, e um polo de ensino a distância da Universidade Paulista, com os cursos nas áreas de ciências biológicas e da saúde, ciências exatas, tecnológicas e agrárias, ciências humanas e sociais aplicadas.

Assim, as informações contidas na tabela 17 confirmam a importância que a migração teve para a ocupação da Microrregião Geográfica do Bico, estendendo-se à cidade de Augustinópolis, não só pelo viés interestadual (cinco pessoas), mas também, intermunicipal no Estado, e rural-urbano. Sorzano (2009) reforça, também, o vínculo da agricultura urbana e periurbana à agricultura rural por meio da transferência dos saberes da terra concretizado pelos fluxos migratórios e, consequentemente, às relações de tradição familiar.

A AUP constitui-se de potencialidades e desafios devido à sua pluralidade, refuncionalização de espaços e os elementos sociais que a compõem. Os desafios podem ser maiores ou menores a depender do local onde é praticada, do engajamento dos seus praticantes, das políticas públicas de incentivo e de manutenção, entre outros fatores. Porém, um fato de ordem sanitária se tornou comum a todos os praticantes da AUP, como para praticamente todos os outros indivíduos do planeta Terra, o conjunto de restrições e de mudanças no panorama mundial provocado pela Pandemia de Covid-19.

Com intuito de conhecer as possíveis transformações, os conflitos ou o agravamento de problemas sociais ocorridos a partir da pandemia mundial, os interlocutores foram questionados sobre os impactos por eles identificados na produção e no comércio dos produtos dos seus empreendimentos agrícolas urbanos devido à Pandemia de Covid-19. A tabela 18 apresenta a relação de possíveis impactos relatados pelos entrevistados.

Tabela 18 - Impactos da Pandemia de Covid-19 sobre a AUP na percepção dos entrevistados.

Categoria	Subcategoria	Quantidade
Dificuldades atreladas ao comércio	Suspensão do comércio na feira livre do município	01
	Dificuldade de comércio na área da propriedade	02
	Dificuldade de contato direto com clientes	01
Dificuldades atrelada à produção	Dificuldade de contratação de mão de obra	01
Não identificam impactos	Forneceram normalmente produtos aos supermercados	01
	Comercializaram os produtos entre familiares e pessoas mais próximas	01
Total		07

Fonte: Autor, 2021.

A maioria dos entrevistados declara perceber impactos nos empreendimentos decorrentes da Pandemia de Covid-19, tendo como principal motivador o distanciamento social imposto nas primeiras tentativas de contenção da propagação da doença no país. A resistência do vírus SARS-Cov-2, sua alta taxa de contágio, o grande número de hospitalizações e a letalidade registrada no início da pandemia foram os fatores que levaram a implantação de medidas restritivas no Brasil e no mundo. O distanciamento físico foi a medida mais utilizada para tentar reduzir as altas taxas de transmissão (GUAN et al., 2020).

A redução do fluxo de pessoas e as restrições de contatos físicos foram responsáveis por grandes mudanças econômicas e sociais, as quais impactaram, também, o comércio de produtos agrícolas em todo o mundo. Observou-se um conjunto de problemas que envolviam a logística de produtos agrícolas, causando o desabastecimento dos principais locais de distribuição, além de dificuldades de acesso ao consumidor final, devido ao isolamento (FURLANETO; SOARES; FURLANETO, 2020).

Furlaneto, Soares e Furlaneto (2020) observam que após as primeiras semanas da implantação das medidas restritivas no Estado de São Paulo, os grandes estabelecimentos agropecuários conseguiram retornar a um escoamento da produção de forma regular e estável, adaptando-se às novas condições impostas pela pandemia. Porém, os produtores de menor porte econômico encontraram uma série de dificuldades para a venda da produção. Segundo os autores, os pequenos produtores foram os que mais registraram perdas na arrecadação e

redução de faturamento, por não acessarem a cadeia de distribuição das grandes redes de atacado.

Fato similar é observado entre os entrevistados, quando um deles afirma não ter sofrido nenhum impacto no seu empreendimento, declarando que “Não teve não! Continuo entregando para o supermercado normalmente desde que começou” (EAU 1, 2021).

Conforme exposto na caracterização socioeconômica dos entrevistados, o EAU 1 comercializa os produtos no atacado, sendo o canal de comercialização uma rede de supermercados local. A rede de supermercados manteve as portas abertas durante toda a pandemia, com as devidas restrições e, portanto, continuou adquirindo os produtores dos fornecedores.

Cabe salientar que o poder econômico da rede de supermercados beneficiou o EAU 1 com a continuidade da compra dos produtos. Todavia, a organização do capital em torno dos interesses do grupo de supermercados apenas resvalou de forma indireta na atividade desempenhada pela entrevistada. Essa realidade foge à grande maioria dos pequenos produtores que claramente foram afetados e não conseguiram desviar dos impactos econômicos e sociais causados pela pandemia.

Impactos e dificuldades oriundos da pandemia são descritos pela maioria dos entrevistados. O excerto, a seguir, expressa os impactos sofridos pelo EAU2 (2021) “Teve! Grande demais! Porque a feira (livre municipal) fechou, passou quatro *mês*, aí a venda é só na rua, ou por telefone, e os cliente que vinha comprar aqui. Complicou bastante, passou *mês* ninguém podia vender nada na feira. Fechou e pronto, *cabou-se!*”.

Segundo o entrevistado (EAU2), as vendas tiveram uma queda de 50% durante os primeiros meses da pandemia. Observa-se que o EAU2, por meio da tabela 14, exibia como único canal de comercialização dos seus produtos, a feira livre. Outros meios foram substituídos para que o produtor não perdesse a sua produção, incluindo o uso de uma tecnologia, qual seja, o whatsapp.

Dificuldades quanto ao comércio são relatadas, também, pelos entrevistados EAU 4, EAU 5, EAU 6 ligadas ao acesso aos consumidores. O entrevistado EAU 7 afirma que o impacto sobre o seu empreendimento se deu pela dificuldade de contratação de mão de obra, conforme o excerto, a seguir: “Dificuldade que a gente teve foi a questão de mão de obra que não pode contratar, até mesmo pessoal evitou algumas situações” (EAU 7, 2021). O entrevistado informa que, o comércio dos produtos da propriedade obteve alta de preços devido a escassez de produtos agrícolas no mercado local, porém ele optou em doar a maioria dos produtos, devido às condições sociais agravadas pela pandemia.

Situação diferente é observada nas declarações do EAU3 que afirma, também, não ter sofrido impactos decorrentes da pandemia de Covid-19, declarando:

“Não atrapalhou porque, por exemplo, a mandioca eu não to tendo pra vender. *As vez* dou até de graça quando camarada diz assim: rapaz, eu queria uma mandioquinha. Eu (digo): leve de graça. E quando não, eu vendo. Eu tem pra vender, mas se não tá dando renda, eu também num tô... pra andar de bicicleta operado do jeito que eu tava, também não tava indo. E o inhamezinho eu vendi mesmo foi pros meus *minino*, pro genro. Ai não me prejudicou nada não por que eu não tava com estoque pra vender” (EAU3, 2021).

Pelas informações de cultivo coletadas na propriedade do EAU3, o produtor trabalha culturas vegetais de ciclos anuais (Tabela 08). Desse modo, no início da pandemia ele estava fechando um ciclo de cultivo para o manejo da área e o início de novo ciclo. Os ciclos de cultivo mais extensos das espécies plantadas na propriedade podem ter favorecido a mitigação de possíveis problemas decorrentes das medidas restritivas impostas a partir do início da pandemia no país.

Outra informação relevante do entrevistado é que embora a AUP seja a única atividade desenvolvida de forma comercial, ela não representa a única fonte de renda no núcleo familiar. O entrevistado é beneficiário de aposentadoria de trabalhador rural e, portanto, apresenta uma renda fixa mensal do benefício. O mesmo pode optar por ciclos mais longos e manter-se economicamente ativo por meio do salário mínimo da aposentadoria, diferente de outros produtores que têm como única fonte de renda o comércio dos produtos agrícolas (tabela 15).

Souza et al., (2021) descrevem que a crise sanitária da Covid-19 afetou desproporcionalmente as populações mais pobres, expondo a necessidade da criação de medidas coordenadas entre governos, empresas e sociedade civil para a garantia do direito à alimentação aos mais impactados.

Estão inclusas nestas ações a criação de circuitos rápidos de produção e de distribuição de alimentos, operados a partir da Agricultura Urbana e Periurbana. E, embora algumas iniciativas tenham sido executadas, o que se percebeu ao longo da pandemia é que agricultores urbanos e periurbanos tiveram que desenvolver seus próprios meios para disponibilizar alimentos no mercado, sem terem todo o seu potencial explorado (SOUZA et al., 2021).

Os produtores foram questionados sobre quais seriam as atividades desempenhadas caso não tivessem o empreendimento. O questionamento é uma tentativa de entender as

possibilidades visualizadas pelos entrevistados caso não tivessem condição de desenvolver a AUP no município.

A EUA 1 declara que é servidora pública, EUA 2 acredita que voltaria a trabalhar em um dos laticínios do município, EAU 3, EAU 4 e EAU 5 informam que caso não tivessem o empreendimento agrícola urbano estariam desenvolvendo atividades atreladas à agricultura. EAU 6 declara que outra possível atividade seria o trabalho de cozinheira e/ou doméstica e EAU 7 manteria a atividade de contador que já desempenha.

Quando comparadas as respostas com o nível de escolaridade dos entrevistados é possível mencionar que a maioria considera um ponto negativo, a pouca escolaridade para o ingresso em outros trabalhos fora da AUP. Os trabalhos vislumbrados são, na maioria, aqueles que poderiam ser desempenhados por meio de habilidades empíricas e que não demandam formação acadêmica específica. Apenas EAU1 e EAU2 apresentam atividades que exigem formação mínima.

A instrução escolar, ou a falta dela, como fatores determinantes para o acesso ou não a empregos formais e de melhor remuneração são observados por agricultores urbanos e periurbanos pesquisados por Brito (2020), na cidade de Araguaína. Quando questionados sobre possíveis empregos fora da AUP, os entrevistados daquela pesquisa listam trabalhos que necessitam de pouca instrução escolar, como as alternativas disponíveis de acordo com o grau de escolaridade do qual dispunham.

Quando interrogados sobre os desafios e as facilidades observados com a prática da AUP os entrevistados trouxeram respostas de diversas naturezas, apresentadas na tabela 19.

Tabela 19 - Facilidades e desafios do trabalho com a Agricultura Urbana e Periurbana.

Entrevistados	Facilidades	Dificuldades
EAU1	A facilidade é por que é tudo bem mais perto nessa questão de comprar as coisa é mais perto nem sempre é preciso para transporte, sabe!? A entrega das coisa, cidade pequena também é mais fácil o conhecimento com as pessoa.	
EAU2	A facilidade é muito, muito... facilidade é bom demais dentro da rua, aqui perto da rua por que o seguinte: tanto vende na feira, como o cliente vem o teu serviço comprar, entendeu? Quem já mora tipo no interior, que eu falo assim tipo no assentamento ele só vende dia de domingos, entendeu!? Ninguém vai lá comprar a verdura dele durante a semana... Que é o dia que o caminhão vai buscar eles, entendeu!? Caminhão da prefeitura, que ele vai de madrugada, ele chega 5 horas. Aqui dentro da rua todo dia tá vendendo uma coisa aqui. Todo dia, todo dia!	

EAU3		Aqui eu acho que pirou pra mim. Porque eu era mais liberto, tinha mais espaço, por exemplo... principalmente quando era a <i>chácra</i> toda, que aqui eu tinha 28 gado. Num era só meu não, era dos meus <i>fi</i> também. A dificuldade é o espaço, ficou <i>impressado</i> aqui no meio.
EAU4	Quando tinha a horta, tava dentro da cidade, pessoal comprava aqui. Pra despachar o gado e o leite também era bom quando tinha o curral, todo mundo sabia onde é. Tá perto do laticínio, pessoal pegava os gado aqui.	É bom, mas o pessoal mexe muito.
EAU5	Tem onde colocar o gadim, tirar do aperreio entre um pasto e outro. Pro leite é bom, pra entregar na casa do comprador ou no laticínio, essas coisa.	
EAU6	Aqui é bom, é tranquilo, não é quente e <i>nois</i> pode plantar e criar uns <i>porquim</i> , as galinha. Meus <i>minino</i> mexe aí, como tu vê. Num é longe igual nas roça.	Mas <i>cuma</i> tá fora da cidade e é longe pra ir lá resolver as coisa, tu sabe que eu vou <i>de a pés</i> . E outro problema aqui é por que tá perto do lixeiro, aí tem fumaça, a gente num pode beber água, tem que ir buscar na rua, a água do poço não presta.
EAU7	Eu falo direto pro pessoal, eu não troco minha morada por nenhuma outra aqui na cidade. Primeiro, minha profissão é estressante do dia-a-dia, então ali é um refúgio do descanso da mente e do corpo. O silêncio, né!? A zoada dos grilos, dos sapos, aquilo ali eu tenho como uma música no ouvido.	O manejo é pela questão grande da movimentação, então passa muita gente, carro, fica muito próximo da BR e então muitas vezes pra sair com gado tem que arrumar muitas pessoas pra poder ter esse cuidado. E por ser próximo da cidade eu tenho um grande problema com malinação.

Fonte: Autor, 2021.

Dado o processo de expansão urbana no campo, especialmente na década de 60, em função do auxílio da ciência à tecnificação e da modernização da agricultura, novos arranjos espaciais foram e estão sendo moldados na forma da cidade e do campo e nas funções entre urbano e rural (SUZUKI, 2007; BEZERRA; SILVA, 2018; SOUZA; MAIA, 2020). De modo que no campo e nas áreas periurbanas há profundas alterações, não sendo possível se trabalhar com dualidades, mas com relações, especialmente no sentido social e cultural. Hespanhol (2013, p. 105) esclarece que é possível observar no campo e na interface periurbana:

[...] maior desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações e da maior incorporação da ciência, da tecnologia e da informação em parte do setor agropecuário nacional, o espaço rural tendeu a apresentar maior complexidade e heterogeneidade em termos de sua organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes/sujeitos que o compõem.

Autores como Rua (2006) e Hespanhol (2013), definem que os espaços rural e urbano não se homogenizam, não se fundem com a expansão urbana, mas há o compartilhamento de situações específicas, contudo, sendo capazes ainda, de exibirem suas especificidades. Deste modo, Lindner (2012, p. 25) compreende as ruralidades e as urbanidades como situações que: “podem estar presentes em qualquer espaço, pois referem-se a manifestações culturais, ligadas aos modos de vida, tradições, ocupações, ou seja, elementos característicos desses espaços que ocorrem não necessariamente apenas neles”.

Sob este viés, Mendes (2021, p. 2) anuncia que as ruralidades, assim entendia no plural, abrangem os bens simbólicos e materiais, as práticas culturais reconhecidas como da zona rural e a identidade, sendo esta visualizada por meio “de migrantes rurais que buscam manter contato com o ambiente do qual são originários através das atividades que lhe são características”.

Lindner (2012), em sua pesquisa, apresenta a interferência do modo de vida rural sobre uma cidade pequena, no Rio Grande do Sul. Eis que:

As especificidades do rural, muitas vezes também podem ser percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nesses locais existe uma grande carga cultural, que pode ser traduzida através do apego às tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia. Esse conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades, que representam na concepção de Moreira e Gaviria (2002), a articulação entre as noções de rural e de identidade social (LINDNER, 2012, p. 21).

Conforme as respostas dos interlocutores, eles próprios visualizam as interfaces da urbanização nas propriedades mais afastadas da sede municipal (periurbana), por meio da existência de rodovia, da movimentação, da proximidade de laticínios e do lixão (Figura 10). Por outro lado, a cidade de Augustinópolis-TO, por meio dos produtores (tabela 14), vivenciam a prática da agricultura urbana intraurbana tendo por base os conhecimentos herdados por familiares e pela experiência no espaço rural (tabela 17). Ou seja, o que se verifica é a incorporação de elementos da sociedade urbano-industrial no espaço rural, mas, também, a incorporação do modo de vida rural nos interstícios da cidade brasileira (MENDES, 2021).

A partir dos locais onde os empreendimentos estão posicionados, seja intraurbano ou periurbano, os interlocutores conseguem expressar as facilidades e/ou os desafios. Por ora, entre aqueles que estão localizados na posição intraurbana (EAU1; EAU2; EAU3; EAU4 e EAU5, figura 8), as facilidades são visualizadas por meio da proximidade do empreendimento

ao canal de comercialização, ou seja, por meio de uma rede atacadista, o consumidor na porta e a feira livre. O fluxo de circulação das pessoas na cidade é mais intenso, e, conseqüentemente, a aquisição de produtos é mais rápida, salvo no período pandêmico. A proximidade do mercado fornecedor de insumos é, também, um elemento facilitador, não sendo necessário o deslocamento com uso de transporte.

Mesmo os empreendedores localizados na porção periurbana (EAU6 e EAU7) relatam os benefícios do local, quais sejam, o conforto térmico, acústico e as ótimas condições de manejo da produção.

No que se refere às dificuldades percebidas pelos entrevistados estas estão relacionadas ao espaço reduzido em comparação às propriedades rurais que apresentam em sua maioria maior área de extensão territorial, conforme EAU3, segurança das propriedades, conforme relatos dos EAU4 e EAU7, e a dificuldades quanto à localização da propriedade, de EAU6. Essa última dificuldade apontada se dá pela proximidade da propriedade com a área do lixão do município de Augustinópolis – TO. A propriedade está a aproximadamente trezentos metros de distância, em linha reta, da área do lixão.

Observa-se um enorme contraste pela existência do lixão localizado tão próximo da área urbana do município e de propriedades agrícolas, como é o caso do EAU6. E mesmo próximas, estas propriedades não desfrutam de acesso à coleta de lixo e de outros serviços do saneamento básico. Devidos às questões que envolvem o lixão e a sua proximidade com a área urbana e, conseqüentemente, áreas onde são praticadas a AUP, inclui-se uma breve abordagem sobre a situação do lixão no município.

A gestão de resíduos sólidos urbanos é um problema para a maioria dos municípios brasileiros, gerando impactos ambientais, econômicos e sociais, conforme descritos por Siqueira e Moraes (2009). Não obstante a isso, o município de Augustinópolis - TO apresenta, também, problemas referentes à gestão dos resíduos sólidos urbanos, tendo como local de destinação um lixão que está localizado a menos de 1 km do perímetro urbano do município (Figura 29).

O lixão do município funciona desde 1982, e tem uma área de aproximadamente 2.5874 m² utilizada para o acúmulo dos resíduos sólidos do município. A área (Figura 30) está localizada às margens da rodovia estadual TO-201 e não possui demarcações de perímetro, possibilitando a entrada de pessoas e animais, aumentando a propagação de contaminações pelos diversos meios que essa condições possibilitam (LEAL, 2018).

Figura 29 - Localização do lixão do município de Augustinópolis - TO.



Fonte: Leal (2018).

Figura 30 - Lixão do município de Augustinópolis - TO, às margens da rodovia estadual TO-201. Entrada do lixão.



Fonte: Autor, 2021.

O aumento populacional e o avanço do perímetro urbano aumentaram a produção de resíduos sólidos urbanos no município e, conseqüentemente, os riscos à saúde e ao meio ambiente provocados pelo lixão a céu aberto (LEAL, 2018). A Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010) propôs a eliminação dos lixões brasileiros até o ano de 2014, porém, muitos municípios brasileiros não conseguiram atender as recomendações do plano, a exemplo de Augustinópolis – TO, que foi beneficiado pelas prorrogações desse prazo para o ano 2018, e depois para o ano de 2021.

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Tocantins (TOCANTINS, 2017) faz menção à implantação de obras de um aterro sanitário do município Augustinópolis - TO como parte das ações para o cumprimento das disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Quando finalizado, o aterro teria uma área total de 80.000 m² (oitenta mil metros quadrados) destinados ao manejo e à correta acomodação de lixo domiciliar e hospitalar. A previsão de entrega das obras era o ano de 2014, porém, até o término desta pesquisa, as obras não foram finalizadas e partes das estruturas instaladas estão deterioradas pela ação do tempo (Figuras 31-32).

Figura 31 - Célula de aterro sanitário de Augustinópolis-TO deteriorada pelo tempo. Material de impermeabilização do solo (plástico escuro) com perda total.



Fonte: Autor, 2021.

Figura 32 - Célula de aterro sanitário de Augustinópolis-TO inundada e parte da proteção do solo deteriorada.



Fonte: Autor, 2021.

Conforme Moraes (2017), no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins publicado no ano de 2015, dos 139 municípios do Estado, somente três dispunham de aterros sanitários para a destinação final dos resíduos sólidos urbanos, estando localizados nas três maiores cidades tocantinenses, quais sejam: Palmas, Gurupi e Araguaína. Outros sete municípios do Estado dispunham de aterros controlados e os demais destinavam os resíduos sólidos urbanos para lixões a céu aberto.

Foi aventado a proposta de formação de um consórcio intermunicipal entre Augustinópolis-TO e os municípios circunvizinhos, com intuito de dividir e otimizar os custos do aterro sanitário. Essa proposta foi registrada no Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins do ano de 2015, mas até o momento da conclusão desta pesquisa nem o aterro sanitário tão pouco o consórcio efetivaram-se.

O Estado do Tocantins publicou novo Plano Estadual de Resíduos Sólidos no ano de 2019 (TOCANTINS, 2019), mas nele não consta a atualização do quantitativo de lixões e de aterros controlados existentes no Estado. A problemática da destinação dos resíduos sólidos urbanos continua ativa em Augustinópolis-TO.

Os produtos gerados do lixão influenciam diretamente na qualidade do solo, das águas e na saúde dos produtores agrícolas urbanos localizados em torno dele. Leal (2018) descreve alterações do potencial hidrogeniônico do solo, além do registro de contaminação por metais

pesados e outras substâncias que, ao longo do tempo acumulam-se e podem ser altamente nocivas aos seres vivos. Portanto, além de não ocorrer a coleta e o tratamento de esgoto em toda a cidade, a destinação dos resíduos sólidos é outro problema a ser resolvido.

Os empreendedores foram questionados se os produtos por eles produzidos e comercializados são, também, inclusos na alimentação da família. Todos os entrevistados afirmaram que consomem seus produtos na alimentação familiar, considerando que os mesmos contribuem para uma alimentação mais saudável.

A alimentação saudável é atribuída por alguns dos empreendedores (EAU1, EAU2, EAU3, EAU7) pela ausência de agrotóxicos; pela higiene, conforme EAU4; e o fato do produto não ser industrializado, ser rico em nutrientes, de acordo com EAU5 e EAU6. Não é possível mensurar, a partir dos relatos, o potencial nutritivo dos alimentos produzidos e consumidos, sendo necessário estudos específicos. Porém, quando observadas as técnicas de manejo já apresentadas nessa pesquisa, fica evidente que a atividade agrícola é de baixo impacto ambiental, pela ausência de insumos sintéticos, sendo um fator que contribui na produção de alimentos saudáveis.

Aos interlocutores foi questionado sobre as conquistas pessoais ou de algum membro da família adquirido por meio da AUP. As respostas estão na tabela 20.

Tabela 20 - Conquistas pessoais ou de familiares alcançadas a partir de AUP.

Categoria	Quantidade
Aquisição de imóveis	02
Construção da casa própria	01
Sustento e manutenção dos custos financeiros dos estudos de familiares	02
Conquista e manutenção de bens materiais	01
Conquista de uma área para continuidade da atividade da AUP	01
Total	07

Fonte: Autor, 2021.

Os entrevistados observam que os empreendimentos da AUP contribuem ativamente na promoção da melhoria da qualidade da própria vida e na vida de familiares. À seguir, um excerto da entrevista: “A casa. Pra mim é que o homem tem que ter. Pra mim, o ser humano é uma casa com conforto. E essa casa todo dinheiro daqui! Foi só vendendo cheiro-verde e alface, couve, pepino, essa coisa tudo, salsinha” (EAU2, 2021). Um segundo interlocutor expõe: “O gadim que tinha aqui, como eu disse que não que não era todo meu, foi vendido pra ajudar a comprar a casa lá que minha *fia* comprou, depois passou pro meu *fi*” (EAU3, 2021).

Na sequência, foi questionado quais as melhorias na qualidade de vida ou bem-estar estariam associados ao empreendimento da AUP (tabela 21).

Tabela 21 - Melhorias na qualidade de vida ou bem-estar associados à Agricultura Urbana e Periurbana.

Entrevistado	Melhorias
EAU1	É o que faz com que meu marido tenha uma atividade. E ajudou na questão do... de comprar alimentos...por que antes eu comprova muito fiado a questão de a... todo mês pagando fiado no comércio e agora não, compro tudo a dinheiro com o que ajuda da horta.
EAU2	Graças a Deus melhorou muito! Melhorou o financeiro, o jeito de trabalhar entendeu!? Mais sossegado, tenho meu horário de serviço, sei a hora de... das coisa tudo certinho! Melhorou no conforto! Casa confortável, toda forradinha! Olha, você deitar <i>sussegado</i> , naquela casa friinha, igual tá ai... Moço, eu acho bom demais!
EAU3	<i>Milhorou</i> numas coisas... eu lá eu vivia mais liberto, por que o Estado de Alagoas são cento e três cidade, e eu rodava tudo, vendia de feira em feira. Mas aqui ficou mais <i>sussegado</i> , não tinha que rodar tanto eu pude trabalhar mais <i>sussegado</i> , mais perto de casa, e construir minhas coisas.
EAU4	Teve sim. <i>Dim</i> (avô paterno) juntou as coisa aqui também. As casa, o carrim da Dinha (avó materna), e ajudava os <i>fi</i> tudo e tu sabe que é muito.
EAU5	De quando <i>nois chegamo</i> aqui sim. Era tudo mais atrasado. Andava de bicicleta, muita lama. Agora tem moto, um <i>carrim</i> pra trabalhar. Melhorou, juntou umas coisinha, todo mundo tem sua vida.
EAU6	Aqui é bom, é sossegado. Meus <i>fi</i> já tiraram daqui. Cria um <i>porquim</i> , planta um feijãozinho, até as outras coisas, os quiabo, dá pra vender. Então melhora minha vida e a dos meus <i>fi</i> .
EAU7	Então, assim... o bem estar que eu considero, tanto que hoje meus meninos, minha esposa acostuma tanto ali que quando a gente chega na rua, na mesma hora quer voltar. Então, digamos assim, a tranquilidade, o ar puro, o ambiente mais fresco, mais frio né!? Um produto, você quer comer uma fruta ta ali no pé, trás um benefício alimentar, mental, do corpo, que me ajudou muito nesse período.

Fonte: Autor, 2021.

Zachow e Plein (2018) observam que a qualidade de vida envolve, também, o desenvolvimento e a liberdade, recomendando que quando evidenciados esses elementos em prática agrícolas familiares, o mais sensato é promover a autonomia dos praticantes. Por meio dos trechos das entrevistas contidos na tabela 21, é possível visualizar o impacto que a AUP exerce sobre cada um dos empreendedores. Ela está para além do monetário, que desencadeia a aquisição de bens e serviços. Está no cuidado com o outro, com a melhoria na alimentação, com a organização do trabalho laboral, com a proximidade de casa e com a qualidade do local onde se reside.

A proposta da autonomia dos praticantes da AUP por meio de ações conjuntas entre o Estado e a sociedade civil trilha o caminho proposto por Sen (2010) que visa sobrepor liberdades ao acúmulo de bens e de riqueza. Para o autor, a emancipação do indivíduo é mais importante do que qualquer concentração financeira que o mesmo possa ter, de modo que a economia seja apenas uma de suas liberdades, e não a única que se possa desfrutar.

Todavia, Brito (2020) alerta que, as necessidades e os consequentes feitos do indivíduo para supri-las nem sempre podem estar ligadas ao bem-estar dele(a). Muitas vezes, as conquistas demandam grande esforço e podem ser desfrutadas somente por terceiros. A exemplo, considera-se um produtor que trabalha em condições precárias para conseguir uma conquista direcionada ao filho. E quando as conquistas traduzem-se em conforto, é difícil utilizá-la como um indicador de bem-estar, visto a dificuldade de mensuração dos elementos que o compõem.

Em termos de projeção sobre a continuidade da AUP, foi questionado aos empreendedores se os seus descendentes desejam permanecer com a atividade. As respostas estão contidas na tabela 22.

Tabela 22 - Continuação da AUP pelos descendentes dos empreendedores.

Categoria	Subcategoria	Quantidade
Apresentam dúvidas quanto ao desejo dos descendentes na continuidade do empreendimento	Os descendentes estudam para desenvolver outras atividades	02
	Os descendentes já desempenham outras atividades	01
	Não consegue opinar	01
Não possuem ou não conhecem os descendentes		02
Acreditam que os descendentes irão assumir a atividade		01
Total		07

Fonte: Autor, 2021.

Conforme disponível na tabela 22, apenas um empreendedor acredita que o(a) descendente será capaz de levar adiante a AUP. Com exceção daqueles que não têm descendentes, a projeção se torna mais difícil, por meio de diferentes variáveis, a exemplo da ocupação laboral já existente ou por serem crianças e/ou adolescentes em fase de estudo.

Os empreendedores foram questionados se desejariam parar com a AUP. Todos foram categóricos em afirmar que não desejam parar com a atividade. Os motivos declarados como desejo de continuar são apresentados na tabela 23.

Tabela 23 - Motivações para dar continuidade à AUP em Augustinópolis - TO.

Entrevistado	Motivos
EAU1	Desejo de continuar pelo meu marido.
EAU2	Isso aqui... eu não me vejo de jeito nenhum vendendo isso aqui! De jeito nenhum! Continuar até o resto da minha vida.
EAU3	Não (desejo parar com a atividade). Esse ano passado... ano <i>trasado</i> , suspendi... tirei aquela telha francesa, suspendi a casa, forrei uns dois quartinho. Esse ano fazendo a ideia pra ver se aumento aqui... já com oitenta e um ano mas eu num sei, quem sabe se Deus me dá mais 10 ano pra frente eu vivo mais <i>sussegado</i> . Sempre aqui na chacinha, plantando... E quem quiser fazer uma casinha, tá aí é nossa.
EAU4	Eu acho bom cuidar do gado, a <i>lhida</i> . Estudei um pouco, mas gosto mesmo é daqui. Então acho que vou tocar a <i>lhida</i> , arrumar um <i>pedacim</i> terra pra mim.
EAU5	Não (desejo parar com a atividade) por que é o meu trabalho, o que aprendi. A gente sempre mexeu com roça. Estudou um <i>poquim</i> , mas sempre mexe com roça.
EAU6	Não (desejo parar com a atividade) meu <i>fi</i> . Eu acho é bom isso aqui. Meus filhos que vem trabalhar aqui. Tem uma casinha boa, e é meu <i>sussego</i> também.
EAU7	Toda vez quando a gente planta algum produto, aí quando a gente começa a somar os custos, né!? Ai você fala: não, não compensa é melhor comprar. Só que quando você vê o benefício né!? Ai a gente desiste. Todo ano a gente quer plantar, já chega o pessoal da família, tal mês a gente já tem milho. Então assim, acaba tendo aqui ali dando um eco e aí você não pensa em parar.

Fonte: Autor, 2021.

Conforme as respostas apresentadas pelos interlocutores, observa-se que há o sentimento de pertencimento ao local, o fortalecimento de laços familiares e os vínculos territoriais. Ressalta-se que, conforme a tabela 14, três empreendedores dependem exclusivamente da AUP como fonte de trabalho e de renda.

Sob este viés, é importante que os gestores de Augustinópolis-TO, por meio das diferentes secretarias, ao ter consciência da importância da prática da AUP como alternativa de melhoria da qualidade de vida dos moradores envolvidos na atividade, por meio da geração de emprego, de renda, de inclusão social e de segurança alimentar tomem iniciativas em prol de melhores benefícios e visibilidade aos sujeitos da pesquisa, mas, também, a outros que, por ventura, tenham tal iniciativa.

Um exemplo desta visibilidade e importância da AUP está contida no Plano Municipal de Desenvolvimento da Agricultura Urbana de Fortaleza – CE, que propõe articular esses atributos em um projeto de governo para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes (MARQUES; GOMES, 2020).

Quando questionados sobre o investimento necessário para o início de uma atividade econômica na AUP, nos moldes em que eles praticam, todos os entrevistados afirmam que é necessário um alto investimento. Neste volume de investimentos está a aquisição do espaço, que é aquele que demanda mais recursos, conforme as respostas dos entrevistados. Em seguida, tem-se a organização da infraestrutura (cercas, irrigação, montagem de estufas, sombrites, telados, contenção do solo, etc).

Vencidas todas essas etapas, a aquisição de insumos, implementos, ferramentas, sementes, mudas, entre outros, além da logística de transporte e continuidade dos ciclos também correspondem a gastos iniciais e contínuos. De acordo com a tabela 07, todos os empreendedores são proprietários dos estabelecimentos onde a AUP é executada, seja por meio da compra da área ou por aquisição via herança familiar.

Na tabela 09, nota-se que os empreendedores fazem pouco uso de tecnologias que os auxiliam no manejo dos cultivos e/ou na criação de animais, o que pode reverberar na produtividade dos alimentos. Não há, por exemplo, auxílio de técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, Produção e Desenvolvimento Rural no manejo e análise dos solos.

Os empreendedores não fazem o uso de estufas, para a produção de mudas, nem um sistema de proteção das hortaliças no período de estiagem e/ou de chuva. É provável que tais investimentos, tenham um custo relativamente elevado, se partirem unicamente da renda obtida da AUP, que varia entre um a dois salários mínimos, conforme a tabela 03. Aqui, há de se atentar, pois, três dos sete entrevistados têm como única fonte de renda a AUP. E esta renda necessita ser distribuída para atender outras necessidades do empreendedor que não seja o investimento na AUP, como o lazer, as vestimentas, a complementação alimentar, a saúde, etc.

Salienta-se que um outro fator de tensão estipulado pela literatura (PEREIRA; CARNEIRO; OLIVEIRA, 2019; FOLHES et al., 2021) sobre a expansão da AUP é a concorrência por espaço de produção, ou seja, dado a urbanização que ocorre nas cidades, há a especulação imobiliária, de modo que a última sobrepõe a primeira, substituindo as plantações por edificações, incapacitando os ciclos produtivos.

Assim, a pesquisa sobre a AUP claramente apresenta atributos de desenvolvimento dos atores sociais ligados à prática executada em Augustinópolis-TO. Contudo, os atributos de desenvolvimento social promovidos pela AUP não excluem totalmente as formas de

privações a que os produtores estão submetidos. Para o desenvolvimento completo dos indivíduos, Sen (2010) propõe a remoção das fontes de privação de liberdades. Neste caso, a AUP se apresenta como mais uma via disponível para a expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, podendo estar associada a outras ferramentas e ações do Estado e da sociedade civil com vistas ao desenvolvimento humano e social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela proposta que se seguiu a esta pesquisa, com ênfase à AUP, têm-se que os empreendimentos particulares analisados atendem aos cultivos de ciclo curto e anual e de criação de animais em pequenas áreas, especializados na área intraurbana e periurbana da cidade de Augustinópolis. A produção tem como destino prioritário a venda, mas há o autoconsumo.

Todavia, um rápido movimento de prospecção intraurbana e periurbana em Augustinópolis permite verificar que outras tipologias de AUP são comuns, como a presença de hortas escolares e o uso de quintais e de alpendres para o plantio de cultivares de ciclo rápido e plantas medicinais destinados ao autoconsumo.

Face às indagações que orientaram a pesquisa, no sentido de se compreender a dinâmica da AUP pelo viés dos(as) atores(as) que a executam e pelo uso do referencial teórico-conceitual que a embasa, tem-se que há estreita ligação entre o conteúdo rural e urbano, tendo em vista as técnicas agrícolas e as culturas do campo que são reproduzidas na cidade, motivo pelo qual são facilmente observadas nas características de manejo dos Empreendimentos Agrícolas Urbanos (EAU) desta pesquisa, bem como nos demais estabelecimentos de AUP da cidade de Augustinópolis. Todavia, nenhum deles se caracterizam como produtores de *commodities*.

É possível observar entre os entrevistados que a opção pela prática da AUP na cidade se dá, em sua maioria, pelo desejo de manutenção de tradições familiares ligadas ao campo e à reedição de memórias rurais, bem como pelos atributos de inclusão social dos indivíduos e das famílias envolvidas na prática. Embora a renda seja fruto de desejo dos entrevistados, observa-se que ela não é o fator prevalente na atividade, e que os praticantes da AUP participantes dessa pesquisa demonstram vínculos afetivos de pertencimento à terra, à prática e aos saberes necessários ao manuseio desta.

Atributos de desenvolvimento humano e social podem ser observados na oportunidade de escolhas que os entrevistados declaram exercer sobre a prática, ou não, da atividade. Embora para a maioria dos entrevistados a principal fonte de renda familiar não seja de origem da AUP, por possuírem outra fonte de renda, a AUP torna-se um complemento, mas, também, proporciona segurança alimentar e nutricional, cuidado com a saúde, por meio de fins terapêuticos, e reproduz aspectos culturais do homem do campo a partir de novos caminhos no urbanismo agrário. Os valores culturais atribuídos pelos entrevistados à prática

agrícola dentro da cidade são, também, reflexos da própria identidade territorial da Microrregião Geográfica do Bico do Papagaio e do sentimento de pertencimento dos produtores aos lugares de vivências.

Sob a ótica das liberdades, benefícios são gerados pela prática da AUP aos seus praticantes, e neste caso, impactos sociais positivos são observados na cidade, quais sejam: trabalho, renda, alimentação saudável, inclusão social. Constata-se que a AUP induz o estabelecimento da prática laboral, que absorve os migrantes do campo ou citadinos desempregados ou sem opções de trabalho. Entre os agricultores urbanos entrevistados, a prática agrícola representa uma oportunidade de emprego e geração de renda aos menos escolarizados, uma atividade laboral e terapêutica aos agricultores com idades mais avançadas e/ou com deficiências, e a todos a autoafirmação e a identidade. Para os mais vulneráveis economicamente, a AUP possibilita o acesso a alimentos frescos e diversificados por meio da autoprodução, e promove a economia de recursos financeiros para aquisição de outros produtos, bens e serviços.

Os canais de comercialização dos produtos ocorrem pela venda na propriedade, na feira livre e rede de mercados, na cidade. Por meio desse circuito curto há o abastecimento do comércio local. Deste modo a AUP apresenta-se como alternativa ao abastecimento urbano de alimentos frescos e não industrializados, assegurando alimentação às famílias dos produtores e outros indivíduos residentes na cidade. No caso dos cultivos, o modelo de produção, a partir de técnicas agroecológicas, com produção diversificada em pequenas áreas, sem uso de agrotóxicos, resulta em alimentos mais saudáveis disponibilizados no mercado de Augustinópolis-TO. O modelo fortalece, também, a economia popular e a preservação de costumes e tradições regionais, além de proporcionar impactos positivos à saúde, ao meio ambiente e à sociedade.

De posse das entrevistas dos produtores, constata-se que a percepção deles sobre as conquistas pessoais e/ou familiares provenientes da AUP se distribuem pela aquisição de imóveis, construção da casa própria, auxílio financeiro aos estudos de familiares, aquisição de outros bens e investimento para a expansão da própria atividade da AUP.

Por outro lado, a percepção sobre melhorias na qualidade de vida ou bem-estar estão atrelados à produção e à manutenção dos cultivos e criações como um trabalho terapêutico às pessoas com deficiência, disponibilidade de alimentos saudáveis para o autoconsumo, maior independência financeira e menor dependência de mercado para a alimentação, possibilidade de um trabalho independente, que permite o planejamento e a organização das horas a serem trabalhadas diariamente, proximidade da moradia e o lugar de trabalho, aquisição de bens

como casa, carro e moto, tornando a vida mais confortável, possibilidade de ajudar financeiramente familiares, e, no caso das propriedades localizadas em áreas periurbanas, se expressa a tranquilidade do lugar, a disponibilidade de alimentos frescos e o microclima agradável.

A AUP representa, também, um ativo ambiental dentro da cidade, ressignificando espaços ociosos para o uso em atividades de baixa emissão de carbono, de manejo agroecológico e de resiliência dos espaços verdes produtivos. A correta ordenação dos espaços urbanos em função da sustentabilidade ambiental das cidades pode mitigar impactos ambientais e sociais a longo prazo, mesmo em face à intensa pressão por edificação e especulação imobiliária dos lotes urbanos, fatos observados nesta pesquisa.

Apesar das vantagens deste segmento agrícola, a atuação em áreas urbanas representa um grande desafio quanto ao seu desenvolvimento e permanência em Augustinópolis-TO. Os agricultores urbanos e periurbanos estão sob constante pressão da ocupação e da especulação dos lotes urbanos, além de enfrentarem problemas de ordem sanitária e de infraestrutura na cidade, a exemplo da ausência de coleta e tratamento de esgoto, da proximidade do lixão com a propriedade, de ausência de pavimentação nas ruas, de segurança pública, ausência de política específica, entre outros.

Constatou-se que todos os empreendedores agrícolas urbanos e periurbanos participantes desta pesquisa desenvolvem suas atividades sem nenhum tipo de formalização, registro ou acompanhamento de órgãos públicos de Augustinópolis-TO. Informalizada pelo poder público, a Agricultura Urbana e Periurbana no município não dispõe de nenhum tipo de programa ou política pública de monitoramento, acompanhamento ou de fortalecimento dessa atividade, mesmo com a relevância e benefícios sociais, econômicos e ambientais que proporciona.

A ausência de política pública que contemple a atividade no município traduz-se na ausência de assistência técnica especializada nas propriedades. Tal fato pode contribuir para atuações insuficientes referentes ao manejo da produção, da expansão dos negócios e do correto uso dos recursos naturais disponíveis. O atendimento das demandas de acompanhamento e capacitações dos produtores para o melhor gerenciamento dos negócios são extensamente descritas na literatura como fatores que contribuem na qualidade e expansão da atividade, bem como fortalecem os benefícios sociais e ambientais resultantes dela.

A ausência de políticas públicas específicas para a atividade e a concatenação com outras políticas e programas ligados à saúde, à economia, à infraestrutura, à assistência social e ao meio ambiente pode vulnerabilizar o setor. Durante a pandemia, a AUP de

Augustinópolis-TO (assim como diversos outros setores, em diversas localidades do mundo), devido à informalidade, não foi contemplada pelas políticas emergenciais disponibilizadas a vários setores da economia.

Um dos canais de comercialização, a feira livre, se manteve fechada durante a pandemia, de modo que, os produtores dependentes daquele espaço tiveram redução drástica no faturamento do comércio dos seus produtos, enquanto itens como a cesta básica, o aluguel e o combustível sofreram aumentos expressivos.

Com o poder de compra fragilizado e a necessidade de comercializar os produtos agrícolas dentro da cidade para a obtenção de renda, os produtores permaneceram em posição vulnerável diante da necessidade de se exporem ao vírus da Covid-19, na tentativa de comercializarem seus produtos ou ficar em casa, e submeterem-se às incertezas econômicas e até mesmo o risco de passarem fome em decorrência das restrições de trabalho causadas pela pandemia.

A partir da reabertura do comércio e do relaxamento das restrições de trânsito e reunião de pessoas, os produtores agrícolas urbanos e periurbanos passaram a acessar, com mais eficiência, os canais de comercialização dos produtos, quais sejam, a venda na propriedade, na feira livre e na rede de mercados, respeitando as regras e as orientações de saúde. No Brasil e no mundo, devido à crise econômica gerada pela pandemia de Covid-19, diversos projetos de assistência financeira e administrativa foram disponibilizados a vários grupos para a reestruturação de empreendimentos, porém nenhum dos entrevistados nesta pesquisa tiveram acesso a essa assistência. Pela informalidade, políticas de assistência, de crédito e de expansão não foram registradas nas propriedades dos entrevistados.

O desejo de continuidade na atividade agrícola urbana e periurbana manifestado por todos os entrevistados dessa pesquisa, aliados à experiência e aos saberes populares se mantiveram ativos, independente das dificuldades precedentes à crise sanitária. Todavia, foi reduzida pelo agravamento da Covid-19. Nota-se que os produtores investiram na manutenção, na especialização e na expansão da atividade dentro da cidade, para geração de renda e de atributos de melhoria de qualidade de vida.

A AUP, em Augustinópolis-TO, desenvolve-se de forma sustentável a partir do potencial multifuncional que apresenta. A manutenção e a expansão da atividade podem contribuir para o desenvolvimento de uma cidade inclusiva, produtiva e ambientalmente saudável, além da valorização histórico-cultural e dos lugares de vivências.

Nesse caso, é necessário ressaltar que a AUP é uma, dentre tantas ferramentas existentes, para um projeto de desenvolvimento social e humano nas cidades, sendo

necessário sua integração com as diferentes secretarias municipais na intenção de promover políticas intersetoriais no sentido de melhor alcançar o desenvolvimento mencionado. Por fim, ainda que a AUP seja visível na cidade, a pesquisa procurou dar visibilidade aos produtores e, também, aos efeitos decorrentes da prática agrícola em si, no sentido de exibir as dimensões alcançadas pelos empreendedores e os benefícios conduzidos aos cidadãos augustinopolinos.

REFERÊNCIAS

- ADAM, M. G. **Definitions and boundaries of the periurban interface – patterns in the paper**. IBSRAM International Workshop on Urban and Peri Urban Agriculture, Accra, Aug., 1999.
- AGÊNCIA SENADO. **CMA aprova projeto que institui Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. AGÊNCIA SENADO. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/cma-aprova-projeto-que-institui-politica-nacional-de-agricultura-urbana-e-periurbana>. Acesso em 17, dez. 2021.
- AKAEZE, Onyekachukwu; NANDWANI, Dilip. Urban agriculture in Asia to meet the food production challenges of urbanization: A review. **Urban Agriculture & Regional Food Systems**, v. 5, n. 1, p. e20002, 2020.
- ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de; COSTA, Heloisa Soares de Moura. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. **Comunicação apresentada in III Seminário Nacional sobre o tratamento de áreas de preservação permanente em meio urbano e restrições ambientais ao parcelamento do solo, UFPA**, v. 10, p. 13, 2014.
- ALMEIDA, Rutileia Lima. **A formação regional do Bico do Papagaio: regionalização e polarização**. 2010. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Goiás. Goiânia. p.125. 2010.
- ALONSO, Nerea Morán; HERNÁNDEZ, Agustín Aja. Historia de los huertos urbanos. De los huertos para pobres a los programas de agricultura urbana ecológica. 2011. In: **I Congreso Estatal de Agricultura Ecológica Urbana y Periurbana**. Biblioteca Universitaria Politécnica de Madrid. Elche, España. Disponível em: <https://oa.upm.es/12201/>. Acesso em: 17 de jul. de 2021.
- ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. **Brasília: CDS/UnB**, p. 1-23, 2007.
- ALVES, Clovis Tadeu; TEDESCO, João Carlos. A revolução verde e a modernização agrícola na mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul–1960/1970. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 21, n. 45, 2015.
- ALVES, Deise de Oliveira; OLIVEIRA, Letícia de. Integrando a agricultura urbana e periurbana em políticas de planejamento urbano. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 10, p. 1284-1300, 2020.
- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute. A relação campo-cidade e suas leituras no espaço. **Esp. Geografia Agrária**, p. 33-41, 2013.
- ALVES, Henrique Freitas. Reflexões por uma segurança alimentar pós pandemia. **Ensaio de Geografia**, v. 5, n. 10, p. 44-49. 2020.

ALVIM, Ana Márcia Moreira; BESSA, Kelly; FERREIRA, Guilherme Luiz Lopes. Urbanização, migração e rede urbana no Tocantins: concentração de atividades político-econômicas e redefinição dos papéis dos principais centros urbanos. **Boletim de Geografia**, v. 37, n. 1, p. 13-31, 2019.

ANJOS, Flávio Sacco dos; BECKER, Cláudio. Agricultura familiar e mercados institucionais: o desenvolvimento como liberdade. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 107-118, 2014.

AQUINO, Adriana Maria de; MONTEIRO, Denis. Agricultura urbana. In: Aquino, Adriana Maria de; Assis, Renato Linhares. **Agroecologia, Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. Brasília: Embrapa, p. 186-198, 2005.

AQUINO, Adriana Maria; ASSIS, Renato Linhares. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. **Revista Ambiente & Sociedade. Campinas v. X nº 1. p.137-150, jan/jun. 2007**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v10n1/v10n1a09.pdf>. Acesso em: 21 de jul. de 2021.

ARAUJO, Antonio Melquides Almeida de et al. PRODUÇÃO DE HORTALIÇAS: CULTIVO E GESTÃO FINANCEIRA DOS PRODUTORES DA HORTA COMUNITÁRIA DE ARAGUATINS. In: **8ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO**. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 229 p. 2016.

BARTHEL, Stephan; ISENDAHL, Christian. Urban gardens, agriculture, and water management: Sources of resilience for long-term food security in cities. **Ecological economics**, v. 86, p. 224-234, 2013.

BATISTA, Marcos. A evolução da economia: uma abordagem histórica sobre os principais modelos, teorias e pensadores. **Revista Uniaraguaia**, v. 2, n. 2, p. 286-302, 2012.

BECKER, Bertha K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. **Fronteiras. Brasília: Editora UnB**, p. 60-89, 1988.

BELTRAN, J. **Hacia un imaginario de desarrollo sostenible**. En: A la búsqueda de ciudades sostenibles. Seminario especializado. Memorias. II Encuentro Internacional Habitat-Colombia. Pereira 20-24 de septiembre, 1994. Editorial Guadalupe Ltda. Bogotá. 369 p. 1995.

BETTIOL, Wagner; GHINI, Raquel. Proteção de plantas em sistemas agrícolas alternativos. **Embrapa Meio Ambiente-Capítulo em livro científico (ALICE)**, 2003.

BEZERRA, Josue Alencar; SILVA, Cicero Nilton Moreira. Entre o rural e o urbano interiorizado. **Mercator (Fortaleza)**, v. 17, 2018.

BIAZOTI, André Ruoppolo. **Engajamento político na agricultura urbana: a potência de agir nas hortas comunitárias de São Paulo**. Dissertação da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2020. 255 p.

BOHN, Liana. Celso Furtado: da história, através da economia, para a história. **Textos de Economia**, v. 23, n. 2, p. 1-22, 2020.

BORGES, Anelise Miritz et al. Agricultura familiar e a conservação da saúde humana e ambiental. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 69, p. 326-334, 2016.

BOUKHARAEVA, Louiza Mansourovna et al. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 2, p. 413-425, 2005.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. 2020a. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em: 09 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, p. 6-6, 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001: Estatuto da Cidade**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 17 jul de 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de Junho de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nºs 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nºs 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2011. Diário Oficial da União, Edição Extra, Seção 1, p. 4-16. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. **Relatório de Informações Sociais Bolsa Família e Cadastro Único**. Brasília; 2020b. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/>>. Acesso em: 17 set. 2020.

BRASIL. **Portaria Nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Edição 29, Seção 1, p. 64, 2018.

BRITO, Aurélia Matos. **AGRICULTURA URBANA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO NA PERSPECTIVA DE AMARTYA SEN: UM ESTUDO EM HORTAS NA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO**. Dissertação de mestrado -Universidade Federal do Tocantins. Araguaína. 138p. 2020.

BUAINAIN, Antônio Márcio et al. Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, v. 5, n. 10, 2013.

BUSS, Paulo M.; ALCÁZAR, Santiago; GALVÃO, Luiz Augusto. Pandemia pela Covid-19 e multilateralismo: reflexões a meio do caminho. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 45-64, 2020.

CABANNES, Yves. Financiando a Agricultura Urbana: Desafios e inovações atuais. **Revista de Agricultura Urbana n.º. 25. RUAF 10 ANOS: Realizações e desafios**, p. 63. 2011.

Caldas, J. C., Silva, A. A., e Cantante, F.. **As consequências socioeconômicas da COVID-19 e a sua desigual distribuição**. CoLABOR. 2020.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p. 179-191, 2013.

CAMPOS, Richardo. Imagem e tecnologias visuais em pesquisa social: tendências e desafios. **Análise social**, p. 237-259, 2011.

CANO, Wilson. Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 5, n. 7, p. 23-51, 2018.

CÁRIO, Silvio; GOMES, Márcio Gasperini; SIGAÚQUE, Eduardo. A teoria da dependência nas perspectivas de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini. **Revista Catarinense de Economia**, v. 3, n. 2, p. 80-104, 2019.

CARNEIRO, Cristiana. O estudo de casos múltiplos: estratégia de pesquisa em psicanálise e educação. **Psicologia USP**, v. 29, p. 314-321, 2018.

CARVALHO, J. L. H. de. **PROVE - Programa de verticalização da pequena produção agrícola**. Revista Agricultura Urbana, La Habana, n. 5, 2002.

CASTELLAR, Graziela Azevedo Tardin. **Formas e funções da Agricultura Urbana: um estudo exploratório**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Niterói, 2021. 49 f.:il.

CASTELO BRANCO, Marina; ALCÂNTARA, Flávia A. de. Hortas urbanas e periurbanas: o que nos diz a literatura brasileira?. **Horticultura brasileira**, v. 29, p. 421-428, 2011.

CASTRO, IRR. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a agenda de alimentação e nutrição. **Cad Saúde Pública**, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão agrária mundial na contemporaneidade. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, 2019.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & sociedade: estudos**, v. 24, n. 1, 2014.

CEPAL, N. U. et al. **Cómo evitar que la crisis del Covid-19 se transforme en una crisis alimentaria: Acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe**. 2020.

Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/45702>. Acesso em: 17 de mai. 2021.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIFUENTES, J. E. M. **Agronegócio e acumulação por espoliação: o enclave da soja em Campos Lindos-Tocantins**. 2013. 283 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília.

CNAU. Coletivo Nacional de Agricultura Urbana. **Subsidio para uma Política Nacional de Agricultura Urbana (PNAU)**. 2013. Disponível em <https://aspta.org.br/2015/04/17/cau/>. Acesso em 15 jun. 2021.

CORREIA, Carina Júlia Pensa et al. Semeando a cidade: Histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, 2020.

CORREIA, M. L. A. et al. Crescimento econômico e desenvolvimento humano na constituição brasileira. In **FEITOSA, MLPA; XAVIER, YMA; KLARK, G. Direito econômico, energia e desenvolvimento**. Florianópolis: Conpedi, p. 6-21, 2014.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura urbana: análise e reflexão sobre os marcos legais e normativos no município de Belo Horizonte**. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

COUTINHO, Maura Neves. **Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas**. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais–UFMG, Belo Horizonte. p. 205. 2010.

COUTINHO, Maura Neves; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade**. Revista Geografias – Artigos Científicos. Belo Horizonte, MG. 2011.

CRUSH, Jonathan; HOVORKA, Alice; TEVERA, Daniel. Food security in Southern African cities: The place of urban agriculture. **Progress in development studies**, v. 11, n. 4, p. 285-305, 2011.

CUNHA, José Marcos Pinto da. **A migração no Centro-Oeste brasileiro no período 1970-96: o esgotamento de um processo de ocupação**. UNICAMP, Núcleo de Estudos de População, 2002.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Artmed, 2006.

DIAS, Marcia Cristina de Oliveira. Agricultura urbana na cidade maravilhosa: os agricultores familiares do Maciço da Pedra Branca. **Revista Idealogando**, v. 2, n. 1, p. 98-110, 2018.

DIETZ, A. J. Juventude, emprego e migração: oportunidades urbanas com um foco na África. **Revista de agricultura urbana**, n. 35, p. 3-5, 2018.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Ciência, um Caso de Política: as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil Império. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, v. 6, n. 1, p. 121-126, 1997.

DUPAS, G.. **O mito do progresso: ou progresso como ideologia**. São Paulo, UNESP, 309 p., 2006.

EIFFE, Franz Ferdinand. **Auf den Spuren von Amartya Sen**. Peter Lang International Academic Publishing Group, 2010.

ENGEL, Erik; FIEGE, Karin; KÜHN, Anja. **Farming in cities: Potentials and challenges of urban agriculture in Maputo and Cape Town**. Humboldt-Universität zu Berlin, 2019. Disponível em: <https://edoc.hu-berlin.de/handle/18452/21282>. Acesso em: 22 abr. de 2020.

FAO. *Food and Agriculture Organization*. **Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. FAO no Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Criar cidades mais verdes. Programa de Horticultura Urbana e Periurbana (HUP) da FAO. Roma, FAO, 2012.

FAO. **Programa de Horticultura Urbana e Periurbana (HUB) da FAO**. 2012. Disponível em: <http://www.fao.org/ag/agp/greenercities/pt/enfoque/index.html>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FAO. **The urban producer's resource book**. Roma Italy: FAO. 2007.

FAO. **Urban and periurban agriculture**. COAG/99/10. Presented at 15th Session of the COAG, FAO, Rome, p. 25-29, Jan. 1999.

FAO. **Joint statement on COVID-19 impacts on food security and nutrition**. Rome/Washington DC, 21 April 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/en/item/1272058/icode/>. Acesso em: 25 de jun. de 2020.

FERNANDES, Pedro Henrique Carnevalli. O urbano brasileiro a partir das pequenas cidades. **Revista Geoaraguaia**, v. 8, n. 1, 2018.

FERRARI, Lucélia Maria Gonzaga Bernardes. **Políticas territoriais e cidadania: programa territórios da cidadania no estado do Tocantins**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Tocantins. Porto Nacional. p. 95. 2019. Disponível em: <http://umbu.uft.edu.br/bitstream/11612/1202/1/Luc%C3%A9lia%20Maria%20Gonzaga%20Bernardes%20Ferrari%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 de jul. 2021.

FIDELES, Paula Melissa Alves. Tradição e saberes do coco de roda no Quilombo Ipiranga no município do Conde-PB. 2020.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORES, Osvaldo Moreno. Agricultura Urbana: Nuevas Estrategias de Integración Social y Recuperación Ambiental en la Ciudad. **Revista Electrónica DU&P. Diseño Urbano y Paisaje Volumen IV Nº11**. Santiago, Chile. 2007.

FOLHES, Ricardo Theophilo et al. Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREDDI, Susi Mara et al. Resgate teórico sobre agricultura urbana no Brasil. in **Propostas agroecológicas ao industrialismo recursos compartilhados**, 2014.

FRÓES JÚNIOR, Paulo Silvano Magno. **Agricultura urbana no município de Ananindeua (PA): análise socioeconômica e ambiental das práticas adotadas no bairro do Curuçambá**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal Rural da Amazônia. Belém. p. 98. 2020.

FURLANETO, Fernanda de Paiva Badiz; SOARES, Anelisa de Aquino Vidal Lacerda; FURLANETO, Laura Badiz. COVID-19: impacto no mercado de hortaliças e frutas. **Revista Internacional de Ciências**, v. 10, n. 3, p. 3-12, 2020.

FURTADO, André Tosi. Celso Furtado e a economia brasileira. **Campinas: UNICAMP**, 2005.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*. 3ª ed. São Paulo-Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. **Análise do Modelo Brasileiro**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972.

FURTADO, Celso. **Brasil – a construção interrompida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FURTADO, Celso. **Essencial (Apresentação e organização: Rosa Freire d'Aguiar)**. Penguin Classics. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. E-book não paginado.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, 117p.

FURTADO, Celso. **Obra Autobiográfica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. E-book não paginado.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra. 10ª edição revista pelo autor, 2000.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GIL, Antonio Carlos. Amostragem na pesquisa social. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6a ed. São Paulo: Atlas, p. 90-109, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, Christiane Kleinübing; UCHÔA, Antônio Giovanni Figliuolo. Metodologia de Análise Sociológica Discursivo-imagética: possibilidades aos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 26, p. 776-794, 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011.

GOIÁS. Lei n° 8.107, de 14 de maio de 1976. Dispõe sobre a criação do Distrito de Augustinópolis no Município de São Sebastião do Tocantins. **Diário Oficial do Estado de Goiás**: Goiânia, GO, 14 mai. 1976.

GOIÁS. Lei n° 9.180, de 11 de maio de 1982. Dispõe sobre a criação do Município de Augustinópolis e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Goiás**: Goiânia, GO, 14 mai. 1982.

GUAN, W. J. et al. Clinical Characteristics of Coronavirus Disease 2019 in China. **N Engl J Med**, v. 382, n. 18, p. 1708-1720. 2020. DOI: 10.1056/NEJMoa2002032.

HAYDEN-SMITH, Rose. **Sowing the seeds of victory: American gardening programs of World War I**. McFarland, 2014.

HESPAHOL, RA de M. et al. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. **Mercator (Fortaleza)**, v. 12, n. 2, p. 103-112, 2013.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995, 598 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**.

Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/.../agropecuaria/censoagro/2017/default>. Acesso em: 22 jan de 2022.

IBGE. AGÊNCIA DE NOTÍCIAS. **Censo 2020 adiado para 2021**. Disponível em<<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/27161-censo-2020-adiado-para-2021.html>>. Acesso em: 1 jun. 2021.

IBGE. **Censo demográfico 1991 : resultados preliminares I** Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. - Rio de Janeiro : IBGE, 1992. p . 95.

IBGE. Censo demográfico 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2010.

IBGE. CIDADES. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2020.

IBGE. CIDADES. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2021.

IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. Brasília – DF: 2006. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_12_completo.pdf. Acesso em: 1 set. 2020.

IZIDORO, J. T. de L.; OLIVEIRA, E. A. de A. Q.; MORAES, M. B. de. UM ESTUDO SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AUGUSTINÓPOLIS – TOCANTINS / A study on family agriculture in the municipality of Augustinópolis at Tocantins State in Brazil. **Informe GEPEC**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 145–163, 2021. DOI: 10.48075/igepec.v25i2.26941. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/26941>. Acesso em: 17 dez. 2021.

JURGENFELD, Vanessa Follmann. A industrialização brasileira e o papel do Estado Nacional no pensamento de Celso Furtado: entre antes e depois de 1964. **Revista Pesquisa e Debate** | v. v. 33, n. 2, p. 58, 2020.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural**: conceitos e aplicações ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

KUMAR, B. Mohan; NAIR, P. K. Ramachandran. The enigma of tropical homegardens. **Agroforestry systems**, v. 61, n. 1, p. 135-152, 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/B:AGFO.0000028995.13227.ca>. Acesso em: 17 dez. 2021.

LEAL, Caio Cesar Parente de Alencar. **Análise química de camadas superficiais do solo do lixão do município de Augustinópolis, Tocantins**. Dissertação de mestrado – Universidade de Taubaté. Taubaté-SP. p.125. 2018.

LEÃO, Kerllyson Cardoso; SILVA, Guilherme Oliveira da; LUCAS, Aleneldo Santos. Caracterização do cultivo e o destino de hortaliças produzidas no município de augustinópolis-TO. **Educandi & Civitas**, v. 2, n. 1, p. 16-24, 2019.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada e o Fome Zero In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: MDS, 2010, v. II.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. trad. **Sérgio Martins**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 555p., 2006.

LEITE, Rosana Franzen. A perspectiva da análise de conteúdo na pesquisa qualitativa: algumas considerações. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 5, n. 9, p. 539-551, 2017.

LIMA, Dalmo Valério Machado de. Desenhos de pesquisa: uma contribuição para autores. **Online Brazilian Journal of Nursing**, v. 10, n. 2, 2011.

LINDNER, Michele. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 19-37, 2012.

LINS, Luiza Cristina de Oliveira. **DESENVOLVIMENTO SOCIAL: O PROJETO DE CELSO FURTADO PARA A NAÇÃO BRASILEIRA**. 2013. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Economia e Desenvolvimento. RS. 2013.

LINS, Luiza Cristina de Oliveira; MARIN, Solange Regina. **Atualidade do pensamento de Celso Furtado na avaliação do desenvolvimento social da América Latina**. Editorial: CEPAL, 2014. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/36657-atualidade-pensamento-celso-furtado-avaliacao-desenvolvimento-social-america>>. Acesso em: 13 nov. 2020.

LOUZADA, Maria Laura da Costa et al. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 49, 2015.

LOVO, Ivana Cristina et al. **Sistematizar e analisar a implementação da Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil com foco em regiões metropolitanas durante o período 2004-2009**. MDS/FAO. Consultoria FAOH/MDS, 2011. 122 p.

LOVO, Ivana Cristina. **Agricultura urbana: um elo entre o ambiente e a cidadania**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. p. 318. 2011.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes Amazônicos. Para repensar o Brasil e o Mundo**. 1.ed.-- São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: eduel, 2003. p.11-25.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria.. **Técnicas de pesquisa**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2008

MARGEM, Camila Garcia Fernandes de Souza. **(Des) ocupação, agricultura urbana e outras nuances da governança territorial no Campos Sales, APA Tarumã-Ponta Negra, Manaus-AM**. 2019. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM, 2019.

MARINHO, JT de S.; DE ALMEIDA, U. O. **Manejo e controle de plantas daninhas**. 2021. Disponível em <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1132382>. Acesso em: 22, jan. 2022.

MARQUES, Gabriela de Azevedo; GOMES, Iara Rafaela. O desenvolvimento sócio-espacial da agricultura urbana e periurbana (AUP) na cidade de Fortaleza, Ceará: análise das ações institucionais locais. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 41, 2021.

MÁXIMO, Mário. Desenvolvimento sem liberdade: uma análise crítica do pensamento de Amartya Sen. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 8, n. 13, p. 57-67, 2013.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. História das agriculturas no mundo. **Do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

MELO, L.P. Os benefícios da agricultura urbana e periurbana para a sustentabilidade da cidade de Macapá-AP. **Anais do 7º Congresso Luso-Brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado e sustentável - Contrastes, Contradições e Complexidades**. Maceió: Brasil. Paper 1342. 2016. Disponível em: <https://fau.ufal.br/evento/pluris2016/files/Tema%204%20-%20Planejamento%20Regional%20e%20Urbano/Paper1342.pdf>. Acesso em: 10 de jan. 2021.

MENDES, Daiara Batista. Agricultura urbana e ruralidades em cidades pequenas: o caso de Martinópolis-SP. **Revista GeoUECE**, v. 10, n. 19, p. e202108-e202108, 2021.

MIDDLE, I. et al. Integrating community gardens into public parks: An innovative approach for providing ecosystem services in urban areas. **Urban Forestry & Urban Greening**, v.13, p.638–645, 2014.

MIRANDA, Romário Ramos. Avaliação da sazonalidade do °brix de cana-de-açúcar cultivada em sistemas convencional e irrigado. **CONIC SEMESP-19 CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**. 2019.

MORAES, S. Governo do Tocantins. **Governo encerra discussões sobre gestão de resíduos sólidos**. 2017. Disponível em: <https://www.to.gov.br/semarh/noticias/governo-encerra-discussoes-sobre-gestao-de-residuos-solidos/v6m8hvgq9ki>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MOUGEOT, Luc J. A. O apoio internacional para pesquisas e políticas em Agricultura Urbana. **Revista de Agricultura Urbana nº. 25. RUAF 10 ANOS: Realizações e desafios**, p. 20-32. 2011.

MOUGEOT, Luc J. A. For self-reliant cities: urban food production in a globalizing South. In: KOC, M. et al. (Eds). **For hunger-proof cities: sustainable urban food systems**. Ottawa: IDRC, p. 11-25, 1999.

MOUGEOT, Luc J. A. *Urban food production: evolution, official support and significance*. Ottawa: IDRC, 1994, 41 p. **Cities Feeding People. Series Report 8**. Disponível em: <http://www.idrc.ca/en/ev-4692-201-1-DO_TOPIC.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban agriculture: Definition, Presence, Potentials and Risks, and Policy Challenges. **Cities feeding people series; rept. 31**, 2000.

NIEDERLE, Paulo André; WESZ JUNIOR, Waldemar João. **As novas ordens alimentares**. Editora da UFRGS, 2018.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional do território do estado do Tocantins: implicações e alternativas**. 2015. Tese de Doutorado - Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. 2015.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento Regional do Território do Tocantins**. 1. ed. Palmas: Eduft, 2019. v. 1. 224 p.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; CRESTANI, Leandro de Araújo; STRASSBURG, Udo. Conflitos Agrários no Bico do Papagaio, Tocantins. **Revista IDeAS**, v. 8, n. 2, p. 104-134, 2014.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; STRASSBURG, Udo. Notas sobre a desigualdade social no Bico do Papagaio-Tocantins. **Revista Desafios**, v. 1, n. 1, p. 130-148, 2014.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; STRASSBURG, Udo; PIFFER, Moacir. Técnicas de pesquisa qualitativa: uma abordagem conceitual. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, Marechal Cândido Rondon, v. 17, n. 32, p. 87-110, jun. 2017.

OUTEIRO, Gabriel Moraes de; NASCIMENTO, Durbens Martins. A igualdade de capacidades e funcionamentos de A. Sen e o desenho institucional do direito social à moradia. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 1, p. 312-328, 2020.

PACHECO, Luiz Henrique. **Amartya Sen, Leitor de Adam Smith**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais. p. 72. 2016.

PANSIERI, Flávio. Liberdade como desenvolvimento em Amartya Sen. **Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, Curitiba, v. 8, n. 15, p. 453-479, 2016.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão; OLIVEIRA, Igor Martins de. Espacialização da agricultura urbana na cidade de Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. **Revista Desenvolvimento Social**, v. 21, n. 2, p. 143-156, 2019.

PEREIRA, Viviane; BRITO, Tayrine; PEREIRA, Samanta. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017.

PINHEIRO, Maristela Calvário; FERRARETO, Luciane Cristina. Política nacional de agricultura urbana: estratégia para o combate à fome e promoção da segurança alimentar. **Fome zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Assessoria Fome Zero, v. 2, p. 253-264, 2010.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. **As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2012.

PORTELA, Valdinei Fortunato; VILHENA JÚNIOR, Waldemar Moura Vilhena. Agricultura Familiar no Centro Urbano: A Experiência do Bairro Operário em Boa Vista-Roraima. **EXAMÃPAKU**, v. 1, n. 1, 2013.

PRADO, Bruno Azevedo. Novas conexões entre o rural e o urbano. **Revista Agrícolas**, v. 12, n. 2, p. 4-7, 2015.

PREBISCH, Raúl. La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. **Revista de la CEPAL**, 1981.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AUGUSTINÓPOLIS. **Dados históricos e economia do município**. Augustinópolis, 2020. Disponível em: <<https://augustinopolis.to.gov.br/>>. Acesso em: 13 de mai. de 2020.

PRESSLER, N. **Econegócios e cooperação internacional: novos discursos sobre a Amazônia**. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA, M. (Org.). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010. p. 161-183.

PRIMO, Gabriel Alves et al. Mapeamento e caracterização da agricultura urbana no município de Gurupi-TO. **Revista Verde (Pombal-PB-Brasil)**, v. 9, n. 4, p. 212-219, 2014.

REYNOLDS, Richard. **On guerrilla gardening**: a handbook for gardening without boundaries. London: Bloomsbury, 2009.

RIBEIRO JÚNIOR, J.I. **Análises estatísticas no SAEG**. Viçosa: UFV, 2001. 301p.

RIBEIRO, Carine Pereira. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento segundo Celso Furtado: influência no debate sobre a questão regional brasileira**. Monografia - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – 130 p. Florianópolis. 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, David Ricardo Sousa. **Da crise política ao Golpe de Estado: conflitos entre o poder executivo e o poder legislativo durante o governo João Goulart**. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-19122013-144916/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

RIBEIRO, Silvana Maria; BÓGUS, Cláudia Maria; WATANABE, Helena Akemi Wada. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde e sociedade**, v. 24, p. 730-743, 2015.

ROCHA, Rosaly Justiniano de Souza. **Composição da renda nos assentamentos de reforma agrária do Tocantins: uma análise dos efeitos do Programa Bolsa Família**. 2017. 122f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Nacional, 2017.

ROSA, Pedro Paulo Videiro. Políticas públicas em agricultura urbana e periurbana no Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.

ROSTAMI, et al. Successful public places: A case study of historical Persian Gardens. **Urban Forestry and Urban Greening**, v.15, p. 211-224, 2015.

RUA, João. URBANIDADES NO RURAL: o devir de novas territorialidades/URBANITIES ON RURAL AREAS: the becoming of new territorialities. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, 2006.

SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**: identificação e caracterização de iniciativas de AUP em regiões metropolitanas brasileiras. Belo Horizonte: FAO/MDS, 2007.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados–PRODECER: um espectro ronda os cerrados brasileiros: Japanese-Brazilian Cooperation Program for Development of the Cerrados-PRODECER: a specter circles over Brazil's cerrados. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 24, n. 2, p. 384-416, 2016.

SANTOS, M. A. S.; SILVA, M. Y. C. Agricultura Urbana e Periurbana na Região Metropolitana de Belém: um estudo exploratório com produtores de hortaliças no município de Marituba. **Movendo Ideias**, 12(Jun), p. 87–93. 2007.

SCHERER, Clauber Eduardo Marchezan; AMARAL, Pedro Vasconcelos Maia do. O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. **Revista bRasileiRa de estudos uRbanos e Regionais**, v. 22, 2020.

SCHNEIDER, Sergio et al. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 167-188, 2020.

SEN, Amartya. **A Ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEPLAN-TO - Secretaria do Planejamento e Orçamento. **Perfil Socioeconômico dos Municípios. Palmas, 2017**. GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/348460/>. Acesso em: 13 jun 2021.

SILVA, Aleksander Bôvo; OLIVEIRA, Nilton Marques; ALVES, Erisvaldo Oliveira. MENSURAÇÃO DOS INDICADORES SOCIAIS E ECONÔMICOS DA MICRORREGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO–TOCANTINS. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 15, n. 38, maio/ago. de 2021. Pp. 200-216.

SILVA, Andressa Hennig; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualitas revista eletrônica**, v. 16, n. 1, p. 1-14, 2015.

SILVA, Elenice Rachid da. Gestão da agricultura urbana. **Revista Internacional de Ciências**, v. 4, n. 1, p. 17-47, 2014.

SILVA, Maria Marciene Costa da; MENDES, Maurício Ferreira; GUEDES, Luciano da Silva. A AGRICULTURA URBANA EM ANANÁS/TO: SUBSÍDIOS PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E GERAÇÃO DE RENDA. **Geografia em Questão**, v. 14, n. 1.

SILVA, Ronaldo Rodrigues Souza. **AGRICULTURA URBANA: A Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e o acesso dos agricultores aos programas de governo no município de Salvador**. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana. p. 86. 2018.

SINIS. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. **Diagnóstico temático serviços de água e esgoto visão geral**. 90 p. 2021. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/downloads/diagnosticos/ae/2020/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2021.pdf>. Acesso em: 10 jun 2022.

SIQUEIRA, Mônica Maria; MORAES, Maria Silvia de. Saúde coletiva, resíduos sólidos urbanos e os catadores de lixo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 2115-2122, 2009.

SMIT, J. Agricultura Urbana y Biodiversidad. **Revista Agricultura Urbana**, Quito, n. 1, p. 11-12, 2001.

SMIT, J., NASR, J., RATTI, A. **Urban Agriculture: Food, Jobs, and Sustainable Cities**. EUA: The Urban Agriculture Network, 2001.

SORZANO, Angelina Herrera. Impacto de la agricultura urbana em Cuba. **Novedades en población**, [S. l.], v. 5, n. 9, p. 01-14, 2009. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Cuba/cedem-uh/20100323071744/Impacto.pdf>. Acesso em: 9 fev. 2022.

SOUSA, Tatiana de Oliveira. **Agricultura Urbana e Alimentação: Análise das Hortas Urbanas na cidade de Palmas**. Dissertação de mestrado - Universidade Federal do Tocantins. Palmas. p. 80. 2019.

SOUZA, Bruna Fernanda do Nascimento Jacinto de *et. al.* (In)segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021, p. 1-10.

SOUZA, Sonale Vasconcelos de; MAIA, Doralice Sátyro. Notas sobre as relações cidade e campo: um esforço de síntese. In: **Cidade e campo: olhares de Brasil e Portugal**. Livro Digital, 2020. DOI: <https://doi.org/10.7476/9786587949055>

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**, n. 10, p. 134-150, 2007.

SUZUKI, Júlio César; ARAÚJO, Charles Cerqueira de Araújo. CORONAVÍRUS: CONTRIBUIÇÃO E NECESSIDADE DE UMA ANÁLISE ESPACIAL(2020) in: **ANÁLISES DE UMA PANDEMIA DIÁLOGOS POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

TOCANTINS. Instituto Natureza do Tocantins –Naturatins. **Governo do Estado sanciona Lei que regulamenta a Política Estadual de Resíduos Sólidos**. 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governo-do-estado-sanciona-lei-que-regulamenta-a-politica-estadual-de-residuos-solidos/7dvu0al7n905>. Acesso em: 20 abr. 2021.

TOCANTINS. **Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Tocantins (PERS/TO)**. Palmas, Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Tocantins (SEMARH) / ECOTÉCNICA, 2017.

TOLEDO JUNIOR, Nivio Miguel. **Análise de preços de produtos de origem orgânica, convencional, da agricultura familiar e patronal comercializados em feiras e supermercados de Chapecó**. Monografia - UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL– 48 p. CHAPECÓ. 2016.

TOMAZINI, Carla Guerra; LEITE, Cristiane Kerches da Silva. Programa Fome Zero e o paradigma da segurança alimentar: ascensão e queda de uma coalizão?. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, p. 13-30, 2016.

UTZIG, Ana Paula et al. AGRICULTURA URBANA E LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA NOS MUNICÍPIOS DA RMPA. **Anais XVIII ENANPUR**, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais/>>. Acesso em 20 de mai de 2021.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. **Revista Ciência e Cultura**, ano 56, N. 2, abr.-jun. pp. 26-29, 2004.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso-: Planejamento e métodos**. Bookman editora, 2015.

ZACHOW, Marlowa; Plein, Clério. A gestão como característica da agricultura familiar / Management as a characteristic of family agriculture. **Brazilian Journal of Development**, 2018, 4(6), 3318–3334. <https://doi.org/10.34117/bjdv4n6-338>.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social/Public policies in Amartya Sen: agent condition and social freedom. **Revista Brasileira de Direito**, v. 13, n. 1, p. 60-85, 2017.

APÊNDICES
APÊNDICE I – TCLE
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos você para participar da Pesquisa **AGRICULTURA URBANA COMO POSSÍVEL ALTERNATIVA SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL EM AUGUSTINÓPOLIS: EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS**, sob a responsabilidade do pesquisador **Guilherme Oliveira da Silva**. Para participar deste estudo, você deverá autorizar e assinar um termo de Consentimento Livre e Esclarecido. A seguir, destacaremos algumas informações importantes sobre a pesquisa.

1) Justificativa, objetivos e passos da pesquisa:

A realização da pesquisa é importante, pois ela vai gerar informações sobre a prática da agricultura urbana na cidade de Augustinópolis-TO. As informações geradas servirão de base para a construção do conhecimento desta prática pelo viés do desenvolvimento sócio-econômico e ambiental. Desta forma, a pesquisa conta com as seguintes etapas: a) um momento de trabalho com os(a) produtores(a) agrícolas urbanos convidados(a) a participarem da pesquisa; b) coleta de dados; e c) divulgação dos resultados da pesquisa. No período de trabalho aos agricultores urbanos do município, após o convite para a participação na pesquisa, serão esclarecidos os objetivos da mesma seguido da coleta de dados por meio da aplicação dos métodos de coleta: Questionário com perguntas sobre a propriedade, condições de trabalho e os possíveis benefícios econômicos, sociais e ambientais da atividade agrícola urbana, dentre outras informações, a ser aplicado de maneira individual e; Entrevista semiestruturada com duração média de 30 minutos com áudio gravado em equipamento específico, para posteriormente serem transcritas para o papel. Em caso de dificuldades no preenchimento do questionário o entrevistado será auxiliado. Em caso de entrevistados não alfabetizados e que não conseguirem ler e/ou escrever, serão lidas as perguntas e as respostas transcritas. O local da coleta dos dados será o empreendimento do entrevistado ou a residência do mesmo, de acordo com o que lhes for mais cômodo e agradável. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você pode não realizá-lo. Aos participantes dessa pesquisa será assegurado o acesso aos resultados, sendo que as informações geradas a partir da pesquisa irão compor uma dissertação, disponibilizando o material nas dependências da biblioteca da Universidade Federal do Tocantins, campus universitário de Araguaína, Unidade Cimba, no acervo digital da referida Universidade, e caso o participante da pesquisa queira lhes será disponibilizada uma cópia impressa. No trabalho na Universidade, vamos organizar, escolher e examinar as informações coletadas nos empreendimentos.

2) Desconforto, riscos e benefícios da participação na pesquisa:

A participação nesta pesquisa não gera nenhum desconforto ou risco físicos. Contudo, os desconfortos da participação podem ser causados pelas perguntas existentes nas entrevistas e nos questionários, e que podem despertar algum tipo de sentimento e/ou emoção por fazer referência às conquistas e dificuldades enfrentadas. Os riscos da participação na pesquisa têm a ver com o compartilhamento de informações pessoais ou confidenciais durante a coleta de informações a partir das entrevistas e dos questionários. No momento de coleta de informações, alguns cuidados serão tomados: a) respeito à liberdade da pessoa em responder, em seu tempo, os instrumentos de coleta de informação, b) suspensão temporária da abordagem de coleta de informação, caso você tenha algum sentimento e/ou emoções fortes no ato de responder aos instrumentos de coleta, c) retomada autorizada por você da coleta de

informações. Caso haja algum desconforto e/ou risco permanentes, algumas providências serão tomadas: a) encaminhamento, acompanhamento e assistência junto a terapeutas especializados (psicólogos), buscando solucionar o desconforto e/ou o risco; b) destruição, na sua frente, dos instrumentos de coleta de informação, caso assim seja demandada por você, por meio da recusa em participar da pesquisa em qualquer uma de suas fases.

3) Elemento sobre acompanhamento e assistência da pesquisa:

Em qualquer momento da pesquisa, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito à indenização, contando com o encaminhamento, o acompanhamento e a assistência junto a terapeutas especializados (psicólogos), buscando solucionar o desconforto e/ou risco. A sua participação é voluntária, e a sua recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. Você poderá interromper a participação a qualquer momento da pesquisa, seja antes ou depois da coleta de informação, independente do motivo e sem nenhum prejuízo à sua pessoa. Em relação ao seu consentimento, ficam asseguradas a sua recusa e a retirada de seu consentimento em qualquer fase da pesquisa.

Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas a sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo em todas as fases da pesquisa. A sua privacidade será mantida em todas as fases da pesquisa, inclusive durante a coleta de dados. Para obtenção de qualquer tipo de informação sobre esta pesquisa, esclarecimento ou críticas, em qualquer fase do estudo, você poderá entrar em contato com o pesquisador, **Guilherme Oliveira da Silva**, no endereço Av. Paraguai, esq. Com a Rua Uxiramas, s/n, Setor Cimba, Araguaína-TO, CEP: 77824-838 ou pelo telefone (63) 9 9993-1027 ou sala do Programa de Pós-graduação em Demandas Populares e Dinâmicas Regionais da (Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Araguaína, Bloco C) ou pelo e-mail gui-bio@hotmail.com.

Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos da pesquisa, você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humano, da Universidade Federal do Tocantins (CEP-UFT) no endereço: Quadra 109 Norte, Avenida NS 15, ALCNO 14, Plano Diretor Norte, Câmpus Universitário de Palmas, Prédio do Almoarifado, CEP: 77001-090 em Palmas-TO. O telefone de contato é (63) 3232-8023 de segunda-feira à sexta-feira no horário comercial (exceto feriados).

Eu, _____, fui informado(a) sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo e autorizo a minha participação no projeto, sabendo que eu não receberei nenhum tipo de ajuda financeira pela participação neste estudo e que eu poderei sair quando quiser. Também sei que caso existam gastos adicionais, estes serão custeados pelo orçamento da pesquisa. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo entrevistador, ficando uma via com cada um de nós. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UFT. Sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Data: ____/____/____

Assinatura do (a) participante

Assinatura do(a) Coordenador(a) do Projeto

APÊNDICE II
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - CÂMPUS ARAGUAÍNA
 Formulário destinado à população pesquisada
 Aplicador: Guilherme Oliveira da Silva

Nº do Questionário: _____ Data de aplicação: ____/____/____

PERFIL SOCIOECONÔMICO DO ENTREVISTADO

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1. Nome: _____
2. _____ Endereço _____ Residencial: _____
3. Contato: _____ 4. Estado _____
- Civil: _____
5. Sexo: () Masculino; () Feminino 6. Idade: _____
7. Grau de escolaridade:
- () Não alfabetizado;
- () 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental (antigo primário);
- () 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental (antigo ginásio);
- () Ensino Médio (antigo 2º grau) incompleto;
- () Ensino Médio (antigo 2º grau) Completo;
- () Ensino Superior Incompleto;
- () Ensino Superior Completo;
8. Renda mensal obtida no empreendimento? _____
9. O empreendimento é sua principal atividade financeira? _____
10. Recebe outro tipo de renda mensal? Qual a natureza? Quanto? _____

2. NÚCLEO FAMILIAR

11. Número de moradores da casa (incluindo você): _____
12. Renda Familiar (incluindo você): _____
13. Quantos membros da família ajudam na composição dessa renda? _____
14. Qual a pessoa que mais contribui para o orçamento familiar? _____
15. Você ou algum membro de sua família são beneficiários de Programas Sociais?
- () Sim () Não. Qual?
- () Aposentadoria; () Pensão; () Bolsa Família; () Outros _____

3. MORADIA

16 Assinale as questões que correspondem às características da moradia em que reside:

a) A casa em que sua família reside é:

☐ Emprestada ou cedida ☐ Financiada ☐ Alugada ☐ Própria já quitada

b) Condições estruturais da residência

☐ Casa de alvenaria; ☐ Casa de madeira; ☐ Casa de Barro;

☐ Outros _____

Cobertura: ☐ Palha ☐ Laje ☐ Telha ☐ Outros _____

Piso: ☐ Chão batido ☐ Cimento ☐ Cerâmica ☐ Outros _____

c) Características que melhor descrevem a sua casa. Pode marcar mais de uma opção:

☐ Residência com acabamento

☐ Residência sem acabamento (sem reboco, pintura, piso, banheiros inacabados, etc.)

☐ Luz elétrica

☐ Muro

☐ Localizada em rua asfaltada

☐ banheiro dentro de casa

☐ banheiro fora de casa

4. CONDIÇÕES SANITÁRIAS

17. Qual a fonte de água da sua residência?

☐ Água encanada; ☐ Poço Artesiano; ☐ Poço artesanal; ☐ Cacimba;

☐ Outros _____.

18. A residência possui: ☐ Esgotamento sanitário ☐ Fossa séptica ☐ Fossa rudimentar

19 Possui coleta de Lixo? ☐ SIM ☐ NÃO.

Se SIM, qual a Frequência? _____

5. CARACTERIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

20. Qual a extensão de área da propriedade? _____

21. Quantidade de pessoas envolvidas na produção: _____

22. Vínculo das pessoas envolvidas na produção: _____

23. Qual extensão de área você destina para produção agrícola? _____

24. Qual extensão de área você destina para criação de animais? _____

25. Quais as espécies (animais ou vegetais) produzidas? _____

26. Apresente as tecnologias que você utiliza na produção.

Análise de solo:	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____
Maquinário agrícola:	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____
Sistema de Irrigação Mecanizado:	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____
Estufa:	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____
Proteção contra o sol:	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____
Granjas:	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____
Currais:	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____
Outros _____	SIM ()	NÃO ()	Quantidade (Un./T) _____

27. Qual a fonte de abastecimento de água da produção?

() Abastecimento urbano () Poço () Córrego () Outro _____

28. De acordo com a sua percepção, atribua um valor para as seguintes condições ambientais.

Fertilidade do Solo	() Excelente	() Bom	() Regular	() Ruim
Rigidez do Solo	() Excelente	() Bom	() Regular	() Ruim
Regime Hídrico (chuvas)	() Excelente	() Bom	() Regular	() Ruim
Escoamento da água	() Excelente	() Bom	() Regular	() Ruim
Incidência de pragas	() Excelente	() Bom	() Regular	() Ruim
Incidência de doenças	() Excelente	() Bom	() Regular	() Ruim
Plantas daninhas	() Excelente	() Bom	() Regular	() Ruim

29. Você utiliza algum tipo de defensivo agrícola? () SIM () NÃO.

Se sim qual? () Sintético () Natural

30. Qual a destinação dos resíduos da produção (embalagens, restos da produção, insumos...)?

31. Em caso de plantios qual tipo de irrigação utiliza?

32. Em caso de criação, qual o tipo de bebedouros utilizados?

6. CARACTERÍSTICAS DE COMERCIALIZAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

33. Qual(is) a(s) finalidade(s) da sua produção?

() Autoconsumo;	() Comercialização;
() Produção de medicamentos;	() Autoconsumo e comercialização;
() Lazer;	() Outros

34. Onde são comercializados os produtos?

() Somente na propriedade.

() Varejo (Porta em porta).

() Feiras livres.

() Supermercados.

() Restaurantes.

() Outros.

35. Quais insumos você considera ser os principais itens para o aumento do custo de produção?

36. Você tem algum custo com o beneficiamento de produtos?

() Não faço beneficiamento dos produtos;

() O beneficiamento dos meus produtos não geram custos.

Qual beneficiamento? _____

() Sim, os custos são baixos, principalmente com _____ na faixa de R\$ _____;

() Sim, os custos são altos, principalmente com _____ na faixa de R\$ _____;

() Outros _____

37. Você utiliza os resíduos da sua produção para outras finalidades produtivas e/ou comerciais? (Ex: artesanato; produção de adubo orgânico...).

() Sim; () Não; Se sim, Qual?

38. Você recebe algum suporte ou assistência técnica na propriedade? De que natureza (pública/privada)? _____

39. Com que frequência você busca assistência técnica para produção?

() Semanalmente () 1 vez ao mês () Mais de uma vez ao mês

() Trimestralmente () Anualmente () Vez ou outra

() Nunca.

40. No seu negócio, o que você fez para aumentar a sua produção nos últimos anos?

() Aumento de área (quanto?) _____

() Compra de equipamentos (quais?) _____

() Aplicação de novas técnicas agrícolas (quais?) _____

() Não fez nada.

41. Você já fez algum financiamento para investir na produção? Se sim, qual a linha de crédito?

42. Em média, qual o seu gasto mensal com alimentação? R\$ _____

43. Você faz o registro dos seus custos e retorno financeiro da sua produção agrícola?

() Sim; () Não. Se sim, como?

() Caderno de anotações;

() Aplicativo de computador _____;

() Aplicativo de celular _____;

() Outros _____.

44. Você contabiliza o dinheiro retirado do caixa do seu negócio para usos pessoais?

() Não contabilizo;

() Eu costumo deixar uma parte _____ disponível para o negócio e o restante eu uso para gastos pessoais.

() Sim é retirado de um valor médio de R\$ _____;

() Outros _____.

45. Você acha que a sua atividade tem gerado lucros? () Sim; () Não.

Se sim, qual a margem de lucro?

46. Como você calcula essa margem de lucro? _____

47. Com que frequência você busca assistência de órgãos especializados na gestão de negócios e empreendedorismo? Se busca, quais seriam? (SEBRAE, CNA, SENAR, entre outros).

48. Que estratégias você utiliza para evitar problemas financeiros devido a variação dos preços dos produtos no mercado?

49. Você já pensou em largar a atividade? () Sim; () Não.

Se sim, qual o motivo?

APÊNDICE III – Roteiro de entrevista

Roteiro de Entrevista Semiestruturada destinado à população pesquisada (um produtor representando cada unidade de produção, que seja maior de 18 anos)

- 1 – Quais os motivos que o(a) levaram a escolher a agricultura dentro da cidade como empreendimento? Já havia experiência na prática da agricultura?
- 2 – De onde vem o conhecimento para o início e a continuação da atividade?
- 3 – Você desempenha outra atividade além da produção agrícola? Se sim, quais?
- 4 – Antes da produção agrícola dentro do espaço da cidade, qual era o seu trabalho/ocupação?
- 5 – Você já residiu em áreas rurais deste ou de outros municípios? Se sim, quais?
- 6 – O pandemia da Covid-19 (doença causada pelo coronavírus) trouxe impactos à sua produção e ao comércio dos seus produtos? Em caso de sim, quais os impactos?
- 7 – Se não tivesse este empreendimento qual seria seu trabalho/ocupação atual?
- 8 – Quais as facilidades e os desafios de trabalhar agricultura dentro da cidade?
- 9 – Os produtos produzidos no seu empreendimento são consumidos pela família? Você acredita que eles contribuem de alguma forma para uma alimentação mais saudável?
- 10 – Existe alguma conquista pessoal ou de algum membro da família que você acredita que foi alcançado por meio deste empreendimento?
- 11 – Acredita que houve melhorias na qualidade de vida ou bem-estar associados a essa atividade? Se sim, dê um exemplo.
- 12 – Acredita que os seus descendentes desejam continuar a atividade agrícola? Por qual motivo?
- 13 – Já desejou parar com a atividade? Tem desejo de continuar?
- 14 – Nos dias atuais, você considera necessário um baixo ou alto investimento para iniciar uma atividade econômica como a sua? Por quê?

ANEXO
ANEXO I - PARECER COMITÊ DE ÉTICA

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AGRICULTURA URBANA COMO POSSÍVEL ALTERNATIVA SOCIAL, ECONÔMICA E AMBIENTAL EM AUGUSTINÓPOLIS, EXTREMO NORTE DO ESTADO DO TOCANTINS

Pesquisador: GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45155721.9.0000.5519

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Tocantins - Campus de Araguaína

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.703.888

Apresentação do Projeto:

A pesquisa tem como finalidade conhecer a dinâmica da agricultura urbana existente na cidade de Augustinópolis/TO pelo viés dos(as) autores(as) sociais que a executam.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar e problematizar a prática da agricultura urbana realizada no município de Augustinópolis /TO como possível promotora do desenvolvimento social e humano daqueles(as) que a executam.

Objetivo Secundário:

- Descrever o perfil socioeconômico do(a) agricultor(a) urbano no município de Augustinópolis/TO,
- Identificar e problematizar a percepção do(a) agricultor(a) sobre a prática agrícola urbana e a relação da perspectiva de desenvolvimento e qualidade de vida,
- Pesquisar fatores de emprego e renda relacionados a prática agrícola urbana no município;
- Contextualizar o panorama ambiental vivenciado pelos(as) agricultores(as) na prática da atividade,
- Analisar as consequências mercadológicas e produtivas observadas pelos produtores durante a

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.703.888

pademia de COVID-19,

- Identificar a expressividade da prática agrícola na localidade, os sistemas de produção adotados e os saberes tradicionais relacionados a atividade.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos da pesquisa aos participantes são de ordens emocionais e morais, uma vez que o formulário e entrevista possam trazer perguntas que tragam algum tipo de comoção no relato da sua história de vida. Para minimizar os riscos, a coleta de dados será de modo que os participantes possam interromper a qualquer momento, desistir ou remarcar o encontro. Além disso, o TCLE contém orientações quanto a acesso a apoio psicológico especializados por meio da Universidade Federal do Tocantins.

Benefícios:

Quanto aos benefícios aos participantes, os mesmos terão a oportunidade de falarem sobre a atividade que desenvolvem, expressando seus sentimentos, anseios e perspectivas sobre sua história de vida e a experiência na produção e comércio de produtos da agricultura urbana. A visão dos produtores urbanos entrevistados sobre suas experiências pode auxiliar na melhor organização da cadeia produtiva que envolve essa atividade no município, bem como fornecer dados importantes para políticas públicas mais adequadas para evidenciar a prática agrícola nos ambientes urbanos, fortalecendo a atividade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Compreender a dinâmica da agricultura urbana existente na cidade de Augustinópolis/TO pelo viés dos(as) autores(as) sociais que a executam, verificando como essa se enquadra na vida dos participantes, quais os benefícios e dificuldades e a sua relação com promoção bem estar e desenvolvimento.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1. Folha de rosto:

Assinada pelo Diretor do Campus da UFT de Araguaína/TO

2. Projeto detalhado contendo as informações básicas do projeto:

Contendo o título do projeto, resumo, introdução/apresentação do tema, hipóteses e objetivos,

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



Continuação do Parecer: 4.703.888

metodologia, critérios de inclusão e exclusão, riscos, benefícios, garantias éticas aos participantes da pesquisa, desfecho primário e secundário, orçamento, cronograma e bibliografia.

3. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE:

O TCLE redigido no formato de convite e contendo todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva e de fácil entendimento.

4. Termo de compromisso

Declaração de compromisso de pesquisador, onde o pesquisador ressalta que a pesquisa será iniciada apenas após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFT) e termo de responsabilidade para uso, guarda e divulgação dos dados da pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisa garantirá todos os princípios éticos aos participantes do estudo, onde os mesmos serão informados sobre a finalidade e detalhes da pesquisa, dos objetivos, da voluntariedade da participação, e da retirada do consentimento a qualquer momento sem nenhum prejuízo; dos riscos, benefícios, divulgação dos resultados, e ainda do contato do pesquisador e do CEP. As participantes deverão assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e terão suas identidades preservadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Reitera-se que, conforme Resolução CNS 466/2012, itens X.1.- 3.b. e XI.2.d, e Resolução CNS 510/2016, Art. 28, inc. V, os pesquisadores responsáveis deverão apresentar relatórios parcial semestral e final do projeto de pesquisa, contados a partir da data de aprovação do protocolo de pesquisa.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1718416.pdf	18/03/2021 13:54:50		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	18/03/2021 13:53:41	GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de	Termo_Responsabilidade_para_uso_e	16/03/2021	GUILHERME	Aceito

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS**



Continuação do Parecer: 4.703.888

Pesquisadores	_guarda_dos_dados.pdf	12:18:35	OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_pesquisador.pdf	16/03/2021 12:16:29	GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Submissao_de_Protocolo.pdf	16/03/2021 12:14:16	GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	16/03/2021 12:11:24	GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DETALHADO_BROCHURA_INVESTIGADOR.doc	16/03/2021 11:45:02	GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Termo_de_Consentimento_Livre_e_Esclarecido.doc	15/03/2021 21:58:41	GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_PESQUISA.doc	15/03/2021 21:57:11	GUILHERME OLIVEIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PALMAS, 11 de Maio de 2021

Assinado por:
PEDRO YSMAEL CORNEJO MUJICA
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida NS 15, 109 Norte Prédio do Almoxarifado

Bairro: Plano Diretor Norte

CEP: 77.001-090

UF: TO

Município: PALMAS

Telefone: (63)3232-8023

E-mail: cep_uft@uft.edu.br